

Sílvio Domingos Mendes da Silva

**PERCEPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE POR
PARTE DE MIGRANTES NO MANGUEZAL DO
MUNICÍPIO DE PALHOÇA-SC**

Florianópolis

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**PERCEPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE POR PARTE
DE MIGRANTES NO MANGUEZAL DO MUNICÍPIO DE
PALHOÇA-SC**

Sílvio Domingos Mendes da Silva

Florianópolis, junho de 2005.

SÍLVIO DOMINGOS MENDES DA SILVA

Licenciado em Geografia

**PERCEPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE POR PARTE DE
MIGRANTES NO MANGUEZAL DO MUNICÍPIO DE
PALHOÇA-SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas, Curso de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof^o Dr. Ademir Antonio Cazella

Co-orientador: Prof^o Dr. Wilson Schmidt

FLORIANÓPOLIS

2005

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Sílvio Domingos Mendes da.
Percepção sobre o meio ambiente por parte de
migrantes no manguezal do município de Palhoça - SC.
131 f.
Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro
de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa
Catarina.

1. Êxodo rural. 2. Manguezal. 3. Migrantes. 4.
Percepção ambiental.

TERMO DE APROVAÇÃO

SÍLVIO DOMINGOS MENDES DA SILVA

PERCEPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE POR PARTE DE MIGRANTES NO MANGUEZAL DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA-SC

Dissertação aprovada em 27/06/2005, como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela Seguinte banca examinadora:

Prof^o Dr. Ademir Antonio Cazella
Orientador

Prof^o Dr. Wilson Schmidt
Co-Orientador

Prof^a Dra. Karen Follador Karam
Presidente

Prof^o Dr. Antonio A. Alves Pereira
Membro CCA-UFSC

Prof^o Dr. Clécio Azevedo da Silva
Membro CFH-UFSC

Profa. Dra. Lúcia Ayala
Membro FAED-UDESC

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador PGA

Florianópolis, 27 de junho de 2005.

A Dom José Maritano (em memória)
Aos meus pais (João e Maria) que mesmo a distância me apoiaram e
deram a força necessária para concluir este trabalho.
Aos Professores Wilson Schmidt e Ademir Antonio Cazella, pelo
companheirismo, dedicação ao trabalho e profissionalismo de sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força durante este árduo período de lutas pessoais e emocionais.
À Mãe Natureza por ter sido generosa em me permitir esta pesquisa.

A todos os colegas da Turma de Mestrado do ano de 2003, em especial aos amigos que conquistei: Aline, Ana Maria, Luiz Souto e sua esposa Conceição, Sérgio Stedile, Antonio Henrique, Antonio Augusto, Marilac e ao Padre Círio.

A todos os Professores do Curso, com os quais tive o prazer de aprender e aos Funcionários do PGA.

Aos amigos, Léo, Jean, Paulo e Sandro; e ao Acácio, Ricardo e Márcio (Amigos da Graduação).

Ao Renato e à Denise por terem sido meus amigos, companheiros e conselheiros nas horas que mais necessitei.

Aos amigos Rogério, Mirian e Fabiano.

Aos amigos Luiz e Ana Márcia pelo esforço demonstrado e espírito de companheirismo.

Às Funcionárias do CIRAM/EPAGRI (Sueli e Juliana) pela colaboração na interpretação da Imagem de Satélite que gerou o mapa do mangue de Palhoça.

Aos Amigos Manoel e Pedro (SPG), meus sinceros agradecimentos pelos trabalhos prestados.

A todos os ocupantes do Mangue de Palhoça (cujos nomes não podem ser citados) que me ajudaram na pesquisa.

Às colegas da Escola de Ensino Básico Ivo Silveira (Fátima, Kizzy e Juliana).

Aos amigos Luciano, Jussara, Eliane, Mauri, Adilho, Adriana, Evaldo e Alda, Clésio, Nazareno, Leily, Rita (FCAM), Angelita, Carlos Senger e aos colegas da EPAGRI/Palhoça, vocês muito contribuíram para o meu crescimento.

Ao amigo Luiz Otávio (Duga) pelas longas conversas que tivemos sobre maricultura e os problemas que me afligiram nesse período.

A todos da família Martins (Sr. Domingos, D. Terezinha, Eládio, Ladjênia, Rildo e Renê, Rogério, Fernanda, Gabriela e as crianças).

Ao Promotor de Justiça Dr. José Eduardo Cardoso, pelas informações prestadas sobre o ecossistema mangue local.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para elaboração deste trabalho.

A todos aqueles que torceram a meu favor ou até contra durante esses vinte e cinco meses, pois foi na força da torcida de vocês que cresci.

LÁGRIMAS DE UM CATADOR DE CARANGUEJO

*Meu amigo catador
Por que tanta dor?
Oh! Meu Senhor
O mangue acabou
Meu coração se dilacerou
Na minha mente
Tudo era para sempre
Não pensava no amanhã
Só no dinheiro que ganhava
Em mais nada
Que desilusão
Cadê meu mundo comunhão?
Agora sei o que é ambição
Meus olhos cheios de lágrimas a implorar
Meu Deus!
Me devolve o Manguezá.*

(Vergara Filho, Biólogo)

RESUMO

As ocupações por migrantes originários de várias regiões de Santa Catarina e de outros estados da Federação e a especulação imobiliária geraram um grande impacto sócio-ambiental no Manguezal de Palhoça, localizado no município de mesmo nome, na região da Grande Florianópolis. A maioria desses migrantes é oriunda de zonas rurais em busca de melhores condições de vida. Hoje, este riquíssimo ecossistema, principalmente em recursos de fauna, teve sua área original reduzida, graças ao corte da vegetação, aterro para construção de habitações humanas, lançamento de resíduos líquidos (esgoto proveniente de atividades domésticas) e ao acúmulo de resíduos sólidos. Nossa pesquisa sobre essa realidade abrange um levantamento e análise da percepção sobre o meio ambiente – no caso o manguezal – por parte de migrantes originários de zonas rurais do interior de Santa Catarina. Este estudo permite entender como e por que eles agem de uma ou de outra maneira em relação ao meio ambiente. Os resultados mostraram que a tendência à ocupação da área do Manguezal de Palhoça, com a expansão urbana, apesar de atenuada, tende a continuar. A presença de aterros e construções para habitações humanas é a principal responsável pelo desaparecimento da maior parte das áreas de manguezais. Dentre os fatores que levaram à ocupação do manguezal, pelos migrantes, pode-se incluir a sua localização no interior de uma das principais aglomerações urbanas de Santa Catarina. Os principais problemas ambientais apresentados estão ligados à falta de infra-estrutura de saneamento básico. O mau uso por eles do manguezal é resultado da falta de conhecimento que esses ocupantes têm da sua importância; não se pode afirmar que eles mantêm boa relação com o ambiente que os rodeia (manguezal), pois nem mesmo conhecem o seu funcionamento, sua dinâmica. A opção e a escolha do local para morar nos manguezais se dão especialmente pela proximidade dessas áreas com o centro da cidade, embora desprovidas de infra-estrutura. Para a maioria dos migrantes, o manguezal serve como área transitória, até que eles encontrem um local mais adequado, ou seja, “longe” do mangue, porém na região da grande Florianópolis.

ABSTRACT

The spontaneous occupations by migrants from many regions of Santa Catarina and other states of the federation and the real estate speculation generated a great social-environment impact in the Mangrove of Palhoça, located at the city that has the same name, in the greater Florianópolis region. Most of these migrants are from rural areas in search of better living conditions. Nowadays, this extremely rich ecosystem mainly as regarding fauna resources, is found to be reduced to less than 60% of its original area, due to vegetation cult, landing with the purpose of dumping liquid residues (drain age coming from domestic activities) and accumulation of solid residues. Our research is comprised of a survey and analysis of perception over the environment – as related to Mangrove – of the migrants from the areas interior of Santa Catarina. This study is necessary so that we can better understand how and why they act one way or another in relation to the environment. The results have shown that the tendency towards occupation of the Palhoça Mangrove area with urban expansion, though diminished, tends to continue. The presence of land fill and construction for human habitation is the main thing responsible for disappearance in most parts of the mangrove area. Among the factors that lead to the occupation of the mangrove, by the migrants, it is possible to include its location in the interior of one of the main urban agglomeration of Santa Catarina. The main environmental problems shown are linked to the lack of infrastructure and basic sanitation. The misuse of the mangrove is the result of a lack knowledge that those occupants have of their fauna and flora: it not possible to affirm that they maintain a good relationship with their surrounding environment (the mangrove), because they don't even know the way it functions, its dynamic. The choice of this place to live (in the mangrove) is due to specially, the proximity of these areas with the center of the city, unclear why this is. For most of the migrants, the mangrove acts as a transitory area, until they find themselves a more appropriate place. "Away" from the mangrove, but in the region of the Great Florianópolis.

SUMÁRIO

RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
LISTA DE FIGURAS E FOTOS.....	xiii
LISTA DE QUADROS.....	xiv
LISTA DE ANEXOS.....	xv
LISTA DE SIGLAS.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I.....	12
O manguezal e onde ele acaba.....	12
1.1 – O manguezal e seus aspectos geográficos.....	13
O manguezal de Palhoça.....	17
1.2 - A proteção legal aos manguezais e a criação do Parque Municipal do Mangue de Palhoça.....	22
1.3- Histórico da ocupação antrópica do Manguezal de Palhoça.....	29
1.4 Palhoça, sua inserção nos contextos regional e da expansão urbana brasileira.....	35
Aspectos socioeconômicos de Palhoça.....	38
1.5 - A regressão do manguezal.....	43
CAPITULO II.....	47
Os ocupantes: do cotidiano à percepção do local de moradia.....	47
O perfil dos ocupantes do Manguezal de Palhoça.....	51
As condições de saúde destas áreas.....	66
2 – Uma análise do Manguezal à luz da percepção de seus ocupantes.....	71

CONCLUSÕES.....	92
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS.....	103

LISTAS DE FIGURAS E FOTOS

Figura 1 – Mapa de Localização da Área de Estudo.....	2
Figura 2 – Vista Aérea dos Loteamentos Pedra Branca e Pagani (às margens da BR 101, oeste)	31
Figura 3 – Mapa de Identificação aproximada do Mangue de Palhoça – SC	44
Figura 4 - Fluxo de deslocamento de migrantes do manguezal de Palhoça para localidades mais distantes do mangue representado por setas as localidades mais procuradas por ex-moradores do mangue de Palhoça (bairro Bela Vista e Alto Aririú).....	64
Foto 1 – Esgoto a céu aberto em área de Preservação Permanente no Loteamento Patural.....	69
Foto 2 – Resíduos sólidos e esgoto a céu aberto lançados em Área de Preservação Permanente no Loteamento Clarice.....	70
Foto 3 – Entulhos depositados em Área de Preservação Permanente no Loteamento Clarice.....	76
Foto 4 – Lançamento de esgoto doméstico direto em Área de Preservação Permanente no Loteamento Dona Júlia, Rio Grande.....	76
Foto 5 – Construção irregular em área de preservação (mangue) a menos de cem metros de distância da baía no Loteamento Clarice.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População Urbana e Rural do Município de Palhoça, no período de 1940 a 2000.....	4
Quadro 2 – Divisão Taxonômica da Geomorfologia da Bacia do Rio Passa Vinte.....	18
Quadro 3 – Produção de Mexilhões no município de Palhoça de 1991 a 2004.....	41
Quadro 4 – Área do Manguezal de Palhoça nos anos de 1938, 1957, 1978 e 1995.....	43
Quadro 5 – Mesorregiões e Microrregiões de Santa Catarina de origem dos migrantes da área de pesquisa.....	53
Quadro 6 – Principais Motivos de Migração para Palhoça.....	55

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Questionário Sócio-econômico.....	104
ANEXO II – Roteiro de perguntas a serem usadas na 2ª Etapa do Trabalho de Campo.....	109
ANEXO III – Roteiro de perguntas a serem feitas ao 4º Promotor de Justiça e Curador do Meio Ambiente.....	111
ANEXO IV – Decreto nº 428/96, de 13 de maio de 1996. Cria o Parque Ecológico Municipal de Palhoça, e dá outras providências.....	113

LISTA DE SIGLAS

AMAQ - Associação Municipal de Aqüicultura

AMARIS - Associação de Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça

APA - Áreas de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEASA – Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina

CECCA - Centro de Estudo Cultura e Cidadania

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo

CF – Constituição Federal

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina

FATMA – Fundação de Ampara à Pesquisa e ao Meio Ambiente

FCAM – Fundação Cambirela de Meio Ambiente

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

OMS – Organização Mundial da Saúde

PRAPEM - Programa de Recuperação Ambiental e Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF – Programa Saúde da Família

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SDR - Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural

SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

SPG – Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do estado de Santa
Catarina

SPU – Serviço de Patrimônio da União

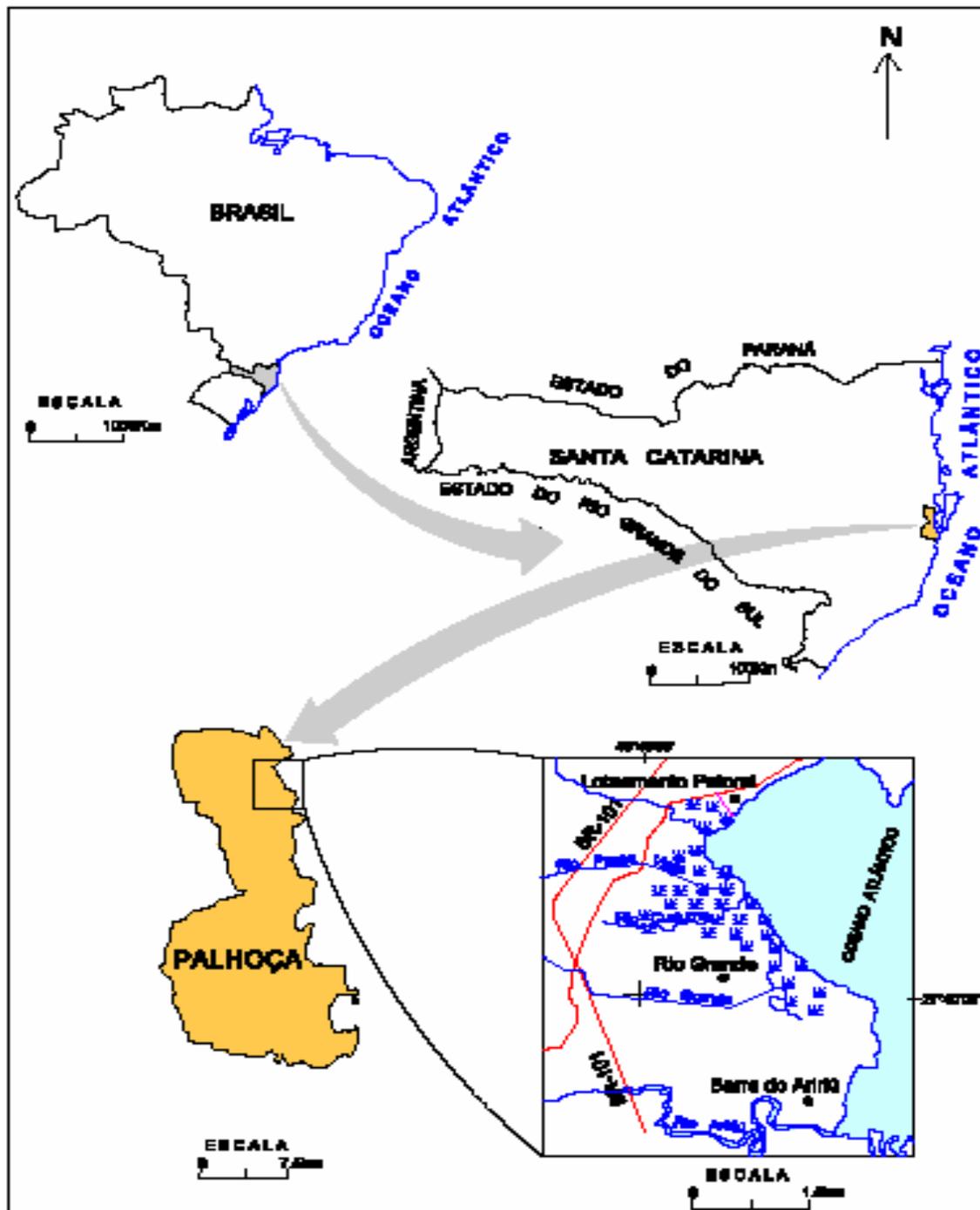
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca levantar e analisar a percepção sobre o meio ambiente por parte de migrantes oriundos de zonas rurais do interior do Estado de Santa Catarina e que ocupam regiões de manguezais próximas ao perímetro urbano do município de Palhoça¹. Esses migrantes são, na maioria dos casos (56%), provenientes de outros municípios de Santa Catarina. Do restante, 16% são do próprio município, 16% de outros estados e 12% da área conurbada de Florianópolis (LOPES, 1999). Neste trabalho estudamos apenas a situação de migrantes originários de municípios catarinenses do interior não-litorâneo e com características rurais. Eles respondem por mais da metade do total dos migrantes de outros municípios do Estado. Ao mudarem para a cidade de Palhoça, instalam-se nos manguezais, um ecossistema diferente ao de seu local de origem, ocasionando impactos ambientais e sociais.

Os manguezais são protegidos por uma vasta legislação ambiental (nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal). Segundo Panitz (1989), o manguezal da Palhoça é altamente produtivo. Exibe uma vegetação perfeitamente adaptada às condições de salinidade e ao tipo de substrato do ambiente. Abriga uma variedade de espécies animais, desde microscópicos até mamíferos, que aí habitam por toda sua vida ou apenas em parte dela. Este ecossistema abriga importantes recursos pesqueiros que fazem parte do hábito alimentar das comunidades locais, bem como desempenha várias funções em relação à proteção da costa. Por fim, é importante ressaltar também, que a vegetação é de suma importância para a sobrevivência deste ambiente.

¹ O município de Palhoça faz parte do conglomerado metropolitano de Florianópolis, (Figura 01), e segundo IPUF (1980), é um dos municípios que mais vem sofrendo pela falta de infra-estrutura na região. A migração ocupa o centro da discussão e agrava ainda mais essa situação.



Fonte: Adaptação do Atlas Escolar de Santa Catarina - 1991.
 Folha Topográfica SG-22-Z-D-V-2

FIGURA 01: Mapa de Localização da Área de Estudo

No Brasil os ecossistemas costeiros encontram-se submetidos a violentas pressões. Dentre os dezessete estados brasileiros que são banhados pelo mar, quatorze tem suas capitais localizadas no litoral (BRASIL, 1991; IBGE, 1997). Com exceção de três grandes aglomerados (Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre), a maioria da população vive nos agrupamentos urbanos litorâneos e grande parte da população do campo migra para esses centros (EGLER, 1995). Isso significa dizer que mais de 40% da população do país está localizada em uma faixa litorânea de pouco mais de 50 km de largura (BRASIL, 1991).

Segundo Adas (2000), o processo de êxodo rural brasileiro não é recente e se dá praticamente em todas as regiões. A migração rural-urbano tem sido a opção das pessoas que habitam o espaço rural e que, de alguma forma, sentem-se excluídas, por falta de terra ou capital para produção.

A causa da desruralização não é necessariamente a mecanização da lavoura, mas, sobretudo, a dificuldade de manutenção da estrutura fundiária de pequenas propriedades, fazendo com que parte significativa dos agricultores migrem para as cidades na busca de sua sobrevivência.

De acordo com Brasil (1991), os principais vetores de uso e ocupação do espaço costeiro brasileiro são o crescente nível de expansão urbana desordenada e especulação imobiliária, a necessidade de diluição de esgotos e de depósito de resíduos sólidos. Esses vetores aceleram à medida que se verifica o crescimento da população urbana e das atividades econômicas. Segundo Ferreira (1996) e Lopes (1999) este quadro é reproduzido também na zona costeira catarinense e a abertura de esforços de pesquisa interdisciplinar para a prospecção de políticas urbanas sustentáveis - focalizando a problemática das relações entre sociedade e meio ambiente nos processos de desenvolvimento urbano - se configura numa urgência.

Nesse contexto, enquadram-se os manguezais, pois eles sofrem fortes pressões de origem antrópica. De acordo com Schaeffer-Novelli (1989), em um total de trinta ecossistemas enumerados no litoral brasileiro, os manguezais são os mais afetados.

Em Palhoça o quadro não é diferente. O centro urbano do município se encontra confinado entre a BR-101 e a área de manguezal, o que torna esta alvo da expansão

urbana. O aumento acelerado da população urbana desse município ajuda a compreender a forte pressão antrópica sobre a área de manguezal.

ANO	POPULAÇÃO				
	Urbana		Rural		Total
	Número	%	Número	%	
1940	1.690	23,00	5.685	77,00	7.375
1950	1.456	18,85	6.266	81,15	7.722
1960	2.033	22,00	7.170	78,00	9.203
1970	6.008	41,00	8.628	59,00	14.636
1980	29.625	94,64	1.677	5,36	31.302
1991	58.182	97,28	1.627	2,72	59.809
2000	97.914	95,13	4.828	4,87	102.742

Quadro 01: População urbana e rural do município de Palhoça, no período de 1940 a 2000
 Fonte: Censo Demográfico do IBGE 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991, 2000.

Os dados do Quadro 01 mostram que a população de Palhoça era, até a década de 70, predominantemente rural. Com a aprovação do Plano Diretor Municipal em 1993, parte das áreas que antes eram consideradas rurais e que abrigavam um grande contingente de moradores passaram a ser urbanas. Assim sendo, deve-se levar em consideração que o aumento da população urbana não se refere somente à migração, mas também a critérios político-administrativos. Tais dados indicam ainda que este município foi alvo de um processo intenso de migração. O Censo Demográfico do IBGE de 1991 registra para Palhoça uma população de 59.809 habitantes. Já o de 2000 indica 102.742, um crescimento de 50,01%, bem acima da média do estado, que no mesmo período foi de 11,90% (IBGE, 2000).

Essas populações ocupam ambientes frágeis, como os manguezais, e ocasionam danos ambientais muitas vezes irreversíveis ao ecossistema. Além da perda de parte do patrimônio natural, há a descaracterização da paisagem e da beleza cênica. Atréados ao problema de edificações em locais inadequados surgem outros, como a inadequação do destino dado ao esgoto sanitário, a eliminação de resíduo sólido e a falta de distribuição de água com qualidade satisfatória, afetando diretamente a saúde e bem estar do cidadão (IBGE, 1998).

Com relação aos ocupantes da área em estudo deve-se considerar que há uma perda da cultura rural – que inclui uma relação diferenciada com a natureza - e assimilação de novos valores, hábitos e técnicas urbanas.

O presente trabalho se justifica pela necessidade de melhor se compreender as conseqüências que a migração rural-urbana traz para aqueles que migram, a sua compreensão sobre os novos ambientes ocupados, bem como as repercussões sobre tais ambientes.

Neste sentido, o objetivo geral consiste em identificar e analisar as percepções que os migrantes ex-agricultores, que ocupam a região do manguezal de Palhoça mantêm com o meio natural e social em que vivem.

Para isso, buscou-se realizar as seguintes ações:

- Avaliar o processo de escolha pelo migrante do local para morar;
- Entender como se dão as relações dos migrantes com o ecossistema manguezal;
- Identificar e caracterizar os principais problemas ambientais das localidades envolvidas;
- Identificar as ações individuais e/ou coletivas dos migrantes em favor do meio ambiente;
- Avaliar o crescimento populacional dos locais de pesquisa e seus efeitos sobre o meio ambiente.

Para tanto, após um estudo teórico prévio e com base nas experiências profissionais adquiridas pelo pesquisador durante alguns anos de trabalho no município de Palhoça, sempre ligados aos locais ora investigados, buscou-se uma metodologia adequada.

Metodologia é entendida por Minayo (2000, p.23) como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse sentido, pode-se

dizer que a metodologia faz uso do estudo dos métodos e das regras estabelecidas para a realização de uma pesquisa, ou seja, o caminho que deverá ser percorrido para se alcançar os objetivos traçados previamente (AZAMBUJA, 2002). Segundo Silva e Menezes (2002), uma pesquisa pode ser classificada de várias formas. As maneiras clássicas são as seguintes: quanto à natureza; à forma de abordagem; aos objetivos; e aos procedimentos adotados.

Esta pesquisa, quanto à sua natureza, se classifica como aplicada, pois gera conhecimento e soluções para problemas específicos. Já em relação à forma de abordagem, se classifica como sendo mista, pois recorre à informações qualitativas e quantitativas. Em relação aos objetivos, Gil (1996) sugere uma classificação embasada em três modalidades: exploratória, descritiva e explicativa. Assim sendo, entende-se a presente pesquisa como exploratória, visto que tem por característica aprofundar idéias ou novas descobertas acerca do assunto, e descritiva, pois descreve a realidade de um determinado local e seus habitantes.

Para ajudar a melhor compreender a situação em questão, usar-se-á a percepção ambiental como ferramenta para auxiliar na obtenção de resultados. A percepção pode ser descrita como a forma que vemos o mundo à nossa volta, o modo segundo o qual o indivíduo constrói em si a representação e o conhecimento que possui das coisas, pessoas e situações, ainda que, por vezes, seja induzido a erros (SERRANO, 2000).

Assim, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que se possa compreender as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. Essa percepção permite o usufruto e a contemplação da beleza estética do ambiente. O conhecimento científico aplicado ao estudo da percepção ambiental ampliará ainda mais a consciência ecológica das pessoas envolvidas neste processo (FERNANDES et al., 2003). Destaque-se, segundo Tauk (2003), que o ambiente tem vários significados para as pessoas. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou

manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo.

A pesquisa foi realizada no período de um ano, de dezembro de 2003 a novembro de 2004, nos bairros de Ponte do Imaruim (Loteamento Patural), Barra do Aririú (Loteamentos Clarice e Vila Nova) e Rio Grande, todos localizados nas proximidades do centro da cidade e com grande extensão de manguezal (ver Figura 01, página 2). Ela foi estruturada em quatro etapas sucessivas, com base em trabalhos realizados anteriormente no município (PALHOÇA, 1996; LOPES, 1999; AZAMBUJA, 2002):

Primeira – definição dos principais pontos a serem observados em campo, elaboração dos questionários e pré-teste. Esta etapa serviu para elaboração do que foi traçado como importante para se observar em campo, confecção dos questionários e roteiros usados nas pesquisas diretas com os atores e para aplicação de um pré-teste.

Segunda – obtenção dos dados de campo – Esta etapa foi realizada para levantar dados e selecionar as famílias que participariam da quarta etapa, ou seja, somente ex-agricultores. Os dados foram obtidos através da aplicação de questionários durante aproximadamente dois meses (abril e maio de 2004). O questionário (ANEXO I) continha perguntas de múltipla escolha, sendo que algumas delas possuíam solicitação de justificativas para as respostas apresentadas. Foram ouvidas cinquenta e cinco famílias. O universo era composto por todos que fizeram o processo de migração (rural-urbana ou não). As pessoas que responderam aos questionários foram 20 do sexo masculino e 35 do sexo feminino². Esta etapa de trabalho de campo fez-se necessária para a elaboração da quarta etapa, que consistia na realização dos trabalhos de grupos.

² Estes dados não foram propositais. Coincidentemente, no momento das entrevistas encontrava-se, em suas residências, um maior número de mulheres. Isto se justifica pelo fato das visitas domiciliares terem acontecidos nos horários comerciais e a maioria dos esposos estarem em seus locais de trabalhos ou mesmo por se sentirem intimidados.

Terceira – análise dos questionários e elaboração de relatórios parciais de pesquisa

– os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários em campo, foram trabalhados permitindo a elaboração de relatórios preliminares e a confecção dos Quadros 05 e 06 (às páginas 53 e 55, respectivamente).

Quarta – trabalho em grupo (percepção coletiva do ambiente) -

Usou-se a metodologia de trabalho em grupos para melhor compreender (e interagir com) o que pensam as famílias pré-selecionadas na segunda etapa. Foram entrevistadas seis famílias nos bairros Rio Grande e seis dos Loteamentos Clarice e Vila Nova, sendo três recém-chegadas³ e três moradoras há mais de dois anos no local. Já no Loteamento Patural, que tem uma área menor, foram ouvidas quatro famílias. Do mesmo modo, metade dos entrevistados eram recém-chegados (2) e metade eram moradores há mais tempo no local. Isto perfaz um total de dezesseis famílias, divididas em três grupos, de acordo com as localidades pesquisadas.

Nem todos os escolhidos, porém, aceitaram ou puderam participar das atividades propostas. Ressalta-se que três das famílias selecionadas do bairro Rio Grande, passado pouco mais de um mês depois da segunda etapa de trabalho, mudaram de endereço e não foi possível encontra-las. Desse modo, se trabalhou também, com alguns atores individualmente. Os depoimentos dos atores foram gravados para serem analisados. Algumas dúvidas surgidas no decorrer dessa etapa implicaram na realização de entrevistas com atores externos à área de manguezal, mas que estão diretamente envolvidos com questões a ela relacionadas. Como exemplo, pode ser citado o Promotor de justiça e Curador do meio ambiente do município de Palhoça (ANEXO III), fiscais municipais do meio ambiente, algumas enfermeiras do Programa da Saúde da Família (PSF), da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, alguns moradores “vizinhos do

³ Entende-se por recém-chegadas, as famílias que se estabeleceram no manguezal de Palhoça no período compreendido entre seis meses a dois anos.

mangue”, que são conhecedores da realidade local e o historiador Claudir Silveira. Nos locais em que foi executada a pesquisa também foram ouvidas famílias que são notáveis conhecedores da comunidade em que vivem, tanto dos temas sociais e comunitários quanto nos aspectos ambientais. São pessoas nativas e até antigos migrantes que residem nos locais há muitos anos e são conhecedores das dinâmicas do ecossistema em questão. Alguns são pescadores artesanais e conhecem muito bem a fauna etiológica do mangue. Elas contribuíram para esclarecer diversas dúvidas que surgiram no decorrer da pesquisa.

A escolha das famílias para esta quarta etapa resultou de um exaustivo processo na seleção dos grupos de entrevistados. Além de trabalhar somente com famílias migrantes⁴ do Estado de Santa Catarina e que na região de origem trabalhavam ou tinham ligações profissionais com a agricultura e o meio rural; foi preciso identificar quais eram as famílias recém-chegadas e as que residem há mais de dois anos nas áreas pesquisadas; quais motivos que os levaram a migrar; aqueles que esperam fixar residência no município, principalmente nos manguezais e suas percepções a respeito deste ecossistema. Estes três últimos itens foram muito relevantes, pois influenciariam diretamente nos objetivos específicos desta pesquisa.

Esta etapa foi centrada, essencialmente, nas percepções dos migrantes em relação ao ambiente de manguezal e as suas condições sócio-culturais. O roteiro com as perguntas (ANEXO II), que aprofunda e complementa as informações já obtidas a partir da aplicação dos questionários (Etapa 2), permitiu levantar as informações básicas dos atores, para elaboração dessa dissertação, uma vez que, as perguntas foram abertas e permitiam uma melhor compreensão das respostas a elas atribuídas. Além disso, os

⁴ Município de origem, não necessariamente é o município de nascimento do entrevistado, mas sim aquele onde morou antes de se transferir para a área em questão.

integrantes dos grupos de trabalhos deram grande contribuição para a obtenção dos resultados.

A dissertação está estruturada em dois capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo inicia-se com a descrição da área de estudo e análise das características geográficas e geomorfológicas da área estudada. Em seguida procede-se uma discussão sobre a definição técnica de manguezal. Logo após, se faz uma descrição da fauna e flora do ecossistema em estudo e uma discussão, à luz da legislação vigente, do manguezal, enquanto Área de Preservação Permanente (APP). É feito, também, um resgate histórico do processo de ocupação do manguezal de Palhoça, desde a fundação do município até os dias atuais, incluindo a criação do Parque Ecológico Municipal, que fica localizado em uma região limítrofe da área de estudo. Finalmente, traça-se um perfil socioeconômico do município de Palhoça, ressaltando o seu crescimento populacional urbano e os impactos desse crescimento na conservação do manguezal.

O capítulo dois tem como eixo a percepção que os ex-agricultores têm do seu ambiente de destino. Assim, é realizada uma análise das condições vivenciadas por eles, com o intuito de apresentar as condições sócio-ambientais em que passam a viver. Em seguida, trabalha-se o grupo social formado, procurando, ao mesmo tempo, traçar um perfil socioeconômico dos atores pesquisados. Após essa caracterização, são apresentadas e discutidas as diferentes percepções ambientais do manguê pelos entrevistados. As condições de saúde da população que ocupa os mangues de Palhoça também são trabalhadas neste capítulo.

Por fim, são apresentadas as conclusões que mostram as perspectivas futuras do Manguezal de Palhoça e de seus ocupantes, bem como proposições no intuito de preservar o restante deste ecossistema e melhorar as condições de vida da população que se vê forçada a residir em áreas de manguezais.

CAPÍTULO I

O manguezal e onde ele acaba

O título deste capítulo faz referência ao limite do manguezal e à destruição dele⁵, indicando ao mesmo tempo, a necessária reflexão sobre seu entorno. Este segmento da dissertação trata, assim, de questões relativas ao manguezal, ao município de Palhoça e à região da Grande Florianópolis, contribuindo para entender o contexto da análise aqui realizada.

Inicialmente são tratados os aspectos geográficos do manguezal de Palhoça, as características etiológicas deste ecossistema e as questões legais a ele relacionadas. A seguir, são abordados, o processo histórico da ocupação humana dessas áreas – iniciado com a própria criação de Palhoça em 1793 – e os dados sócio-econômicos municipais. Com eles, se tem uma noção mais abrangente das perspectivas de emprego no local, apresentadas como um dos motivos que mais influenciaram a migração em sua direção. Finalmente, são apresentados dados sobre a regressão do manguezal.

1.1 – O manguezal e seus aspectos geográficos

Para as associações faunísticas e florísticas existente nos ambientes terrestre e aquático que ocorrem nas zonas litorâneas das regiões tropicais do mundo - restringindo-se às faixas de entre marés (o ponto mais alto da maré alta e o ponto mais baixo da maré baixa) - é dado o nome de manguezal. Segundo Lacerda (1984), estima-se que haja cerca de 166.500 km² de manguezais em todo mundo. As maiores florestas

⁵ Acabar pode significar terminar, no sentido de limite, mas também destruir, exaurir, matar.

estão localizadas na Ásia (principalmente na Malásia e na Índia), na América Atlântica (Brasil e Venezuela) e na África Atlântica (Nigéria e Senegal).

Os manguezais são ambientes extremamente dinâmicos, dominados por espécies vegetais típicas, às quais se associam outros componentes vegetais e animais, microscópicos e macroscópicos, adaptados a um substrato periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de teor salino (LAMBERTI, 1969; LACERDA, 1984; MACIEL, 1991; LOPES, 1999).

Mangue⁶ é o “termo usado no idioma pátrio para designar uma planta do litoral, encontrada em charcos salgados. Por extensão, serve de raiz ao substantivo que se aplica à região onde essa espécie é abundante” (JOLY, 1970, p.107).

Para uma das mais importantes pesquisadoras deste assunto a definição de mangue é resumida da seguinte forma:

“Ecossistemas costeiros, de transição entre os ambientes terrestre e marinhos, característico das regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime de marés. É constituído de espécies vegetais lenhosas típicas (angiospermas), além de algas e microalgas (criptógamas), adaptadas à flutuação de salinidade e caracterizadas por colonizarem sedimentos predominantemente lodosos, com baixo teor de oxigênio” (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995 p.07).

Por localizar-se nos limites entre o mar, o continente e as várzeas, os manguezais funcionam como verdadeiros quebra-mares, protegendo contra a erosão tanto a região costeira quanto a bacia de drenagem adjacente. Da mesma forma, nos rios eles protegem as áreas ribeirinhas contra enchentes, pois diminuem a força da inundação. Outra grande importância atribuída ao manguezal é a de controlar o regime das águas, uma vez que, ao passar pelo emaranhado de suas raízes, elas perdem velocidade e são retidas juntamente com os detritos trazidos pelas marés. Desta forma, pode-se afirmar que o

⁶ Neste trabalho usaremos o termo “mangue” quando nos referirmos à vegetação e “manguezal” quando nos referirmos ao ecossistema.

manguezal funciona como uma verdadeira ‘esponja’. Além do mais, quando em épocas de cheias ocorre o transbordamento dos rios e as águas invadem os mangues, elas vão se infiltrando no solo e se acumulando em seu interior, sendo liberadas, gradativamente, regulando seu volume de água (ODUM et al., 1982).

Adicionado a isso, esses ecossistemas servem como refúgio natural para várias espécies de animais marinhos que, em sua fase juvenil e em épocas de reprodução, aumentam sua sobrevivência graças ao sistema radicular da vegetação, que lhe fornece proteção contra a ação de predadores e alimento rico em proteínas (LOPES, 1999).

Os inúmeros trabalhos comprovam a alta produtividade desses ecossistemas. Das várias características funcionais dos mangues, destaca-se sua alta produtividade primária, devido à grande produção de matéria orgânica na forma de serrapilheira, proveniente das árvores.

Além das importâncias das características ecológicas particulares, os manguezais podem ser considerados como um recurso natural de múltiplos usos, pois sempre proporcionaram fonte de produtos primários (peixes, moluscos, mariscos, crustáceos e madeiras) às populações locais, principalmente àquelas de baixa renda. Cabe, porém, ressaltar que tanto a importância ecológica quanto a de disponibilidade do uso de seus recursos dependem intrinsecamente de sua conservação.

Segundo Schaeffer–Novelli (1995), o Brasil é o país que conta com a maior área de manguezais em todo mundo, com cerca de 25 mil quilômetros quadrados, o que representa aproximadamente 15% da área mundial. Os manguezais estendem-se do Amapá a Araranguá em Santa Catarina. Há controvérsia quanto aos limites latitudinais austrais dos manguezais. Alguns autores, afirmam que tais limites estão localizados no município de Palhoça. As “manchas” de manguezais que aparecem nos municípios mais

ao sul - chegando até Araranguá - seriam, na verdade, zonas de marismas, isto é, terrenos alagadiços à beira mar (PANITZ, 1993; SORIANO-SIERRA, 1993).

Os maiores manguezais são aqueles localizados ao longo de todo litoral do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, na região Norte. Nas regiões nordeste, sudeste e sul, destacam-se os da baía de Todos os Santos (na Bahia), os da baía de Vitória (no Espírito Santo), os das baías de Guanabara, de Sepetiba e Ilha Grande (no Rio de Janeiro), das regiões de Santos e Cananéia (em São Paulo), os das baías de Paranaguá e Guaratuba (no Paraná), e os das regiões de São Francisco do Sul e da Ilha de Santa Catarina (em Santa Catarina) (SCHAEFER–NOVELLI, 1994).

Esse ambiente é um dos mais importantes ecossistemas costeiros, sendo apelidado de “berçário” por abrigar mais de 60% das espécies marinhas em períodos de reprodução. Além disso, o manguezal é um dos responsáveis pela proteção da linha de costa contra a erosão, contribuindo para a conservação de corais. Ou seja, suas águas turvas são direta e indiretamente responsáveis pela diversidade do ambiente marinho, “funcionando como um verdadeiro ciclo de vida” (SCHAEFER–NOVELLI, p.32, 1987). O manguezal é composto por árvores chamadas de mangues, que servem de abrigo para crustáceos, caranguejos, siris e aves. Estas últimas ocupam as copas de suas árvores e ajudam a formar os sedimentos do manguezal. A decomposição de folhas e galhos, além de restos de animais, formam uma matéria orgânica muito rica, de alto conteúdo salino e de cor escura. São justamente essas combinações que atraem animais e insetos para o ecossistema.

Essas associações possuem alta taxa de produtividade, servindo como fertilizante das águas costeiras através dos nutrientes advindos da decomposição de matéria orgânica produzida por sua rica vegetação. Esta elevada taxa de produção e a sua importância é destacada por Caruso (1990), o qual enfatiza que:

“Os mangues constituem-se nos sistemas de mais alta produtividade bruta. Em pesquisas realizadas nos mangues de Porto Rico, se encontrou uma produção anual média de matéria orgânica de 16g/m²/dia. Valor muito elevado, se comparado a outros ecossistemas, cujos rendimentos são muito inferiores, não alcançando, mesmo nos estuários, 4,5g/m²/dia” (CETESB, 1979, In CARUSO 1990, p.29).

Nas áreas sem grandes contaminações, os animais que habitam esse ecossistema, chegam a cerca de dez mil indivíduos por metro quadrado, representando além de uma importante fonte de proteína, um reforço no rendimento familiar. “A pesca do camarão é uma das atividades econômicas mais importantes no litoral brasileiro, sendo que alguns pesquisadores relacionam o rendimento comercial da pesca desse crustáceo por hectare de manguezais” (SCHAEFER–NOVELLI, 1995).

Além dos animais tipicamente de manguezais, existem espécies de animais que utilizam os manguezais apenas durante a fase juvenil de sua vida, e aqueles que entram e saem com a maré. Também há aves marinhas e terrestres que encontram nos manguezais uma das poucas áreas íntegras no litoral para refúgio e reprodução. Nesse grupo encontramos ainda certos mamíferos que freqüentam o ambiente principalmente à noite em busca de alimentação (AVELINE, 1980; KATER e KATER, 1991; LACERDA, 1984).

Das espécies de vegetais, as quantidades que predominam nesse ambiente são pequenas, porém é grande o número de espécies individuais. Na costa brasileira há três espécies dominantes: o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), o mangue-siriúba ou mangue preto (*Avicennia schauriana*) e o mangue-branco (*Laguncularia racemosa*). Além dessas, outras espécies são bastante comuns, embora não sejam típicas dos mangues, como o algodoeiro-da-praia (*Hibiscus pernabucensis*), samambaia-do-mangue (*Acrostichum aureum*) e a espartina (*Spartina alterniflora*) (MACIEL, 1991). Além dessas, destacam-se as epífitas, como as bromélias, orquídeas e certos líquens, nas

copas; no outro extremo estão as raízes e troncos que são intensamente colonizadas por algas marinhas.

O manguezal de Palhoça

O manguezal em estudo localiza-se na bacia hidrográfica do rio Passa Vinte, que possui sua nascente no Morro do Gato, a 329 metros de altitude, deságua na Baía Sul, e banha uma área de aproximadamente 26 quilômetros quadrados. Seu principal afluente é o rio Cova Funda, situado à margem esquerda (IPUF, 1980). Além do rio Passa Vinte e seus afluentes, fazem parte também do complexo do Manguezal de Palhoça o rio Grande, o rio das Ostras e outros menores.

A bacia hidrográfica do rio Passa Vinte está inserida em duas unidades geomorfológicas distintas: Serra do Leste Catarinense e Planícies Costeiras, as quais correspondem respectivamente aos Domínios Morfoestruturais “Embasamento em Estilos Complexos” e “Acumulações Recentes” (IBGE, 1997). Essas unidades Geomorfológicas são diferenciadas pelos substratos geológicos, por suas formas de relevo, pelos solos e pelos tipos de vegetação natural características.

No quadro 02, a seguir, estão articulados os domínios morfoestruturais com suas unidades geomorfológicas e seus respectivos modelados. A unidade geomorfológica Serra do Leste Catarinense é constituída por uma seqüência de elevações dispostas de formas paralelas e/ou subparalelas, que conferem ao relevo um aspecto semelhante às cristas “apalacheanas”. Assim, ocorrem as formas de relevo mais elevadas e dissecadas,

que constituem os modelados de dissecação em montanhas (Dm), cujas elevações atingem mais de 200 metros, apresentando vertentes com declividades acentuadas e vales encaixados. Os modelados de dissecação em outeiros ou morrarias (Do), apresentam amplitude altimétrica em torno de 200m, e segmentos de vertentes com inclinação mais suave. Já os modelados de dissecação colinosos (Dc), têm vales poucos encaixados, abertos, com amplitude altimétrica pequena, constituindo elevações convexo-côncavos, conformando colinas (IBGE, 1997).

DOMÍNIO MORFOESTRUTURAL	UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS	MODELADOS	
Embasamento em Estilo Complexo	Serra do Leste Catarinense	Dissecação (D)	Dm (Montanha) Do (Morraria) Dc (Colina)
Acumulações Recentes	Planície Costeira	Acumulação (A)	Atm (Terraço Marinho) Amg (Mangue)

Quadro 2: Divisão Taxonômica da Geomorfologia da Bacia do Rio Passa Vinte
FONTE: IBGE (1997).

Nesses modelados, os processos erosivos são mais ativos, transportando seus materiais constituintes para as áreas topograficamente baixas. Estas formas de relevo são esculpidas em rochas cristalinas de idade pré-cambriana e seus respectivos materiais intemperizados. Segundo IBGE (1997), essas rochas são constituídas por Biotita-granito equigranular grosseiro, geralmente de coloração rósea (às vezes aparecem de cor cinza), apresentando-se homogêneo e isotrópico em toda a sua extensão e por Biotita-granito (ou Biotita-muscovita-granito) equigranular médio, geralmente porfíroides, de coloração avermelhada ou cinzenta.

A unidade geomorfológica Planícies Costeiras corresponde a uma extensa planície constituída essencialmente por sedimentos arenosos e argilo-arenosos, predominantemente do quaternário (Holoceno). Caracteriza-se por apresentar diversificados modelados de acumulação resultante da atuação de processos erosivos e deposicionais elaborando os ambientes marinhos (Atm) e paludiais (Amg) (IBGE, 1997). O Manguezal de Palhoça desenvolve-se nos modelados de acumulação paludiais que correspondem às zonas de influência de marés. Ao ambiente marinho correspondem o Terraço Marinho (Atm), que apresentando geralmente ruptura de declive em relação às áreas contíguas; e a Planície de maré (Amg) – é uma superfície plana, levemente inclinadas para o mar e localizadas junto à foz dos rios e periodicamente inundadas pelo ingresso das águas do mar em decorrência das marés (IBGE, 1997). Estas características formam o solo halomórfico, típico dos manguezais, que ocorrem nos limites das águas vasosas nos fundos das baías, estuários e regiões lagunares. Tal tipo de solo favorece o aparecimento de vegetação também típica dos manguezais, que é encontrada no estuário dos rios Passa Vinte, Ostras, Grande e outros menores, formando o Manguezal de Palhoça.

A bacia hidrográfica do rio Passa Vinte está inserida na porção central do Litoral Catarinense (27°40'S e 48°40'WG), onde a amplitude térmica anual é de 8°C a 9°C, com variações climáticas decorrentes do movimento das massas atlânticas tropicais (primavera e verão) e polares (outono e inverno). A temperatura média anual é de 20,5°C, o mês mais quente é janeiro (24,4°C, em média), e julho é o mais frio, com 16,7°C, em média (IBGE, 1997).

O vento mais freqüente é o nordeste, predominando no inverno e no verão, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). A precipitação média anual calculada por Herrmann (1998) para um período de 71 anos (de 1925 a 1995) é de

1.493,12mm. A estação mais chuvosa é o verão, onde a média atinge 526,57mm (35%); em seguida vem a primavera com 380,66mm (25%); o outono com 297,94mm (20%) e o inverno com 288,01mm (19%).

O manguezal de Palhoça tem grande importância, por ser a última grande parcela de solo deste ecossistema e a mais austral do continente americano, restando apenas algumas “manchas” de vegetação ao sul de seus limites. Ele tem sido, contudo, pouco estudado por instituições e pesquisadores da área ambiental. Os poucos estudos realizados representaram uma contribuição importante para a sua conservação.

A Fundação do Meio Ambiente do estado de Santa Catarina (Fatma) realizou um estudo nesse manguezal, em 1987. Ela apontou que a espécie dominante é *Avicennia schaueriana* (mangue preto; siriúba; mangue curtume), seguida da *Laguncularia racemosa* (mangue branco; mangue rasteiro), havendo apenas poucos indivíduos da *Rhizophora mangle* (mangue vermelho; mangue verdadeiro). Situado à frente do manguezal está a *Spartina alterniflora* (espartina), formando uma espécie de franja. O *Acrosticum aureum* (samambaia-do-mangue) e o *Hibiscus tiliaceus* (algodoeiro-da-praia; guaxumba) localizam-se nas áreas de transição.

Scheidt (1988) explica a ausência da *Rhizophora mangle* pela intensa exploração que se fez para extrair dela o tanino usado no curtume e no tingimento de redes de pesca. Segundo o autor, existiu em Palhoça, por volta da primeira metade do século passado, uma fábrica que praticava essa extração.

O fato da *Rhizophora mangle* ser pouco encontrada neste manguezal pode ser explicada pela super-exploração ocorrida no passado. Ou ainda, de acordo com Schaeffer-Novelli (1992), por ser a Praia do Sonho, no município de Palhoça, o limite

austral da ocorrência dessa espécie. Em síntese, o manguezal de Palhoça apresenta uma fisionomia homogênea, dominado pela presença da *Avicennia schaueriana*⁷.

Em relação à zonação, observa-se uma faixa de *Spartina alterniflora*, em alguns trechos, na região frontal à Baía Sul (LOPES, 1999). Ainda de acordo com a autora, a distribuição da *Avicennia schaueriana* e a *Laguncularia racemosa* não se apresenta de forma concentrada em faixas, isto é, elas se apresentam de maneira aleatória.

De acordo com Cintron et al (1981), existe uma classificação para os tipos de manguezais, quanto às suas características estruturais e funcionais, que se divide em três tipos de bosques: de Franja, Ribeirinho e Bacia. Para Citron & Schaeffer-Novelli (1992) e Lopes (1999), o manguezal de Palhoça é do tipo fisiográfico de Bacia. Esses ambientes se desenvolvem em depressões onde o fluxo de água é lento e o movimento vertical estacional de água prevalece sobre o fluxo lateral, inundando grande área. Essa inundação conseqüentemente unifica as condições físicas e químicas do solo. Isso impede o estabelecimento de grandes gradientes que promoveriam uma seleção de espécies e uma zonação vegetal definida, dos quais seria a *Avicennia schaueriana* a espécie dominante. As florestas de bacias requerem a entrada de água pluvial para melhorar seu desenvolvimento.

1.2. A proteção legal aos manguezais e a criação do Parque Municipal do Mangue de Palhoça

Do ponto de vista da legislação, os manguezais possuem, desde os tempos coloniais, uma ampla atenção por parte do Estado. Rufino (1981) relata que o primeiro texto legislativo que se referiu expressamente aos mangues no Brasil, declarando-os de domínio da Coroa, foi a Ordem Régia de 4 de dezembro de 1678. Ela dizia que: “...estes

⁷ Somente um trabalho de campo específico da estrutura da vegetação desse manguezal, poderá afirmar quais são, na verdade, as espécies que formam o estrato superior dessa vegetação. Porém, o objetivo principal deste trabalho não é realizar esse tipo de pesquisa.

mangues serão da minha regalia por nascerem em salgado, onde só chega o mar e com a enchente serem muito necessários para a conservação desse povo, engenho e navios”. É claro, neste texto, o interesse econômico que a Coroa Portuguesa tinha na vegetação, haja vista algumas espécies importantes na fabricação de mastros de barcos, lemes, etc.

Em 1704, de acordo com Polette (1995), existia um regimento que proibia a doação das terras aluviais, por serem estas de propriedade do Rei e somente a ele correspondiam os terrenos de marinha.

Em 1760, o Rei D. José, tendo em vista a crescente expansão do extrativismo no Brasil, expediu um Alvará com força de lei com o intuito de controlar o desmatamento das espécies de mangue⁸. Através dele era proibido o corte das árvores cuja casca ainda não tivesse sido retirada para uso do tanino. Tal atitude era embasada no fato de que a casca das referidas árvores era, à época, a única que podia ser usada para o curtimento do couro (SCHAEFER–NOVELLI & CINTRON, p.335, 1994). Para esses autores, essa medida era tendenciosa, embora admitam que ela “reflete os primórdios de um plano de manejo voltado a garantir a exploração de um determinado produto”.

Segundo Polette (1995, p.58-59) entre 1920 a 1948 foram criadas as seguintes leis e decretos que regulamentavam diretamente os manguezais:

Lei 14.536, de 31 de dezembro de 1920: determina o não aforamento dos mangues, mas permite o arrendamento para corte, dentro das normas de preservação, proíbe seu aterro ou apossamento.

1º Congresso Nacional de Pesca, 1934-1936: regulamenta a utilização do manguezal, associando seu valor às atividades pesqueiras.

⁸ “...Sou servido ordenar, que da publicação desta em diante, se não cortem as árvores de Mangues, que não estiver já descascadas, debaixo da pena de cincoenta mil réis, que será paga de cadea, onde estarão os culpados por tempo de três mezes, dobrando-se as condições, e o tempo de prisão pelas reincidências;...” (Trecho do Alvará expedido por D. José, Rei de Portugal, 1760:335).

Decreto Lei 9.760, de 05 de agosto de 1940: estabelece novas normas para aforamento de terras de marinha e dá outras providências. Nesses terrenos estão incluídas as áreas de manguezal.

Decreto Lei 9.760, de 05 de setembro de 1946: inclui, entre bens imóveis da União, os terrenos de marinha e seus acrescidos.

Decreto Legislativo Nº 03, de 13 de fevereiro de 1948: aprova a Convenção para Proteção da Flora e da Fauna e Bens Cênicos Naturais das Paisagens da América.

Em 1965, com a criação do Código Florestal (LEI 4.771, de 15 de setembro), os manguezais passaram a ser considerados de preservação permanentes, conforme o que dispõe a alínea “F” do art. 2º:

“Considera-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formações de vegetação natural situadas nas restingas, como fixadora de dunas ou como estabilizadoras de mangues”.

Machado (1991, p.47), ao interpretar este artigo, afirma que quando o referido código diz que a proteção se dá “pelo só efeito desta lei”, isto significa que:

“O próprio Código já protegeu – em todo Brasil – todos os locais em que existam ou devam existir manguezais. Assim, não é preciso que um órgão público ambiental baixe um ato para dizer que um mangue está protegido, pois a própria lei federal (o código) já o fez. Isto é muito importante, pois os manguezais são áreas de preservação permanentes – APP – pelo efeito da lei, e só pelo efeito de outra lei – e não de um ato administrativo – podem ser alteradas, mutiladas ou suprimidas”.

Pode-se incluir também, de acordo com o autor, como proteção aos manguezais, a Lei 5.357, de 17 de novembro de 1967, que “estabelece penalidades para as embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras” e, também, a Lei 6.803, de 02 de julho de 1980, que “dispõe sobre as diretrizes básicas para zoneamento industrial em áreas críticas de poluição”.

Para Machado (1991), a Constituição do Brasil, de 1988, reforça o que já estava no artigo 2º do Código Florestal. Os manguezais só poderão sofrer alterações por ato legislativo. Ou seja, a Prefeitura Municipal, o Governo Estadual (através de suas Secretarias ou de seus órgãos ambientais), o Governo Federal (mediante Serviço do Patrimônio da União - SPU ou pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama) não podem autorizar qualquer alteração ou até extinção de manguezais. “Só a Lei pode tocar nesses espaços” (LOPES, 1999).

Em conformidade com o art. 20 da Constituição Federal, os manguezais, em geral, são patrimônios da União, por estarem localizados sobre terrenos de marinha e em contigüidade às praias. Partindo desse suposto, não cabe à Justiça Estadual, mas à Justiça Federal, através da Procuradoria da República, tomar decisões a respeito de conflitos existentes nessas áreas. Os manguezais, segundo Lopes (1999, p.41), “podem, também, estar localizados em bens particulares sem haver, no entanto, necessidade de desapropriação, nem de indenização para que sejam conservados”. Entende-se, aqui, que os proprietários dessas áreas devem zelar e manter em estado de completa conservação e preservação, tanto sua fauna quanto sua flora.

Para Machado (1991 p.48), no entanto,

“O meio mais adequado para proteger judicialmente os manguezais é através de Ação Civil Pública, pois ela permite às Associações Ambientais e aos Ministérios Públicos Federal e Estadual pedirem ao Juiz que obrigue os governos e particulares a respeitarem os manguezais. A desobediência acarretará multa, enquanto não for cumprida a obrigação de fazer e/ou de não fazer”.

Panitz (1998, p.3) menciona que “o problema é que quando este instrumento legal é acionado, muitas vezes o manguezal já se encontra em uma situação irreversível, com aterro e terraplanagem, o que impossibilita qualquer ação de recuperação”.

A Legislação Ambiental do Estado de Santa Catarina, mediante a Lei 5.793, de 15 de outubro de 1980, em seu artigos 49 e 50, também ampara esses ecossistemas. Com aprovação da Lei Federal 9.605, de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), que dispõe sobre sanções penais e administrativas relevante às condutas e atividades que lesam o meio ambiente, os manguezais ganharam um dispositivo legal a seu favor, conforme dispõe os artigos 38, 39, 40, 50, 52, 53, do Capítulo 5, Seção II (Dos Crimes contra a Flora).

O Ibama, no intuito de melhor preservar as áreas de manguezais, estabeleceu que, além de ser Áreas de Preservação Permanente - APP's, elas podem ser transformadas em Unidades de Conservação.

“As Unidades de Conservação são áreas protegidas e estabelecidas em ecossistemas significativo do território nacional pelo Governo Federal, bem como pelas Unidades de Federação, através dos Governos Estaduais e Municipais, em âmbito administrativo”. (IBAMA, 1995).

De acordo com o Centro de Estudo Cultura e Cidadania (CECCA) existe uma classificação das Unidades de Conservações e Espaços Ambientais Protegidos, onde se destaca as Áreas de Proteção Ambiental (APA's), que difere das APP's, conforme as citações a seguir:

“APA's são áreas terrestres e/ou aquáticas (...) submetidas à modalidades de manejo diversas, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, seminaturais, ou alteradas, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais ou proteger paisagens e atributos naturais e culturais importantes. É permitida a visitação pública. Normalmente são constituídas em áreas de propriedades privadas. (CECCA, p.129-130, 1997)

“As APP's são áreas onde não são permitidas qualquer tipo de ocupação ou edificação. São definidas no zoneamento territorial do Plano Diretor do Município, que se baseia no Código Florestal (Lei nº 4.77, de 15/09/1965) e outros diplomas legais” (CECCA, p.28, 1997).

Foi através do documento supracitado do Ibama que, em 1996, o Manguezal de Palhoça passou a ser considerado “Parque Municipal de Palhoça”, através do Decreto nº 428/96, de 13 de maio de 1996 (ANEXO IV).

O Parque Municipal de Palhoça foi criado no ano de 1996, com o intuito de impedir a ocupação humana e de conservar o que ainda existe de manguezal. Todo processo de criação do Parque iniciou-se em 1993, quando a Secretaria de Meio Ambiente e Habitação do município, em conjunto com Fatma, Ibama, UFSC e Promotoria da Coletividade, realizaram várias reuniões para discutir a área de mangue que seria demarcada. Destaque-se que a Lei Orgânica do Município de 1990 já previa esses limites.

Após inúmeras reuniões e tentativas de solucionar o problema da demarcação, não se conseguiu chegar a nenhuma estratégia de preservação do ecossistema. Nesse período, a ocupação espontânea e/ou invasão encontrava-se acelerada. Com o objetivo de conter tal processo, a então Secretária de Meio Ambiente e Habitação decidiu iniciar a demarcação. Não havia base em critérios técnicos e tampouco foi realizado estudo prévio. Seguindo o modelo adotado na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, em Florianópolis, a demarcação do Parque obedeceu aos limites de ocorrência da vegetação típica de manguezal, excluindo as áreas já invadidas. Essa medida foi adotada porque não havia local adequado para recolocar os ocupantes e invasores dentro do município.

O processo de demarcação aconteceu ao mesmo tempo em que foi executado um cadastramento das famílias que habitavam os lotes extremantes ao mangue, nos bairros e loteamentos Dona Júlia, Laranjeiras, Clarice, Rio Grande e Patural.

Mesmo nas áreas já demarcadas, o processo de ocupação continuou sem controle por parte dos órgãos responsáveis. Foram pouquíssimos os casos onde houve

desocupação de lotes irregulares. Pelo contrário, muitos outros foram aterrados e ocupados, vendidos e trocados.

Após mais de oito anos de criação do Parque, a situação do manguezal não mudou. A própria colocação de mourões para delimitação do parque ainda não foi concluída. Os funcionários que realizam este trabalho encontram grande dificuldade em relação às novas ocupações. Mais do que isso, praticamente todos os dias mourões são mudados de posição e avançados mangue adentro. Isto mostra que a criação do Parque, por si só, não é suficiente para coibir as ocupações.

O manguezal de Palhoça, de forma geral, está legalmente bem protegido e amparado. A prática mostra, porém, que todo esse aparato jurídico não é suficiente para garantir a integridade desse ecossistema. A existência de leis, por si só, não impede o mau uso e a destruição dos manguezais. Prova disto é o que vem acontecendo nas áreas de manguezais espalhadas pelo litoral brasileiro em nome das mais diferentes causas, em particular, a situação das áreas aqui estudadas.

Para Maciel (1991), o objetivo de gerenciar os manguezais é para mantê-los como um recurso renovável garantindo os recursos pesqueiros, a estabilização da costa e conservando suas características geomorfológicas, recreacionais e científicas.

Hoje, preservar é uma palavra aludida e reverenciada nos meios intelectuais e políticos. Na prática, entretanto, a conservação da natureza em países subdesenvolvidos enfrenta uma polarização decisiva: conservar e gerenciar os ecossistemas naturais, ou utilizar e no máximo, a curto prazo os seus recursos. Nos trópicos, este dilema se complica ainda mais devido à complexidade intrínseca de seus ecossistemas naturais, à lentidão dos avanços das pesquisas básicas, às características socioeconômicas e ao descumprimento das Leis Ambientais por vários setores da sociedade.

No caso específico do manguezal de Palhoça, cabe, em primeira análise, à Prefeitura Municipal coibir a invasão das áreas de manguezal, já que o município tem, segundo o artigo 225 da Constituição Federal, o dever de defender e preservar o meio ambiente. Segundo o Promotor de Justiça e Curador do Meio Ambiente da Comarca de Palhoça, em entrevista direta, o município está, no entanto, sendo omissos. Para o magistrado – a quem cabe, de uma forma indutiva, o papel de provocar, instar as obrigações a quem se deva cumprir com seu dever de defesa e preservação – essa omissão ocorre há muito tempo, com a liberdade que têm migrantes e exploradores do ramo imobiliário para a invasão das áreas de mangue. Nas palavras dele, “o município de Palhoça é o retrato da omissão quando se trata da proteção do mangue”. Ainda seguindo o Senhor Promotor, os governos federal e estadual também têm o dever de proteger o mangue. O primeiro, porque o manguezal é uma área "de marinha" e, como tal, de propriedade da União. Em suma, as três esferas do poder público têm o dever de proporcionar meios que permitam a proteção desses ecossistemas. Além disso, a Constituição Federal estabelece que a proteção do meio ambiente é dever do Estado, mas também da coletividade. Pesa a quem tem o conhecimento do processo de invasão e degradação do mangue, como exercício da cidadania, a obrigação de comunicar o fato aos órgãos competentes, ou seja, à Prefeitura Municipal, à Polícia Militar Ambiental, à Fatma e ao Ibama.

Com o propósito de compreender o processo de pressão antrópica sobre o Manguezal de Palhoça, bem como os principais aspectos que justificam a sua ocupação desordenada, será discutida no tópico seguinte a história da ação do homem sobre o mangue.

1.3. Histórico da ocupação antrópica do Manguezal de Palhoça

A ocupação antrópica do manguezal de Palhoça se confunde com a própria história dessa cidade. De acordo com o depoimento verbal do historiador Claudir Silveira “se em 1793 existisse o Ibama, Palhoça não seria fundada”. Isso porque, praticamente, toda área central dessa cidade se desenvolveu sobre área de mangue, desde o seu primórdio.

De acordo com Silveira (1999), a história do povoamento de Palhoça está dividida em quatro períodos: o primeiro, Agrícola-Pescador (1793-1882), quando o município ainda era um pequeno vilarejo e suas atividades econômicas estavam voltadas à pesca e à produção de farinha de mandioca. O segundo, dos Transportes (1882-1926), quando servia de entreposto de mercadorias entre a Vila de Lages e Desterro, com inúmeras empresas de transporte que faziam a travessia entre o continente e a Ilha de Santa Catarina. O terceiro período é o da Decadência (1926-1975), que teve como principal fator a conclusão da Ponte Hercílio Luz em 1926. Com ela as mercadorias, transportadas em carroças, passaram a seguir direto à Ilha de Santa Catarina. Palhoça não era, assim, mais necessária como entreposto. O quarto período, o da Retomada do Desenvolvimento (a partir de 1975), se deu com a construção da BR 101 e a instalação do distrito industrial. Com isso, o município passa a receber um grande número de migrantes em busca de trabalho.

Scheidt (1988) julga que Palhoça, em 1864, ocupava um posto de muita importância no desenvolvimento da região e se encontrava em pleno desenvolvimento econômico, com grande crescimento populacional. À medida que se expandia, a cidade

ocupava áreas próximas aos mangues, pois as lanchas usadas no transporte de mercadorias eram obrigadas a atravessá-los através dos rios até chegar à terra firme.

No final do período Agrícola-Pescador, foi construída uma estrada com o intuito de ligar Palhoça a Desterro. Ela cortou, em alguns trechos, o mangue. Nesses trechos, as casas dos moradores foram construídas às margens da estrada, beirando, portanto, o mangue. Conforme levantamento em fotografias aéreas, realizado pelo autor, junto à Secretaria do Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Santa Catarina (SPG), o avanço urbano de Palhoça até 1937 se deu linearmente, sempre seguindo o sentido dessa estrada. A exceção era o centro da cidade, onde se encontrava a maior concentração populacional, que está voltado mais à porção oeste do território.

Com a conclusão da Ponte Hercílio Luz (1926), Palhoça começou a perder suas perspectivas econômicas, passando a ocorrer uma estagnação no crescimento populacional (SCHEIDT, 1988). O crescimento urbano da região voltou-se para Florianópolis, que absorvia toda população circunvizinha. A partir da década de 50, a capital iria aumentar suas funções administrativas, ampliando sua expansão e absorvendo ainda mais mão-de-obra de Palhoça e de outros municípios vizinhos (LAGO, 1988). Mais tarde, a expansão urbana da capital, aliada à própria especulação imobiliária, induziu também a valorização das áreas da “pré-metrópole”, que, gradativamente, passam a se constituir em dormitórios de Florianópolis.

De acordo com Scheidt (1988), em 1978 já se pode observar uma grande modificação na parte dos manguezais, quer pelos aterros, construções, ou mesmo pela aquíicultura (construções de tanques para criação de camarões em cativeiros).

Ribeiro (1987) afirma que a expansão populacional de Palhoça se processa progressivamente para dentro do manguezal, uma vez que a faixa de ocupação encontra-se “espremida entre a BR 101 e o mar”. Outro problema é a valorização dos terrenos em

Florianópolis, o que faz com que os loteamentos e construções populares sejam instalados nos municípios vizinhos, como Palhoça. A partir de meado da década de 90, principalmente com o início da duplicação da BR 101, também médios e grandes loteamentos foram instalados na margem oeste da rodovia, fazendo com que também essas áreas, até então grandes vazios demográficos, fossem ocupadas (Figura 02).



Figura 02: Vista aérea dos Loteamentos Pedra Branca e Pagani (às margens da BR 101, oeste).
FONTE: Empreendimento Pedra Branca, 2000.

Durante todo esse tempo, principalmente no último período, o manguezal de Palhoça foi alvo de grande degradação, motivada, sobretudo pela especulação imobiliária e a implantação irregular de loteamentos, assim como, pelo lançamento de resíduos sólidos e líquidos. Segundo Ribeiro (1987), na fase mais recente, grandes extensões de manguezal foram objeto de investidas de algumas empresas imobiliárias, que viam a possibilidade de bons negócios a custos irrisórios e com lucros fáceis. De acordo com a autora, milhares de lotes foram criados, sem que as autoridades se opusessem à transferência ilícita de terras da coletividade às mãos de particulares

(Ribeiro, 1987, p. 32). Os projetos eram verdadeiras obras de ficção, pois só previam construções de moradias em padrões alcançáveis apenas pelas classes média-alta e alta. O que se percebe é que esses loteamentos estão, hoje, entre os que mais contribuem para o mau uso do ecossistema. A mesma autora classifica os primeiros ocupantes do manguezal de Palhoça, em três categorias. A primeira, a das pessoas pobres, vindas de outras regiões, que se estabeleceram no ecossistema, como única saída para resolver seus problemas habitacionais. A segunda, a dos “criadores de lotes” que, já possuindo uma ou mais casas no município, invadem este ambiente para formar lotes e construir casas que serão, posteriormente, vendidos ou alugados. A terceira categoria é a dos “usurpadores”. Mesmo conhecendo o quadro legal que protege o manguezal, eles insistem junto a autoridades, fazem tráfico de influências e, depois de anos, conseguem passar para si extensas terras de marinha que loteiam em seguida.

O crescimento de Palhoça pode ser associado ao que Lago (1988) denominou de “processo de pré-metropolização” de Florianópolis, conurbando-se com São José e Biguaçu. Todo esse processo iniciou-se já na década de 60, como consequência da expansão urbana e da especulação imobiliária em Florianópolis, levando a uma grande valorização das áreas vizinhas. Contribuíram ainda nesse processo a inauguração da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a construção da BR 101, em 1975. De acordo com Villaverde (1996) a partir daí a cidade de Palhoça ganha nova morfologia, criada por uma estrutura desenvolvimentista: o esquema da cidade dormitório por crescimento demográfico.

A construção da BR 101, se, por um lado, até meados da década de 90, serviu para auxiliar no crescimento do município, por outro, promoveu a divisão da cidade, confinando sua área central entre a rodovia e o manguezal. Esse fator pode ser considerado como um dos principais agravantes da ocupação do manguezal de Palhoça,

pois é para esta área que tende o crescimento e expansão da cidade. Mais recentemente, com a duplicação dessa rodovia e a abertura de novos acessos para o lado oeste da cidade, novos loteamentos e empreendimentos têm surgido em áreas fora do manguezal.

No Relatório Final do “Projeto de Gerenciamento Costeiro” (IBGE, 1998), a BR 101 é considerada como um fator que propicia o adensamento populacional, facilitando o aumento do fluxo de migrantes e criando situações relacionadas à presença de grupos marginalizados.

Ao trabalhar com os migrantes mais antigos⁹ nos manguezais de Palhoça, Scheidt (1988) faz as seguintes considerações:

1 – Procedência/Origem: as primeiras pessoas a ocupar os manguezais de Palhoça foram as do próprio município, o que comprova que a cidade encontra seu espaço de crescimento nas proximidades do seu sítio original, que até hoje ainda é o centro dinâmico da cidade.

2 – Classe de Habitação: havia, na época, um predomínio de ocupação de mangue por pessoas de classe média. Ou seja, a ocupação do mangue não era, então, um problema social, mas sim de comodidade. As pessoas queriam ficar mais próximas dos serviços urbanos oferecidos. Foi justamente este motivo que levou a uma maior ocupação desse ecossistema, naquele período.

3 – Local de Trabalho: apesar de já na década de 80 a cidade de Palhoça iniciar seu processo de interligação espacial com São José e, principalmente, com Florianópolis, ela via, ao mesmo tempo, crescer sua demanda por infra-estrutura e serviços. Isto indica que Palhoça estava voltando a ser um centro dinâmico, que tendia cada vez mais a empregar parte de seus moradores. Todavia, o fato de Florianópolis demandar a maior parte dos empregos da região e possuir os Centros de Ensino Superior, Escolas

⁹ Esses migrantes são basicamente aqueles que migraram no início da década de 80, provenientes do interior do estado de Santa Catarina e também da região da grande Florianópolis.

profissionalizantes, empregos públicos estaduais e federais, fazia com que Palhoça continuasse a ser uma cidade dormitório.

Analisando-se estes três últimos pontos, pode-se concluir que as perspectivas de ocupação das áreas de mangue de Palhoça estavam relacionadas a sua localização, ao próprio crescimento vegetativo da população e à facilidade de acesso aos serviços, especialmente os públicos. Isso se combina ao desenvolvimento do setor terciário no centro do município. Nas décadas de 1980 e 1990, quando chegaram ao município muitos migrantes, as áreas de mangues eram as únicas "disponíveis" a quem almejassem um lugar mais próximo às zonas centrais.

Desta forma, o processo de ocupação do manguezal de Palhoça precisa ser analisado e acompanhado de uma reflexão acerca do crescimento urbano do município. No item a seguir, será realizada uma análise sobre o crescimento da cidade de Palhoça, em comparação com a expansão das principais áreas urbanas brasileiras.

1.4. Palhoça, sua inserção nos contextos regional e da expansão urbana brasileira

Palhoça precisa ser pensada no contexto da Região Metropolitana de Florianópolis e São José. Segundo Ribeiro e Lago (1992), os primeiros estudos que se preocuparam em analisar o processo de metropolização brasileira nasceram da Ciência da Geografia. Nos anos 40 e 50, os estudos eram principalmente descritivos sob a grande influência dos autores franceses, dentre eles se destacam Pierre Deffontaines e

Pierre Monbeig. O pólo de investigação nesses estudos é a cidade como unidade espacial e econômica.

Ainda sob a influência de autores franceses, principalmente Jean Tricart e Michel Rochefort, nos anos 60, a cidade passa a ser analisada como integrante do sistema urbano. No Brasil, Geicger em 1963 e Milton Santos em 1967 escrevem trabalhos influenciados por essa corrente e tornam-se os primeiros na “adoção do enfoque interurbano e o estabelecimento de relações entre o crescimento econômico nacional e as características do conjunto da estrutura urbana” (RIBEIRO e LAGO, 1992 p.156).

É no final dessa década, porém, que começam a se desenvolver estudos interurbanos. Nessa linha, existem no Brasil dois movimentos de pesquisa que se diferenciam pelas abordagens e pelo objeto empírico tomado. São os trabalhos desenvolvidos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em São Paulo, prevalecem pesquisas que buscam demonstrar as conexões concretas entre as características da metropolização e a reprodução do capital na economia brasileira. Já no Rio de Janeiro, busca-se identificar a dinâmica urbana geradora das desigualdades sociais nas metrópoles (Silveira, 1994).

Ribeiro e Lago (1992) afirmam que ambos os movimentos vão consolidar a noção de “padrão periférico de urbanização” como definidores desses modelos: a segregação social das camadas populares de menor renda, a autoconstrução das moradias e a precariedade das condições de consumo coletivo. Enfim, o termo periferização é usado para designar um modo específico de estruturação do espaço urbano. Com isso, podemos identificar duas vertentes para explicação do padrão periférico. A primeira diz respeito à segregação residencial das camadas mais pobres à conjunção dos efeitos do mercado fundiário e da intervenção do Estado. Essa separação

pode ser mostrada na distribuição espacial da população economicamente ativa, onde se aponta para a necessidade de pensar a cidade em termos de núcleos e periferia. Acrescente-se a isto, o fato de as políticas urbanas também terem importância nessa separação, já que se identifica uma má distribuição espacial dos investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos ditos coletivos. A segunda vertente procura entender a dinâmica metropolitana a partir da própria periferia, de sua lógica organizacional. Sob esta abordagem, busca-se analisar os processos de loteamento e demonstrar as práticas de espoliação dos compradores e as informalidades das operações econômicas.

Considera-se que para o caso em estudo há uma combinação das duas vertentes. Ou seja, o crescimento urbano de Palhoça, para as locais de manguezal, se deu de forma segregada e, ao mesmo tempo, exploratória e na informalidade, isto é, tanto os ocupantes pertencem ao grupo de pessoas excluídas socialmente, quanto são explorados por alguns usurpadores de lotes e imóveis.

Em suma, conforme Ribeiro e Lago (1992), o resultado desses processos é duplo: a segregação social das camadas populares, obrigando-as a morar nos espaços periféricos, e a exclusão dessas camadas do acesso aos equipamentos e serviços urbanos. Isso significa dizer que, independente da vertente, o caminho é único: a segregação espacial e social.

Finalizando, esses autores dão ênfase aos elementos analíticos que fundamentam o paradigma do padrão periférico, que explica a dinâmica da organização metropolitana:

- a) a dualidade centro/periferia tornou-se um conceito utilizado para entender o processo de expansão da estrutura interna das metrópoles;
- b) esse processo caracteriza-se por um movimento de expulsão/atração para a periferia;

- c) a noção de periferização abarca um processo de segregação e de diferenciação social no espaço, que possui causas econômicas, políticas e culturais;
- d) inerente aos modelos periféricos, a periferia é caracterizada enquanto espaço na reprodução precária da força de trabalho, ou seja, um espaço de carência;
- e) e, finalmente, a intervenção seletiva do Estado na alocação dos investimentos urbanos é tomada como mecanismo central no padrão periférico de crescimento.

A preferência por investimentos em locais centrais, explica, em parte, a precariedade da periferia. Por isso, é importante trabalhar aspectos socioeconômicos do município de Palhoça, com a intenção de demonstrar a dinâmica atual da economia deste município, bem como analisar os principais setores de destaque em questão.

Aspectos socioeconômicos de Palhoça

A finalidade é conhecer melhor as perspectivas de emprego, pois, como será visto adiante, este é o principal motivo da migração para esta cidade.

As perspectivas de empregos almejadas pelos migrantes devem ser observadas tendo em conta que Palhoça é – ou pelo menos era, até o final dos anos 90 – uma cidade dormitório na região metropolitana e que a maioria das oportunidades de emprego estava em Florianópolis e São José.

Segundo o IBGE (2000), a população do município é de 102.742 habitantes¹⁰, sendo 97.914 (95,13%) os que residem na zona urbana e 4.828 (4,97%), na zona rural. A renda *per capita* mensal de cada habitante é de R\$ 299,79, sendo que 9,4% da população vivem com renda insuficiente e 29,9% são considerados pobres (a título de comparação a renda *per capita* mensal média de Santa Catarina é de R\$ 349,32). Sua densidade demográfica é de 302,71 habitantes por km². O alto índice de pressão antrópica nas zonas urbanas, principalmente na região central da cidade, tem como conseqüência uma concentração de 320 habitantes por km². Ao contrário, nas zonas rurais se verifica uma baixa densidade demográfica: 17,29 habitantes por km². Deve ser considerado que uma parcela importante do espaço rural de Palhoça é composta de reservas naturais ou indígenas. o município tem uma extensão territorial importante e que parte dele está dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Existe, ainda, uma reserva indígena (Guaranis) localizada ao sul do município que ocupa grande extensão de terra entre os bairros Enseada de Brito, Passagem do Maciambú e Maciambú. É importante ressaltar que cerca de 62% da área limítrofe de Palhoça é Área de Preservação Permanente (APP), fator impeditivo a expansão horizontal do município naquela direção.

Palhoça ocupa atualmente a quinta posição em taxa de crescimento populacional do estado de Santa Catarina e apresenta uma taxa de urbanização de 96,14%, a maior da área conurbada de Florianópolis (IBGE, 2000). Essa alta taxa de urbanização, segundo Herrmann (1998), se deve ao fluxo migratório motivado pelo aumento das ofertas de emprego pelas empresas da região.

O setor primário da economia caracteriza-se pela produção de hortifrutigranjeiros, na maioria, em pequenas propriedades, com áreas inferiores a cinco hectares. De acordo com os dados da Secretaria de Agricultura, Pesca e Abastecimento

¹⁰ O município é o décimo primeiro em número de habitantes do estado de Santa Catarina (IBGE, 2000).

do município, uma das principais dificuldades dos produtores locais é a falta de mecanização que tem uso restrito em função do tamanho das propriedades e dos tipos de cultivo. Mesmo assim, o complexo produtivo agrícola instalado no município gera grandes divisas, seja pela comercialização dentro da região e do estado, seja pela exportação para outros estados (LOPES, 1999). Os principais produtos cultivados no município são tomate, pimentão, vagem, cenoura, batatinha, couve-flor, repolho, milho, batata doce, beterraba, aipim, pepino e palmeira real. A maioria das olerícolas são vendidas diretamente das propriedades para intermediários. A outra parte é comercializada na Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA/SC), em quitandas e intermediários. O arroz irrigado ocupa o primeiro lugar em área plantada com 900 hectares (PALHOÇA, 2004). Destaca-se ainda a criação de aves e bovinocultura de corte e leite, cuja produção é escoada no mercado interno, no CEASA/SC e na região metropolitana (id., 2004).

De acordo com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (id., 2004), a pesca é praticada no município de forma artesanal e profissional, em mar aberto e na Baía Sul. A pesca artesanal no município enfrenta alguns problemas referentes à legislação pesqueira e à limitação de recursos para aquisição de equipamentos e insumos. Outro grande problema vem sendo a diminuição nos recursos pesqueiros que estão sofrendo queda constante nos últimos tempos, cerca de 70% nos últimos 20 anos (LOPES, 1999). Parte desse problema pode ser atribuído à falta de sistemas de tratamento de esgoto, que acaba sendo lançado diretamente no ecossistema. A consequência é a diminuição da qualidade das águas nos manguezais e na baía, locais onde a maioria dos pescados passa parte de sua vida e são capturados. Por isso, ressalta-se a importância da implantação de sistemas de tratamento de efluentes.

Uma atividade em franco crescimento em Palhoça é a maricultura. Hoje, o município ocupa a segunda colocação em produção de mexilhões no estado. O Quadro 3 mostra a produção de mexilhão nos últimos 14 anos, que praticamente foi multiplicada em oito vezes. Essa atividade foi iniciada em 1989, com poucos produtores, orientados por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina – Epagri. Atualmente, 183 maricultores dependem diretamente da maricultura, seja na produção de mexilhões, seja no seu desconcho e beneficiamento. São cerca de 240 famílias envolvidas nessa atividade, que envolve uma mão-de-obra de cerca de 1.100 pessoas direta e indiretamente. De acordo com informação direta da Federação das Associações de Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC), existem no município duas associações ligadas a esta entidade, que são: a Associação Municipal de Aqüicultura (AMAQ) e a Associação de Maricultores do Trabalho Familiar do Município de Palhoça (AMARIS).

Ano	Produção de mexilhão em kg	Aumento da produção de mexilhão (kg)/ano	
		kg	(%)
1991	380.000		
1992	708.800	328.800	86,32
1993	853.900	145.100	20,47
1994	1.395.000	541.100	63,37
1995	1.500.000	105.000	7,53
1996	2.213.000	713.000	47,52
1997	1.890.000	-323.000	-14,60
1998	2.500.000	610.000	24,40
1999	2.700.000	200.000	7,40
2000	2.800.000	100.000	3,57
2001	2.800.000	0	0,0
2002	3.000.000	200.000	6,66

2003	2.300,000 ¹¹	-700.000	-30,43
2004	3.200.000 ¹²	900.000	28,12

Quadro 3: Produção de mexilhão no município de Palhoça de 1991 a 2004
 FONTE: Epagri/SC, 2004. (dados do relatório anual de atividades de 2004, não publicado).

Hoje, segundo dados da Epagri, a área total demarcada para o cultivo de mexilhões em Palhoça é de 285 hectares, distribuídos em 23 loteamentos. Essa área se encontra totalmente ocupada e há uma pressão de demanda por parte de potenciais maricultores.

Além da importância do manguezal para esta atividade econômica estruturada, ele é fundamental na reprodução de vários moluscos, como o berbigão e a ostra, que são “catados” por algumas famílias e servem como fonte alimentar e como complemento de renda média mensal.

A maior fonte de emprego e riqueza do município vem, contudo, das indústrias e empresas de serviços. A construção da BR 101 proporcionou, a partir de 1989, um importante passo das atividades industriais, com a instalação do Parque Industrial de Palhoça, com 353.142,00 m², sendo que 244.267,55m² foram destinados à instalação de indústrias.

Hoje, cerca de 641 indústrias estão instaladas em todo município, sendo 178 do ramo de fabricação de móveis e indústrias diversas; 93 empresas no ramo de produtos alimentícios e bebidas; 74 no ramo de metal, máquinas e equipamentos; 27 no ramo de produção mineral e não-metálicos; e 20 empresas do ramo de vestuários e acessórios (SEBRAE, 2003). As restantes são, na maioria, de pequeno porte.

O setor terciário representa a base da economia do município. Segundo a Prefeitura Municipal, em 2004, existiam em Palhoça aproximadamente 2.519

¹¹ Nesse ano, os números de produção baixaram por causa da proibição do Ibama em relação à coleta de sementes dos mexilhões nos costões catarinenses.

¹² Dados estimados pelos Técnicos da Epagri/SC, pois até esta data (07/01/05) ainda não tinham sido terminados os relatórios de atividades do ano de 2004.

estabelecimentos prestadores de serviços (bares, mercearias, mini-mercados, mercados, supermercados, lojas de confecção, serviços de manutenção elétrica e hidráulica, consultórios médicos, clínicas médicas, dentistas, advogados, técnicos de contabilidades e outros). Com 1.391 empresas, o comércio é a atividade predominante, na forma de pequenos estabelecimentos. Os principais ramos do comércio local são os seguintes: não especializados (319); especializado em lojas (221); manutenção e reparos de veículos automotores (173); comércio de tecidos, artigos diversos, vestuário e calçados (170); comércio não realizado em lojas (122). As demais ocupam lugares menos expressivos (Palhoça, 2004). O turismo é uma atividade em expansão no município. As praias da região Sul (Enseada de Brito, Praia do Sonho, Papagaios, Pinheira e Guarda do Embaú), juntamente com montanhas e locais pitorescos atraem turistas de vários estados brasileiros e de outros países, principalmente da América do Sul. Impulsionados por esse incremento econômico, crescem as instalações de hotéis, pousadas e cabanas para locação. Essa atividade contribui também para o aumento da renda de muitas famílias, que alugam suas residências para veranistas. E, somado a isto, a oferta de empregos cresce em consequência dos serviços oferecidos aos turistas.

O crescimento econômico, o aumento populacional e a expansão urbana, como foi discutido, vão ter consequências importantes para o manguezal. Para finalizar este capítulo, e passar à análise da percepção dos seus ocupantes, é necessário quantificar os resultados deste cerco.

1.5. A regressão do manguezal

Para estimar a redução da área do manguezal, buscou-se o apoio da equipe do Núcleo de Geoprocessamento da Ciram/Epagri. Com base em interpretação visual de imagens de Satélite Landsat 7/ETM+, de 2002, (Figura 3), estimou-se a área aproximada do manguezal em 322,96 hectares, ou 3,23 quilômetros quadrados.

Considerando-se os dados do Quadro 4, adaptado de Lopes (1999), constata-se que, em relação a 1938, há uma redução da superfície do manguezal de 23 hectares (ou 0,23 km²), o que corresponde a 6,75%. Dizendo de outra forma, ainda persiste como mangue 93% da área que se tinha em 1938.

Ano	Área km ²	Área remanescente em relação a 1938 (%)	Área reduzida em relação a 1938	
			Km ²	(%)
1938	3,453			
1957	3,413	98,84	0,04	1,16
1978	2,834	82,07	0,62	17,93
1995	2,422	70,14	1,03	29,86

Quadro 4 – Área do Manguezal de Palhoça nos anos de 1938, 1957, 1978 e 1995.
FONTE: Adaptado de Lopes (1999).

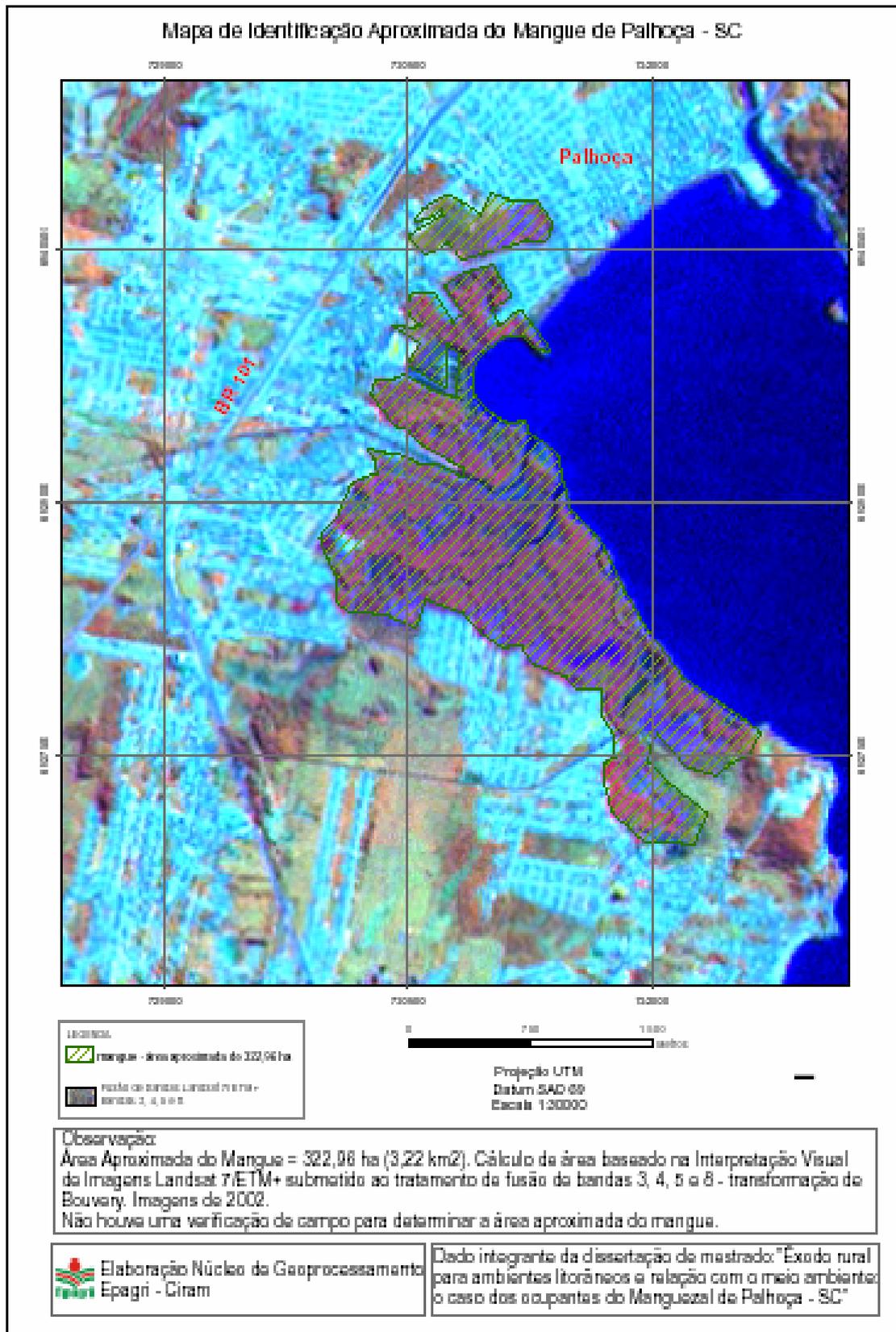


Figura 03: Mapa de Identificação aproximada do Mangue de Palhoça – SC.
 FONTE: Ciram/Epagri, 2005.

Percebe-se da leitura do quadro, no entanto, que Lopes (1999) já apontava um remanescente bastante inferior para 1995 (70%). Aquela autora indicava uma eliminação da vegetação típica do manguezal, principalmente em sua porção próxima ao centro de Palhoça e ao Loteamento Patural. Entrevistada diretamente, ela explicou que em seus cálculos considerou apenas as áreas cobertas com vegetação típica desse ecossistema, excluindo todas as parcelas de solo desnudo, os aterros, os locais onde foram construídos tanques para criação de camarões e toda área a oeste da Estrada Geral que liga Palhoça a São José (Rua João Bohr).

Para os objetivos deste trabalho, adotou-se uma visão mais ampla do "ambiente de mangue", alargando aquela centrada apenas na fauna e na flora do ecossistema e incluindo a presença e a intervenção humanas. Desta maneira, foram consideradas, aqui, as parcelas do mangue excluídas por Lopes (1999). Destaque-se, ao mesmo tempo, que com a criação do Parque, em 1996, houve a reconstituição de pequenas áreas das porções julgadas degradadas pelo mesmo autor..

Ao contrário de uma postura simplesmente alarmista, que seria favorecida por números mais expressivos de destruição, interessa, aqui, a partir da comparação da área remanescente com aquela de 1938, apontar, sobretudo, possibilidades e estratégias de preservação e recuperação para esse importante ecossistema. Apesar de tal número poder levar a crer que o mangue é pouco atingido pela ocupação humana – mesmo que 22 hectares representem uma área bastante expressiva – devem ser lembrados, também, os efeitos indiretos importantes com a ocupação humana no seu interior e com a urbanização no seu entorno. Conhecer como os moradores do Manguezal de Palhoça percebem, no seu cotidiano, este ecossistema, passa a ser, por isso, importante para pensar possibilidades e necessidades para resguardar o que resta.

Há que se considerar, ainda, as tendências de expansão/regressão ditadas pela dinâmica dos ecossistemas excluindo-se a interferência humana. Ou seja, o papel do homem na regressão destas 22 hectares pode estar sendo superestimada.

O próximo capítulo irá tratar das entrevistas que foram realizadas no decorrer dos trabalhos de campo. Será ressaltada a importância dada aos aspectos sócio-

ambientais, levantados a partir das falas dos moradores do manguezal de Palhoça sobre o seu dia-a-dia.

CAPÍTULO II

Migrantes e manguezal; como os mortais percebem o morrente¹³

Este capítulo trata exclusivamente dos trabalhos realizados em campo. É a parte da pesquisa que retrata a experiência vivida pelos migrantes em seu ambiente de destino. Ressalta-se que será dada maior importância à questão da percepção do ambiente, enquanto local de moradia, para os ocupantes do manguezal, via seu cotidiano. Tomando como ponto de partida os dados coletados durante o trabalho de campo, pretende-se caracterizar o cotidiano e as percepções ambientais dos moradores do mangue de Palhoça, a partir de sua concepção acerca da realidade vivida, sendo que, é na riqueza dessas informações e no seu modo de vida, que se pretende caracterizá-los.

¹³ Este título é derivado de um conto escrito pelo Historiador palhocense Claudir Silveira, intitulado “Mangda Marúlia” e que, adaptado, é utilizado em aulas de educação ambiental pelo autor desta pesquisa. *"Embora muitas pessoas vêem os mangues como um lugar inóspito, mal cheiroso e sem nenhum atrativo, existem aqueles que os vêem como fonte de inspiração. Este é o caso de um morador de Palhoça, chamado Claudir Silveira. Por ter morado nos limites do manguezal, era ali que quando criança soltava sua imaginação e vivia deliciosas aventuras, fascinado pelas histórias que seus pais contavam, tentando lhe assustar (...), de pessoas que sumiram nos atoleiros que engoliam as pessoas, (...) de seres fantásticos que habitavam este local e faziam pessoas desaparecerem.*

Certa vez, ainda criança, ele diz ter visto no manguezal, próximo a uma croa, onde descansava comendo baguaçu, uma mulher muito bonita que, pelo modo como se apresentava, parecia ser um espírito. Ela dizia ser Mangda Marúlia – Mangda porque habitava o mangue, Marúlia porque é filha do mar – um espírito protetor da flora e da fauna do manguezal. Que só se manifesta para os que se identificam com o ideal da preservação e quando quer assustar os destruidores aparece sob a forma de monstro.

Com Mangda, Claudir passou horas conversando. Falaram de amor, de amizade, de desilusão. Ela lhe falou sobre o manguezal e ele contou histórias sobre Palhoça; local que Mangda não pudera conhecer, impedida pela lama.

Depois do primeiro encontro tiveram outros. Claudir sentia-se atraído por ela e, por fim, apaixonou-se por Mangda. Porém, sua condição de mortal impedia tal união. Assim, Mangda tentou convence-lo a passar para seu universo, a tornar-se um ser encantado como ela. Queria que ele a ajudasse a proteger o manguezal, que fosse um de seus espíritos protetores.

No entanto, após muito pensar, Claudir decidiu por continuar um mortal, acreditando que desta forma seria mais útil a Mangda e ao manguezal; que só assim poderia tentar convencer os palhocenses a não destruí-lo.

Da última vez que Claudir encontrou Mangda ela chorava muito, dizendo que o manguezal iria morrer e com ele toda a vida existente; que ela já não suportava mais tanto esgotos, aterro e destruição. Dizia ainda que todos os destruidores seriam castigados com a “Maldição dos Caranguejos”, ou seja, as pessoas que destroem os manguezais terão o destino dos caranguejos. Não andam para frente, só para os lados e para traz, não progridem na vida.

Segundo a lenda, esta maldição também foi lançada sobre o município de Palhoça, pelo fato de sua sede ter sido construída sobre o manguezal."

Desta maneira, serão abordados, inicialmente, comentários a respeito de percepção, de ambiente e como os atores investigados podem se apropriar destes conceitos na sua totalidade. O dia-a-dia, as condições do ambiente, bem como os problemas de saúde enfrentados pelos moradores do manguezal de Palhoça, também serão focos de discussão neste capítulo. Em seguida será feita uma caracterização econômico-espacial dos locais de pesquisas para que se possa perceber o ambiente em questão. Na mesma linha, serão analisados ainda, os aspectos sociais destes locais, ressaltando os dados socioeconômicos coletados durante a pesquisa de campo. Finalmente, são trabalhadas as percepções do ambiente de manguezal, à luz dos trabalhos realizados em campo (trabalhos em grupos) com os moradores locais, onde se procura aprofundar e analisar com mais precisão o tema.

Quando se procura estudar as adversidades ambientais do ponto de vista de ex-agricultores, torna-se necessário, antes de tudo, definir o que se entende por ambiente, como acontecem as relações nesse meio e o modo como os atores o percebem. Segundo Uller Gómez (2001), não se pode de forma simples ou mesmo “cega” priorizar a conservação de certa área geográfica, sem que ela seja conhecida a partir da concepção daqueles que estão diretamente nela envolvidos. Desse modo, é preciso entender que o conceito de ambiente não se restringe à mera questão ambiental, mas envolve também aspectos culturais, políticos e socioeconômicos. Sendo assim, procura-se analisar a questão ambiental a partir de Brüger (1998, p.62), quando afirma que:

“... apesar do aparente consenso de que tal questão abrange um todo dinâmico que inclui aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos, éticos, estéticos e outros, o conceito de meio ambiente continua reduzido, no pensamento dominante, às suas dimensões naturais e técnicas”.

Entende-se que adversidade natural, como sugere Sales (2001, p.8),

“não é apenas os prejuízos imediatos à vida humana, mas aqueles causados ao meio físico e à biodiversidade, e que comprometem, de alguma forma, a sustentabilidade das gerações futuras. É preciso distinguir também que estas adversidades variam de acordo com a causa que a originou e, dependendo desta, elas podem estar mais ou menos relacionadas a uma das dimensões mencionadas – física, funcional e conjuntural”.

Sch lindwein e D’Agostini (1998, p.13) acrescentam que compreender a maneira como os agricultores¹⁴ percebem as adversidades é um desafio, mas também uma forma de favorecer a “articulação entre as ciências experimentais e as ciências narrativas”.

Deste modo, conhecer e analisar a percepção dos ex-agricultores em relação ao ecossistema de mangue é aqui indispensável. Entende-se percepção como “um processo mental da interação do indivíduo com o meio ambiente, que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos, e, principalmente, cognitivos” (DEL RIO, 1999, p.3). Acrescente-se a isto a importância que tem o pesquisador na compreensão e interpretação dessa interação. Assim, o conhecimento das percepções dos ex-agricultores deve ser entendido como um resultado da interação entre o pesquisador e o sujeito pesquisado. Neste sentido, para Ferrara (1999, p.63), trata-se de “alcançar esse objetivo, a partir de uma operação que não é rígida ou predeterminada, mas apenas uma possibilidade”.

Poltroniéri (1999) reconhece que essas percepções acontecem em graus diferentes. Processos catastróficos, como o efeito de um ciclone no continente ou mesmo um incêndio de proporções alarmantes, são facilmente percebidos por uma comunidade envolvida. Já, processos, cuja ação é mais lenta, passam quase que despercebidos ou não são percebidos com facilidade. É na segunda situação que se enquadra a degradação do manguezal de Palhoça. Para estudá-la delimitou-se uma área

¹⁴ O texto trata da percepção dos agricultores em relação aos seus problemas ambientais, mas pode ser aplicado ao ex-agricultores em estudo.

de estudo que corresponde aos Loteamentos Patural (Ponte do Imaruim), Clarice e Vila Nova (Barra do Aririú) e bairro Rio Grande.

O Loteamento Patural, localizado entre os dois locais mais populosos do município de Palhoça (Centro e bairro Ponte do Imaruim), tem o processo de migração mais consolidado. Isso porque nessa área a população residente é mais antiga do que nas outras áreas, tendo o processo de ocupação se iniciado na década de 50, segundo a Presidente do Conselho Comunitário local.

Os Loteamentos Vila Nova e Clarice, localizados no bairro da Barra do Aririú, ao Sul da Sede do município, dentre as três áreas de pesquisa, é a que apresenta uma ocupação humana mais recente e está se expandido muito rapidamente no sentido Leste-Oeste.

O cotidiano dos moradores do manguezal é marcado pelo tipo de espaço onde habitam e pelo espaço do trabalho e seu deslocamento até chegar nele. É nele que os moradores enfrentam seus problemas e carências em busca de um futuro melhor. Assim, compreendemos o cotidiano pela definição de Heller (1985, p.17):

“A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias e ideologia”.

As riquezas das informações que caracterizam o seu dia-a-dia carregam, portanto, as interpretações sobre o seu modo de vida. E essas informações serão fundamentais na tentativa de compreender tanto a apreensão que os atores têm da realidade quanto às relações no seu cotidiano. No trabalho com essas comunidades é importante pensá-las como espaços de coletividade, onde se processam, em sua gênese, um conjunto de necessidades, anseios, motivações e receios, suscitados pelos entrelaços

sociais nos quais ela se constituiu. Assim sendo é através da fala dos moradores que se pretende conhecer e aprofundar a análise sobre o seu cotidiano e nas suas percepções a respeito da realidade. Partindo da percepção que eles possuem acerca de suas condições de vida e do mangue como ecossistema, serão levantadas suas necessidades, possibilitando trazer à tona a expressão das carências sentidas por esses moradores. Neste trabalho privilegia-se o âmbito da moradia e da coletividade como fatores que possibilitarão conhecer e identificar melhor tais condições. A fim de caracterizar a realidade existente nos manguezais de Palhoça, pretende-se agora traçar um perfil dos ocupantes e analisar, inicialmente, através dos dados coletados durante a pesquisa de campo, as condições de saúde e de moradia, de infra-estrutura enfrentadas por eles.

1 - O perfil dos ocupantes do Manguezal de Palhoça

O tamanho médio das famílias dos entrevistados é de 4 habitantes por residências, que sobrevivem com uma renda média mensal de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais)¹⁵. No Loteamento Patural a renda mensal das famílias é maior, se comparada com as outras áreas, porque na maioria das 13 famílias entrevistadas existe algum membro, além do chefe de família, que trabalha fora, complementando a renda.

Dentre os 55 entrevistados, 41 disseram que o chefe da família é o esposo, 13 que é a esposa e 01 que são os dois. Quando perguntados “se o chefe da família trabalha”, 28 responderam positivamente, 18 negativamente, 06 que são aposentados e

¹⁵ Esse resultado foi obtido a partir da renda mensal média informada pelas 50 famílias que responderam a esta pergunta. Em uma família, o responsável encontrava-se desempregado e as outras quatro se recusaram a responder a indagação.

03 que são pensionistas. Ao se perguntar “se na família alguém mais trabalha fora”, para complementar a renda familiar, 30 afirmaram que “sim”. Desses, 18 disseram que algum parente complementa a renda familiar fazendo “bico”¹⁶ além da renda do chefe de família e 25 não contam com esse tipo de renda. Existem seis famílias que recebem auxílio do Programa “bolsa família”, como complemento de sua renda.

Quanto à diversidade dos municípios de origem, os migrantes foram agrupados por micro e mesorregiões de Santa Catarina e por “outras regiões do Brasil”. O Quadro 5 apresenta o local de origem e respectivos percentuais dos moradores dessas áreas.

Percebeu-se que no Loteamento Patural a incidência de moradores do município de Palhoça e da Grande Florianópolis é maior. Isso se justifica pelo fato da ocupação desse local ser mais antiga, conforme apontado anteriormente.

Em seus municípios de origem, metade dos entrevistados morava em zona rural e metade em zona urbana, no momento em que efetuaram a migração. Destes últimos, a maioria habitava em áreas limítrofes e suas origens eram também rurais. Cerca de 85% dos entrevistados moravam em casa própria antes de migrar. Porém, mesmo possuindo sua casa, eles optaram em migrar para outras regiões em busca de melhores condições de vida.

O Loteamento Clarice é o que mais recebeu migrantes oriundos de áreas urbanas, mas 88% desses moradores tinham os pais morando ainda na “roça”, quando migraram.

MESORREGIÃO DE ORIGEM	MICRORREGIÃO DE ORIGEM	PERCENTAGEM DO TOTAL DE MIGRANTES	TOTAL POR MESORREGIÃO
Grande Florianópolis	Florianópolis	20,00	26,26
	Tabuleiro	5,45	
	Tijucas	1,81	

¹⁶ São atividades que complementam a renda principal. Na maioria das vezes as pessoas trabalham como Auxiliar de Pedreiro (homem) ou como diarista (mulheres).

Oeste Catarinense	Chapecó	10,22	13,84
	Joaçaba	1,81	
	São Miguel D'Oeste	1,81	
Sul Catarinense	Tubarão	9,09	12,72
	Criciúma	3,63	
Vale do Itajaí	Ituporanga	5,45	12,70
	Blumenau	3,63	
	Rio do Sul	1,81	
	Itajaí	1,81	
Serrana	Campos de Lages	9,09	10,90
	Curitibanos	1,81	
Norte Catarinense	Joinville	3,63	5,44
	Canoinhas	1,81	
OUTRAS REGIÕES DO BRASIL	ESTADO	MIGRANTE (%)	TOTAL
Sul	Paraná	5,45	10,90
	Rio Grande do Sul	5,45	
Sudeste	São Paulo	3,63	3,63
Nordeste	Bahia	1,81	1,81
Norte	Pará	1,81	1,81

Quadro 5: Mesorregiões e Microrregiões de Santa Catarina de origem dos migrantes da área de pesquisa

FONTE: Pesquisa de campo realizada no bairro Rio Grande e nos Loteamentos Patural, Vila Nova e Clarice em Palhoça, SC, no mês de março e abril de 2004.

Do total, 29 tinham os pais residindo em zona rural e a renda familiar principal originava-se exclusivamente de atividades agrícolas diversas. A maioria foram agricultores, proprietários de pequenas áreas de terras e arrendatários. Dos 26 restantes, 18 moraram no interior dos municípios de origem. Percebe-se, assim, que, mesmo nas áreas urbanas desses municípios, a maioria já teve vínculo ou morou no meio rural em alguma fase de sua vida e que a cidade local foi a primeira escala do processo de migração para a região da Grande Florianópolis, conforme atesta o depoimento a seguir:

“Meu pai não tinha muita terra para plantar. Nós somos oito irmãos, todos trabalhando com ele. Eu, como sou uma das mais novas, achei melhor ir estudar na cidade (Chapecó). Trabalhei em casa de família durante alguns tempos, até me casar. Aí meu marido queria vir morar em Florianópolis, foi aonde viemos. Mas, primeiro moramos em Chapecó (ENTREVISTADO 02, Loteamento Clarice).

Perguntados se conhecem na vizinhança outras pessoas do mesmo município de origem, 34 responderam afirmativamente. Dentre os 21 que deram resposta negativa, vários (quantos???? A maioria????) são de outros estados. Alguns loteamentos do bairro Rio Grande são recentes, tendo como base populacional os migrantes. O depoimento de um dos moradores mais antigos da área, ratifica essa informação:

“Ah moço! Quase todo mundo daqui, veio de fora... do Oeste, da Serra, da região de Laguna, de outros estados do Brasil. Isso aqui é muito novo e vai crescer ainda mais”. (ENTREVISTADO 03, Rio Grande).

Perguntada sobre os motivos da migração, a grande maioria dos entrevistados apontou para o que julgava ser “assuntos familiares”. Recorde-se que as entrevistas foram feitas em sua grande parte com as mulheres. Elas afirmavam, por exemplo, ter acompanhado seus esposos, quando eles vieram em busca de novos empregos. Da mesma forma, às vezes, o tratamento de saúde de um parente era apontado como um assunto familiar. Como era esperado, a busca por emprego aparece como principal motivação para vinda à Palhoça. O depoimento abaixo é ilustrativo:

“Meu mano mais velho veio para cá, mais ou menos há uns sete anos. Arrumou um emprego bom, ajudante de pedreiro. Hoje ele é pedreiro. Eu sempre vinha visitar ele, um dia ele disse que a coisa estava ficando bom e eu resolvi ficar. Hoje nós trabalhamos juntos na construções que têm por aí. Está bem melhor do que lá na roça. Acho até que vamos trazer o pai também” (ENTREVISTADO 02, bairro Rio Grande).

Alguns entrevistados apontaram outros fatores específicos para a mudança, conforme indica o Quadro 6, principalmente tratamento de saúde e moradia.

MOTIVO	(%)
Assuntos familiares	43,63
Emprego	34,60
Tratamento de saúde	12,72
Moradia	5,45

Estudos	1,81
Lazer	1,81

Quadro 6: Principais motivos da migração para Palhoça

FONTE: Pesquisa de campo realizada no bairro Rio Grande e nos Loteamentos Patural, Clarice e Vila Nova em Palhoça, SC, no mês de março e abril de 2004.

Dos 55 entrevistados, 44 moram há mais de dois anos no município de Palhoça, dos quais 11 permaneceram sempre no mesmo local desde a migração, e 33 moraram em outros bairros, fazendo permutas no interior do manguezal ou em outros municípios da grande Florianópolis.

No Loteamento Patural, 13 dos 15 entrevistados residem no local há mais de dois anos. Nessa área, não cabe, portanto, a hipótese de que o manguezal é um local de transição para os migrantes. Isso pode ser ilustrado observando-se o depoimento abaixo de um antigo morador local:

“Apesar de todos os incômodos, aqui ainda é bom de morar. O que não presta aqui é somente a estrada, mas o resto é bom. Tem supermercado perto, posto de saúde, farmácia, ônibus quase na porta, a gurizada se diverte na rua, os vizinhos são bons (salvo um lá da frente da rua). Resumindo, aqui é legal, é perto de tudo” (ENTREVISTADO 02, Patural)

O mesmo não se pode afirmar do Loteamento Clarice, pois 35% dos migrantes são recém-chegados, ou seja, residem no local há menos de dois anos. Eles afirmaram que no município de Palhoça este é o seu primeiro local de moradia, ratificando a hipótese de que o manguezal é um local de transição, pelo menos no imaginário e projeto inicial das famílias.

Os que residem em casas próprias são 46, em imóveis cedidos sem custos 4, os que coabitam com parentes são 2 e apenas 3 moram em imóveis alugados. Dos imóveis pesquisados, 32 são construídos totalmente com madeira, 11 são de alvenaria e 12 são mistos. Quanto ao estado de conservação dos imóveis, na percepção do pesquisador, 21

encontram-se em estado regular, 24 em bom estado, 4 em ótimo estado e 6 em péssimo, necessitando de reparos urgentes. O estado de conservação das residências no Loteamento Clarice é o mais precário. Não se encontrou nenhuma residência em ótimo estado de conservação¹⁷.

Já, em relação ao tratamento sanitário, 52 residências possuem banheiros, mas apenas 30 têm fossa séptica¹⁸; 13 lançam seus resíduos líquidos diretamente a céu aberto, sem nenhum tratamento; 21 em valas, rios, nos manguezais; dois usam outro método de lançamento, não especificado¹⁹. Esse é um dos maiores problemas existentes nas áreas de manguezal, estendendo-se também a outros bairros da cidade. A afirmação foi ratificada por vários entrevistados que tem consciência disto.

Quando indagados se “se beneficiam dos manguezais”, retirando madeira ou alimento, 43 responderam que não, somente um afirmou retirar madeira e 11 disseram que se beneficiam dos mangues através de alimentos. Apontam-se, aqui, dois motivos que dificultam o não aproveitamento, por esses moradores, na retirada de alimentos fornecidos pelo mangue: o primeiro refere-se à questão da poluição do manguezal por dejetos humanos e resíduos líquidos provenientes das atividades domésticas das famílias que margeiam essa área e, também, de outras mais distantes, que são lançados diretamente via rede pluvial. O segundo diz respeito ao fato de os moradores acharem que é humilhante complementar a renda mensal ou a alimentação através da fauna do ambiente. É comum que os entrevistados afirmem não se alimentarem dos moluscos e crustáceos dos manguezais, mas seus vizinhos sim. Percebe-se uma depreciação do fato

¹⁷ Para fazer esta classificação, levou-se em consideração o tipo de material usado na construção, o tamanho do imóvel, a condição de conservação da residência, e as características de salubridade do ambiente.

¹⁸ No loteamento Clarice 04 residências possuem sistema de tratamento de esgoto composto por fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro, doado pelo Governo Federal, através do “Projeto Módulo Sanitário”, do qual o pesquisador participa.

¹⁹ É importante salientar que, no momento da pesquisa, pôde-se perceber que vários moradores tinham receio em afirmar que lançam seus dejetos, sem nenhum tratamento, diretamente no meio ambiente, pois muitos achavam que este trabalho iria denunciar suas atitudes aos órgãos competentes.

de alimentar-se desses recursos. Vários entrevistados dizem que no passado a comunidade em geral se alimentava dos “bichinhos” do mangue, porém, hoje é impossível, pois esse ecossistema está altamente poluído e eles (moradores) têm a consciência do perigo que esse procedimento pode ocasionar à saúde da coletividade. O relato abaixo serve como exemplificação:

“Moço, sou um dos moradores mais antigos dessa área de invasão. Já moro aqui há uns vinte anos. Quando eu morava mais lá no começo da rua, pescava todo dia quando chegava do serviço, tirava berbigão, ostra.... Hoje não dá mais para fazer isto, pois todo mundo joga esgoto, lixo, tudo o que não presta no mangue. Eu não sou doido de comer as coisas do mangue e morrer ou pegar uma doença depois. É uma pena que isso tenha acontecido” (ENTREVISTADO 01, bairro Rio Grande).

Em relação à forma de aquisição do lote, 33 compraram seus terrenos de antigos moradores que ocuparam a área. Apenas 16 proprietários possuem contrato de compra e venda do imóvel registrado em cartório civil; 16 têm recibo de compra e venda e 1 não quis responder. Houve 5 dos entrevistados que afirmaram invadir e ocupar seus lotes sem permissão de ninguém; 11 ocuparam com autorização da Prefeitura Municipal e/ou consentimento dos vizinhos; e 6 trocaram seus terrenos em outros bairros por lotes nesta área. Em relação às documentações dos lotes, 3 possuem termo de ocupação em nome do antigo proprietário; 14 não possuem nenhum tipo de documento que lhe comprove a posse do lote; e 5 apresentaram comprovante de pagamento de IPTU, junto à Prefeitura Municipal; 16 registraram em cartório os documentos de compra e venda dos lotes e os restantes não possuem nenhum tipo de documentação que comprove a posse das terras, apenas notas fiscais e pagamentos de conta de água e luz. Como comprovam os depoimentos, mesmo permanecendo irregular por muito tempo, as áreas ocupadas sempre foram providas de energia elétrica e abastecimento de água, por parte dos órgãos públicos responsáveis.

“Ah! Isso aqui é um balaio de gato, cara. Se tu fores perguntar para todo mundo daqui, a maioria não tem nenhum documento que comprove a posse do lote. Alguns até que tem a conta do IPTU da Prefeitura. Mas, quase tudo é irregular. E mesmo assim, sempre tivemos luz e água, pelo menos disso não podemos reclamar. (...) O pessoal do começo da rua geralmente comprou o lote com casa e tudo. Nós, daqui de trás, invadimos mesmo ou compramos de alguém que invadiu antes” (ENTREVISTADO 04, Loteamento Dona Júlia, Rio Grande).

“Olha moço, sei que a sua intenção é muito boa. Aqui a maioria das pessoas comprou os terrenos de outras pessoas que nem precisavam invadir, mas invadiram. Ninguém possui a documentação completa porque quando nós compramos dos antigos donos, eles também não tinham. Tirar nós daqui, ninguém vai mesmo, pois já moramos aqui há muito tempo, então do que importa um pedaço de papel? A única coisa que temos no nosso nome é o talão de água e luz, que sempre tivemos” (ENTREVISTADO 04, Patural).

Ainda em relação às residências pesquisadas, a média de construções em cada lote é de 1,54 habitações, sendo que 40 terrenos encontram-se totalmente aterrados, 14, parcialmente aterrados e somente um se encontra sem aterro, sujeito às cheias das marés.

Já com referência ao projeto de futuro dos entrevistados nestas áreas, obtiveram-se os seguintes dados: 29 esperam fixar residência nesse local, argumentando principalmente a proximidade com a sede do município; 26 esperam sair e ir para outro lugar, dos quais 16 desejam mudar apenas de bairro, 7 ir para outro município da Grande Florianópolis e 3 esperam continuar no mesmo loteamento, mudando apenas de lote. As pessoas que moram no manguezal há mais tempo e conhecem a realidade local foram as que disseram que preferem vender seu lote e mudar de endereço.

Quando perguntados se eles esperam retornar ao seu local de origem, independentemente da região ou estado, 48 responderam que não e 7 que sim. Os motivos para não quererem voltar aos municípios de origem vão desde razões familiares, à falta de oportunidade de emprego em sua região, até às dificuldades encontradas no campo, tais como falta de terra suficiente para toda família, falta de

recursos financeiros para iniciar um negócio, dificuldades em transportes, falta de lazer. Já os que desejam retornar aos seus locais de origem alegaram a não adaptação às áreas de mangue, a saudade do lugar com sua tranquilidade, e de familiares e a falta de uma área apropriada para plantar (“uma horta”, “plantar aipim”). O depoimento a seguir resume de forma clara o sentimento que eles sentem por seu local de origem:

“Lá na roça tudo o que se plantava colhia. Eu queria voltar para lá só para poder fazer tudo o que fazia antes. Só não falo em voltar porque se eu abrir a boca para voltar os filhos... ninguém vai querer ir. Mas se um dia eu ganhar o Prêmio do César Souza²⁰, eu volto” (ENTREVISTADO 02, Loteamento Patural).

Por esses motivos, 31 responderam que, apesar das dificuldades encontradas no manguezal, depositam grandes esperanças de um futuro promissor da comunidade; 23 anteciparam um cenário futuro negativo e um não soube responder. Aqueles que responderam de forma positiva argumentam que acreditam na melhoria da infraestrutura e da vida comunitária do bairro. Já os que têm uma opinião pessimista mencionaram as questões políticas, enfatizando o lado negativo dos políticos e governante locais.

No geral, quanto às questões de infra-estrutura e perspectivas de melhoria na qualidade de vida da comunidade, 36 indicaram não haver quaisquer perspectivas de melhora, 7 têm pouca expectativa e 11 guardam muitas expectativas de que no futuro aconteçam as melhorias esperadas. Um entrevistado do Loteamento Patural, resume esta questão da seguinte forma:

“O problema todo aqui é político. Todo mundo que vem aqui diz que não pode fazer nada porque é uma invasão. Quando é ano de eleição, como este, os candidatos prometem tudo. Mas é como você está vendo, mal dá para entrar um carro na servidão. Mas eu acho que com um novo Prefeito as coisas vão melhorar. Eu tenho muita fé” (ENTREVISTADO 02, Patural).

²⁰ César Souza além de político é comunicador e apresentador de um programa regional de televisão. Ele detém os direitos de uma loteria chamada “Casa Feliz”. São sorteados diariamente automóveis, casas e prêmios em dinheiro.

No Loteamento Clarice as pessoas são mais pessimistas em relação às melhorias em infra-estrutura e denunciam o fato do abandono por parte da Prefeitura. Pelo depoimento abaixo, se pode perceber esse sentimento e as poucas perspectivas de melhorias para o local.

“Este local está abandonado por todos, até parece que não tem Prefeito nesta cidade. As ruas são só buracos... quando chove ninguém passa. Não se tem um lugar para as crianças brincar. No mangue não dá para fazer isso, pois é só maruim, lama e mau cheiro, além do lixo que todo mundo joga. Por isso que eu quero ir embora daqui” (ENTREVISTADO 04, Loteamento Clarice).

Em relação à vida social e comunitária, 26 entrevistados afirmaram não haver nenhum tipo de associação no bairro; 27 disseram que existe uma associação de moradores; e 2 não sabem de tal existência. Por esses dados percebe-se que o aspecto social e comunitário dos moradores de manguezais de Palhoça é muito diferente, dependendo do loteamento. No loteamento Patural as questões sociais são de conhecimento de todos, pois a maioria sabe da existência da associação de moradores do local, embora nem todos freqüentem as reuniões. Percebe-se também que é comunidade mais organizada, tendo uma associação de moradores do bairro (Associação de Moradores do Loteamento Belmar²¹), que participa das tomadas de decisões políticas no local. Ao contrário das outras áreas, “a participação nas atividades comunitárias e sociais é bastante significativa, tendo inclusive a presença de moradores do manguezal na diretoria da associação”, afirma a sua coordenadora. Existe também

²¹ O Loteamento Belmar é uma significativa área que está contida dentro dos limites da região do Patural, habitada por um universo de famílias economicamente privilegiadas se comparada ao restante da população. Foi um loteamento criado na década de 60 e para marcar a “distinção” em relação ao Loteamento Patural, optou por outro nome (Belmar). Este loteamento se expandiu e avançou em áreas de mangue. O Loteamento Belmar é mais organizado socialmente e lidera relações sociais inclusive nas áreas externas a seus domínios.

uma expressiva participação nas atividades religiosas entre os entrevistados. Cerca de 80%, freqüentam as reuniões e atividades realizadas em suas igrejas²².

Já no bairro Rio Grande o trabalho coletivo não vem sendo muito exercitado, pois a maioria desconhece a existência da associação de moradores do local. O mesmo se pode afirmar dos moradores dos Loteamentos Clarice e Vila Nova, onde 62% deles desconhecem as associações existentes. Das pessoas que participam das atividades sociais no bairro Rio Grande e nos Loteamentos Clarice e Vila Nova, nenhuma demonstrou exercer algum tipo de liderança comunitária, ficando a sua participação limitada à condição de expectador. Ao contrário, no Loteamento Patural, há ocupantes que exercem lideranças dentro da comunidade, inclusive fora da área em estudo.

Em relação às três áreas de estudos alguns aspectos distintos podem ser destacados. De um modo geral, os migrantes que habitam a área de mangue no Loteamento Patural têm, do ponto de vista econômico, melhores condições em relação aos das outras áreas. Nota-se que, neste loteamento, os migrantes já estão mais consolidados economicamente, isto se reflete nas melhores condições de moradia e na organização sócio-espacial. Explica-se esse fato em razão da comunidade ser a mais antiga entre as pesquisadas, e também porque o bairro fica mais próximo à sede do município. Isso facilitou o acesso a vários benefícios e infra-estrutura.

Uma das vantagens dessa intensa vida social e religiosa nessa área, é que as reuniões servem como ponto de encontro e confraternização entre os migrantes de um mesmo município ou região e ainda como local para diálogos sobre questões pertinentes à região ou ao município de origem.

Ao contrário dos moradores do Patural, notou-se certa aversão às atividades sociais e religiosas, por parte dos ocupantes dos mangues dos loteamentos Clarice e Vila

²² Predomina neste loteamento os adeptos às religiões Católica, Luteranos, Adventistas e os da Assembléia de Deus.

Nova e no bairro Rio Grande²³. Um fator que contribui bastante para esse quadro é a grande extensão territorial, em escala local de suas áreas. No Loteamento Clarice somente 35% dos entrevistados disseram que existe algum tipo de associação no bairro. Deste total, cerca de 65% não participam de atividades sociais ou comunitárias. Entre os ocupantes do manguezal do Rio Grande, esse percentual é ainda maior, sendo que 70% não participam ou não sabem da existência de algum tipo de associação no bairro.

Percebe-se que nos manguezais dos Loteamentos Clarice e Vila Nova e do Rio Grande existe uma maior e mais constante reclamação dos ocupantes em relação à distância entre esses locais e a sede do município (aproximadamente 6 km e 4 km, respectivamente). Todavia, alguns serviços urbanos básicos (saúde, transporte, escolas, comércios etc.) são de fácil acesso, principalmente no bairro da Barra do Aririú e Loteamento Vila Nova.

Observou-se que essas áreas representam, na maioria dos casos, um ponto de chegada para os migrantes que escolhem Palhoça como local de destino. Passado o primeiro contato e um período de transição, eles procuram outros locais no próprio município. Vários entrevistados demonstraram interesse em sair da área de manguezal e ir para outro local, o que é ilustrado pelo depoimento abaixo:

“Aqui é bom de morar porque fica mais perto de tudo. Mas por outro lado, quando dá a maré alta e a água salgada invade a casa é um Deus nos acuda. Além do trabalho de levantar as coisas, dá muito prejuízo, quando a gente não está em casa para levantar os móveis. Tem hora que dá vontade de largar tudo e ir para outro lugar longe daqui” (ENTREVISTADO 02, Patural).

²³ A região da Barra do Aririú, onde se localizam os Loteamento Clarice e o bairro Rio Grande, é, segundo o IBGE (2000), a terceira região mais populosa de Palhoça, ficando atrás apenas da Ponte do Imaruim e da Sede do município.

Alguns desses entrevistados citam o local para o qual gostariam de ir, a exemplo da Comunidade da Barreira²⁴ e o da Bela Vista. No entanto, no Loteamento Patural não se constatou o desejo de retornar para a região de origem. Um dos motivos que levam os migrantes a pensar desta maneira é a facilidade ao acesso em algumas infra-estruturas urbana, como argumenta o entrevistado acima.

Esta constatação é corroborada por uma pesquisa realizada pela Prefeitura do Município na Comunidade da Barreira. Nela se observou que vários moradores desta área já residiram em outros bairros do município, especialmente no Manguezal de Palhoça e no entorno.

Além da Comunidade da Barreira, existem mais duas áreas que estão sendo foco de um crescente processo de migração no município: o Morro do Vale das Gaivotas e o Morro da Rua Cezar René Wagner, ambos no bairro Alto Aririú (Figura 3). Estas duas áreas são habitadas, segundo os dados do Programa Habitat Brasil, coordenados pela Prefeitura Municipal, por mais de 90% de migrantes, quase todos das mesorregiões Serrana e Oeste Catarinense. Vários desses moradores afirmaram que já moraram nas áreas de manguezais do município.

É importante considerar os motivos que estão levando uma parcela dos ocupantes dos manguezais a trocar, vender ou alugar seus lotes e procurar outros locais mais distantes dos mangues. Segundo os próprios moradores entrevistados, que ainda estão no local, o manguezal é uma área inóspita, que em alguns momentos se encontra seca e em outros inundada. Além disso, ele é de difícil “manuseio” e é totalmente diferente da “natureza” conhecida por eles.

²⁴ A Barreira está localizada no bairro Bela Vista, distante cerca de 3 km do centro de Palhoça e que é muito disputado por migrantes, pois fica distante da área de mangue. Porém, assim como todas as áreas periféricas do município, está desprovida de infra-estrutura.

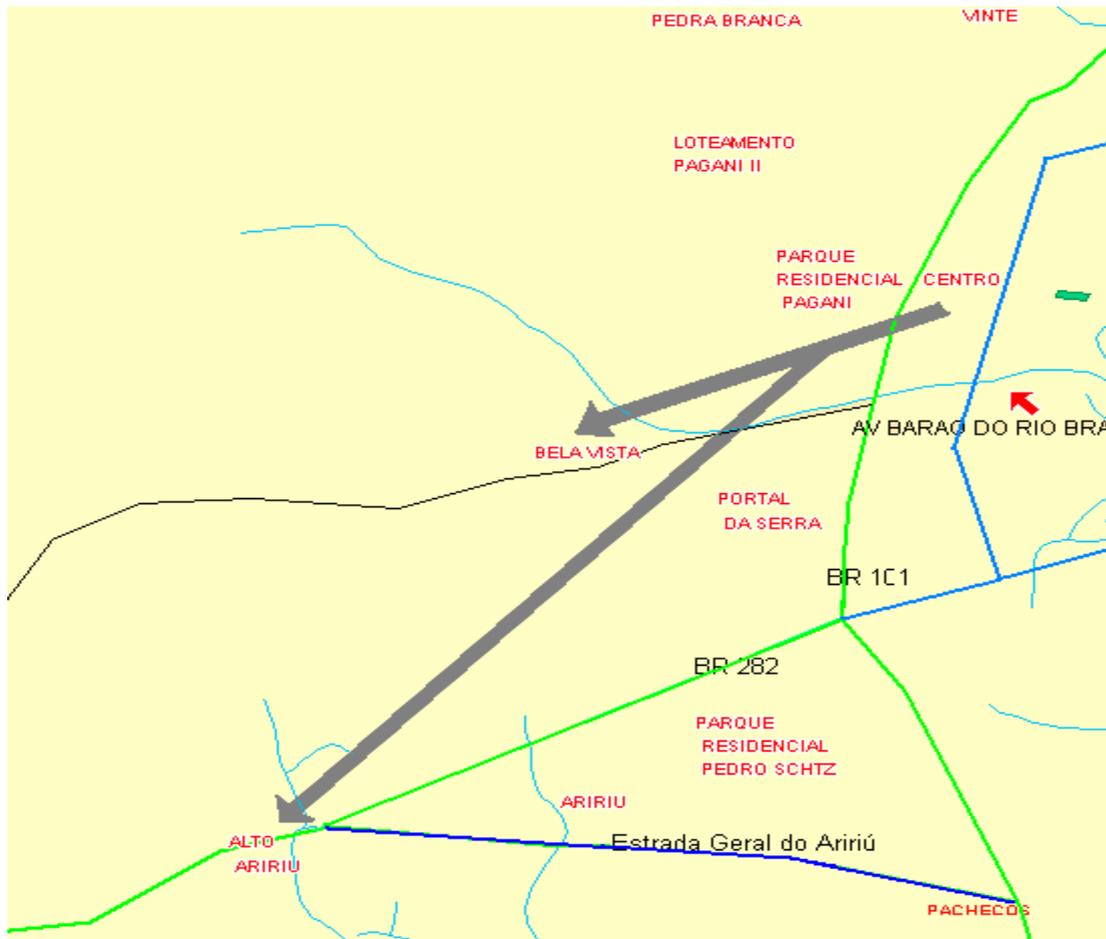


Figura 4: Fluxo de deslocamento de migrantes do Manguezal de Palhoça para localidades mais distantes do mangue, representado por setas as localidades mais procuradas por ex-moradores do mangue de Palhoça (bairro Bela Vista e Alto Aririú). (Sem Escala).
 FONTE: <http://intranet.palhca.sc.gov.br>, acesso em 04/04/2005.

Assim se explica o fato de grande parcela dos denominados “vizinhos do mangue”²⁵ não demonstrarem interesse em sair do local, pois estão bem estabelecidos, ocupando a melhor parte desta área, ou seja, os seus limites externos. Por outro lado, os recém-chegados, são obrigados a ocupar zonas mais internas do manguezal, próximas à baía, onde os problemas por eles enfrentados são maiores.

É importante frisar que boa parte dos migrantes que chegam atualmente ao município são parentes ou mantiveram alguma relação de amizade com aqueles que chegaram há mais tempo e já saíram para “novos” locais. Em razão disso, poucos deles

²⁵ A Prefeitura de Palhoça denomina desta forma os primeiros ocupantes e invasores dos manguezais os quais atualmente moram nos entornos do manguezal, de “vizinhos do mangue”.

estão se dirigindo às áreas de manguezal. Somente aqueles migrantes que ainda têm parentes nas áreas de mangue é que migram para essas áreas antes de procurarem outro local para se fixarem. Em suma, existe uma tendência à diminuição do papel do manguezal como área de moradia transitória.

A primeira etapa da pesquisa de campo não foi suficiente para identificar ou estabelecer com segurança as principais relações que os migrantes de origem rural e ocupantes da região de manguezal de Palhoça mantêm com o meio físico natural. Apesar disto, ela apontou que a escolha do local para morar, quando do ato da migração, se dá quase sempre pela indicação de alguém (familiar, parente, amigo, etc.) e que esse local indicado é quase totalmente desconhecido para o migrante, pois as informações sobre a nova realidade são provenientes apenas dos relatos e depoimentos daqueles que indicam o manguezal como opção para construir sua moradia.

Identificar o projeto de futuro desses ex-agricultores que estão na área não é tarefa fácil. O migrante sente receio em deixar seu lote e sair em busca de outro, julgado incerto. Ao mesmo tempo se enche de esperança ao imaginar que, longe do manguezal, pode adquirir outro lote em um ambiente menos complexo e inóspito para morar, onde possa retomar algumas atividades agrícolas de auto-consumo, como horta ou criação de animais domésticos. O desejo de ficar no manguezal é reforçado pelo acesso a serviços - como educação, saúde, transporte, lazer - praticamente indisponíveis nas regiões rurais de origem. O depoimento a seguir ilustra esta afirmação:

“Se tivesse certeza que encontraria um lugar melhor do este e se eu pudesse comprar, ia embora. Queria ir para um lugar onde a gente pudesse fazer uma horta, um jardim, criar uns bichinhos... em fim, pudesse retomar parte da vida que a gente deixou para trás” (ENTREVISTADO 02, Patural).

Percebe-se, também, o forte vínculo que o ocupante do manguezal mantém com o seu local de origem, principalmente com parentes, amigos e algumas tradições. Entre

os primeiros migrantes, estes vínculos eram mais difíceis de acontecer, mas atualmente é comum os migrantes receberem visitas de pessoas vindas do interior, que em alguns casos acabam ficando e se estabelecendo na mesma área. Porém, fazer o processo inverso, isto é, os migrantes retornarem para visitar parentes e ficarem nos seus locais de origens, não foi mencionado por nenhum dos participantes da pesquisa.

Nas relações estabelecidas entre eles e o manguezal, percebeu-se um paradoxo, pois se, por um lado, manifestam preocupação e respeito com o ambiente, reconhecendo sua importância para a sociedade, a fauna e a flora local, por outro, suas atitudes e intervenções no ecossistema indicam o contrário. Ou seja, desenvolvem práticas contraditórias às manifestadas em suas opiniões, demonstrando no dia-a-dia formas variadas de desvalorização do espaço que ocupam, jogando lixo no mangue (apesar de mais de 98% dos entrevistados afirmarem não agirem assim), lançando seus esgotos domésticos em valas, córregos e galeria pluvial, desmatando e aterrando o mangue.

Essas práticas apontam para a necessidade de se refletir acerca das condições de saúde dessas comunidades, pois não se pode discutir as condições de vida de determinada população sem deixar de ressaltar os aspectos relacionados à saúde.

As condições de saúde destas áreas

Inicialmente, deve-se ressaltar, seguindo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que “(...) a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de distúrbios ou doenças” (apud MOURA, 1989 p.43).

Considera-se as condições de vida como determinante no processo saúde/doença dos moradores do manguezal. Reconhecendo as condições de vida enfrentada por essas populações, ao delimitar o manguezal de Palhoça como *locus* de pesquisa, optou-se em privilegiar o âmbito da moradia²⁶ como determinante básico das condições de saúde desses moradores.

Partindo do entendimento de Possas (1989), pode-se enfatizar a importância em demonstrar e caracterizar as condições de vida dos moradores, pois acredita-se que tal situação de moradia propicia a expansão de enfermidades endêmicas tais como: verminoses, protozoonoses e gastroenterites, relacionadas diretamente à falta de saneamento básico (um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores desses locais), bem como enfermidades infecciosas do aparelho respiratório e excretor, causadas pela intensa umidade sempre constante nesses locais. Somado a tudo isso está a baixa resistência às doenças, fruto de uma alimentação deficiente. O mesmo autor também aponta, como um critério fundamental para a identificação dos determinantes da diversidade epidemiológica, as condições de vida da população relacionadas à dimensão espacial de ocupação do espaço urbano e rural, à morbidade, à densidade populacional nas periferias urbanas, às condições de alimentação, habitação, saneamento, transporte e meio ambiente, entre outras.

Para Moura (1989, p.104), as condições para se ter saúde incluem os seguintes aspectos: “nutrição adequada, moradia higiênica, acesso à água e esgoto tratado, trabalho em ambiente salubre, transporte, lazer satisfatório, serviços médicos disponíveis, poder aquisitivo conveniente, educação, informação e cultura”. O fato é que são poucos os itens mencionados que podem ser encontrados nos loteamentos em

²⁶ Entende-se como âmbito de moradia não só a casa (construção) em si, mas todo o espaço compreendido, ou seja, o quintal (quando existente) e os entornos da residência (ruas, áreas verdes, rios, etc.).

estudo. Desse modo, pode-se afirmar que no Manguezal de Palhoça não existem as condições de saúde adequadas à população.

Interessa, neste estudo analisar os dados coletados enfocando os problemas de saúde presentes, as formas como eles são enfrentados, bem como o entendimento que os moradores possuem sobre tais situações.

De acordo com os dados obtidos junto à Secretaria da Saúde Municipal (SMS) - Programa de Saúde da Família (PSF)²⁷ - e constatado com as Agentes Comunitárias de Saúde que atuam nas áreas pesquisadas, em torno de 75% das pequenas enfermidades são causadas pelos problemas gerados pelos resíduos sólidos e líquidos, pela água e pelo próprio ambiente de manguezal²⁸.

Segundo Silva et. al. (2004), a água pode afetar a saúde do homem da seguinte maneira: através da ingestão direta, na preparação de alimentos, no uso na higiene pessoal, na agricultura, lazer, etc.

As principais doenças causadas pela água constatadas nesses locais são a disenteria bacilar (*Schiggella sp*), a gastroenterite (*Salmonella sp.*, *Schiggella sp.*, *Proteus sp.*), a diarreia infantil (*Escherichia coli*) e, principalmente, leptospirose (*Leptospira sp*)²⁹.

As condições em que são liberados os dejetos humanos - que podem ser veículo de germes patogênicos de várias doenças como a diarreia infecciosa, amebíase, ancilostomose, esquistossomose, teníase, escaridíase, entre outras – estão na raiz desses problemas. O trabalho de campo permitiu observar que, devido à falta de medidas

²⁷ Comunicação oral. Entrevista realizada no mês de novembro de 2004, com Enfermeiras e Agentes de Saúde do Programa de Saúde da Família – PSF – do município.

²⁸ Estes dados foram ratificados pelo Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) e estão disponíveis junto à Secretaria Municipal de Saúde.

²⁹ Os relatórios do SIAB vão concordar com a Fundação Nacional da Saúde – FUNASA (1994), onde ratificam que os principais riscos de saúde relacionados à água são: 1 – risco relacionado à ingestão de água contaminada por agentes biológicos (vírus, bactérias e parasitos), ou através de contato direto ou por meio de vetores que necessitam da água para seu ciclo biológico; 2 – riscos derivados de poluentes químicos, geralmente efluentes de esgotos.

práticas de saneamento e educação sanitária, a maioria da população local tende a lançar seus dejetos diretamente sobre o solo, rios, valas, etc., criando, desse modo, situações favoráveis à transmissão de doenças. A Foto 01 abaixo mostra um esgoto a céu aberto no Loteamento Patural.



Foto 1: Esgoto a céu aberto em área de preservação permanente (Manguezal), no Loteamento Patural.

Os resíduos sólidos gerados nesses locais são de origem doméstica. Eles, em geral, são fontes geradoras de desconforto à comunidade. No geral o resíduo sólido aparece, para maioria dos ocupantes, como problema, principalmente estético. Esses resíduos encontrados nos manguezais podem ser classificados em três categorias: 1 – putrescíveis: resto de comida, sobras de cozinha, folhas, cadáveres de animais, excrementos etc. 2 – combustíveis: panos, papéis, couros, plásticos e madeiras; 3 – incombustíveis: cinzas, metais, vidros e fragmentos de rochas.

As principais doenças causadas pelo lixo, nesses locais, estão diretamente relacionadas à presença de vetores que ali sobrevivem. A Foto 02 abaixo mostra um ambiente propício a ser freqüentado pelos vetores.



FOTO 02: Resíduo sólido e esgoto a céu aberto lançados em área de preservação permanente (Manguezal), no Loteamento Clarice.

Os vetores que mais interessam são os artrópodes (principalmente os insetos) e os roedores (ratos). Aos artrópodes é dada grande atenção, pois eles são capazes de transmitir agentes infecciosos. Segundo as agentes de saúde das áreas de pesquisa, os vetores que mais são mencionados pelos ocupantes como agentes patológicos são as moscas (*Muscídios*), mosquitos (*Culicideos*), piolho (*Anoplura*), pulgas (*Suctoria*), borrachudos e piuns (*Simulideos*) e as baratas (*Blatídeos*), que são causadores das seguintes doenças: diarréia infecciosa (moscas e baratas); peste bubônica (pulgas); tifo murino (pulgas infectadas), entre outras não diagnosticadas.

Os únicos roedores citados pelos agentes comunitários foram os ratos. Principalmente porque o acúmulo de lixo (de todos os tipos), resto de materiais de construção civil e esgoto são comuns nestes locais. De acordo com a Vigilância Epidemiológica do município, nessas áreas é grande a incidência de registro de casos de leptospirose. Foram registrado no SIAB, para o ano de 2004, 35 casos de leptospirose, com grande ocorrência nos locais onde se executa esta pesquisa.

Na seqüência será analisado como os moradores vêem essa situação de precariedade do local onde residem e quais são suas estratégias para diminuir os problemas enfrentados.

2 – Uma análise do Manguezal à luz da percepção de seus ocupantes

É importante ressaltar que a maioria das famílias, em seu lugar de origem, já trabalhou na agricultura, como pequenos proprietários de terras ou, no caso dos jovens, como membro da unidade agrícola familiar. Em geral, elas venderam tudo o que possuíam quando resolveram deixar seu local de origem e tentar a sorte na região de Florianópolis ou se desvinculam da unidade familiar. Muitas vezes, o aspecto ambiental não foi prioritário nessa mudança, prevalecendo a reprodução socioeconômica. Tome-se um depoimento ilustrado:

“Eu morava com meu pai, não tinha dinheiro, vivia praticamente às custas dele. Não tinha serviço por lá. Um amigo meu que morava aqui avisou que tinha serviço e nós viemos. Primeiro veio só eu, depois veio minha mulher e minha filha. E para falar a verdade eu não estava nem aí se era mangue ou

qualquer outra coisa, isso que você chama de ecossistema” (ENTREVISTADO 04, Loteamento Clarice).

Na maioria das vezes esse processo é doloroso, uma vez que:

“a separação da família, tanto para os que partem como para os que ficam, é motivo de grande sofrimento, mas, ao mesmo tempo, ela é a única alternativa, ou, talvez, a melhor, segundo a avaliação da família, para tentar conseguirem uma melhora de vida” (MENEZES, 1989, p.33).

No geral, os entrevistados do bairro Rio Grande, concluíram que a vida no local de origem de cada um deles era muito tranqüila. Trabalhavam na pequena agricultura familiar e sentem saudades de sua terra natal. Existe uma tendência a idealizar a vida passada afirmando que o cotidiano que tinham na roça era bom. Esta posição pode ser constatada nas palavras dos entrevistados abaixo:

“Aquele lugar era um paraíso. Pena que não tinha muita opção para trabalho. Era só roça, trabalho duro, pesado mesmo. Mas nós não tínhamos os problemas que a gente tem hoje aqui. O bom daqui é que nós trabalhamos e temos um emprego” (ENTREVISTADO 03, Loteamento Clarice).

Embora todos fossem agricultores, o grupo do bairro Rio Grande deixou transparecer que a relação mantida com o meio ambiente só se dava por conta das atividades econômicas exercidas por eles, de acordo com o explicitado no depoimento a seguir:

“A gente não ligava muito para o meio ambiente: jogava lixo em qualquer lugar, não tinha fossa como aqui³⁰, e derrubava o mato todo; as questões ambientais não tinham muito valor” (ENTREVISTADO 02, bairro Rio Grande).

³⁰ Ressalta-se que alguns moradores desses loteamentos foram beneficiados com um módulo sanitário (fossa séptica, e sumidouro) doados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), um ano antes desta pesquisa começar.

Ainda de acordo com este Entrevistado, isso acontecia, não porque eles não soubessem da importância dos rios e da vegetação, mas sim por falta de opção. De outro modo, isto leva-nos a refletir que não importa o lugar, o homem usa o ambiente para sua sobrevivência imediata sem se preocupar com o futuro.

Nos outros dois grupos, percebeu-se certa preocupação em relação ao meio ambiente de seu local de origem. Houve a sinalização de que quanto mais eles dependiam dos recursos naturais, maior era a inquietação em relação à conservação do ambiente. Isso pode ser constatado no depoimento de um ex-agricultor do bairro Rio Grande:

“Ah! A gente preservava. Só derrubava a mata para plantar, né. Fazia a coivara,... mas só derrubava o que era necessário para plantar, e não para ver a árvore cair” (ENTREVISTADO 01, bairro Rio Grande).

De modo geral, não se pode afirmar que as relações com o meio ambiente estabelecidas no local de origem desses ex-agricultores eram harmoniosas. Como ficou constatado, essas relações dependiam de “conhecimento” e “consciência” para se procurar conservar ou não. Enquanto alguns entrevistados disseram que davam valor ao meio ambiental, outros, ao contrário, não demonstraram grande atenção ao ambiente em seus locais de origem. Além disto, as condições sanitárias existentes no meio rural catarinense são consideradas precárias. Não por outra razão o principal projeto da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural (SDR) – o PRAPEM (Programa de Recuperação Ambiental e Apoio ao Pequeno Produtor Rural) tem como principal objetivo promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visem o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares, os trabalhadores rurais e as

comunidades indígenas nos processos de desenvolvimento sustentável, com efetiva participação dos atores envolvidos³¹.

O grupo do Loteamento Patural, talvez pelo fato de que a maioria dos moradores reside no local há anos e fixou moradia nesta área, foi o que mais demonstrou gostar do manguezal. Tal atitude é ilustrada na fala de uma entrevistada: “essa área representa para mim uma das mais interessantes, que mais me chama atenção. É muita natureza viva que precisamos preservar”. Ao mesmo tempo, alguns ocupantes das outras duas áreas, não se mostraram muito contentes com o lugar onde residem atualmente. Vários deles indicaram para uma certa irreversibilidade.

“É bom, pois é o lugar onde a gente está morando... Não vou dizer que eu não gosto daqui porque eu estaria me desvalorizando, pois eu comprei aqui com tanto sacrifício. Esse lugarzinho para mim representa muita coisa, é bom, não temos intrigas com ninguém, se damos bem com todos os vizinhos. Até que dá para morar. É tranquilo. Só tem um problema: o maruim, que no verão é insuportável”. (ENTREVISTADO 05, bairro Rio Grande).

“Só moro aqui porque ainda não arrumei outro lugar para morar. Mas quando fizer isso pretendo sair o mais rápido possível. É muito maruim e muito fedor. Desde quanto vim morar aqui (sete anos) não me acostumei. Só vamos esperar meu marido comprar em outro lugar e vamos embora. Só vou ter saudades dos vizinhos” (ENTREVISTADO 03, Loteamento Clarice).

Por esses depoimentos percebe-se a insatisfação e o desprezo dispensado ao manguezal por parte de vários moradores, apontando para dificuldades em conviver com os problemas deles. É por este motivo que o Loteamento Clarice é um dos mais degradados entre os pesquisados. Foi nesta área que os entrevistados deixaram transparecer uma maior falta de conhecimento do ecossistema, transferindo a culpa de suas atuais situações exclusivamente ao ambiente em questão.

³¹ De acordo com o site <http://www.agricultura.sc.gov.br> (site oficial da Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Rural), o projeto será desenvolvido em todo estado de Santa Catarina, devendo atingir 879 microbacias hidrográficas, ou seja, 52% das existentes. Para tanto está sendo destinado U\$ 107,5 milhões (cento e sete milhões e quinhentos mil dólares), sendo 59% destinado pelo BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e 41% de contrapartida do Estado de Santa Catarina, em período de seis anos (2002 a 2008).

É neste loteamento que se constata que grande quantidade de resíduos sólidos e líquidos (esgoto) é lançada nos rios e no manguezal, bem como que ocorre desmatamento da vegetação nativa. Em escala menor o mesmo ocorre nos loteamentos do bairro Rio Grande.

Este fato pôde ser melhor compreendido quando foi perguntado aos grupos que importância davam ao mangue. Eles afirmaram não saber responder, com exceção de uma moradora do Loteamento Patural, que se reportou ao ecossistema como “sendo de muita importância tanto para os seres humanos como para os vários tipos de animais que ali residem ou se abrigam” (ENTREVISTADO 01).

Quando se passou a refletir sobre quais eram os principais problemas ambientais nos manguezais, entre os grupos de trabalhos apontaram os mesmos “tensões do mangue” analisados por Lopes (1999):

1 - a grande quantidade de resíduos sólidos, de todas as classes, que são depositados todos os dias (Foto 03) pelos próprios moradores e também por terceiros. Vários munícipes, residentes em outros bairros, às vezes, percorrem quilômetros para lançar no mangue resíduos de materiais de construção.



FOTO 03: Entulhos depositado em área de Preservação Permanente (Manguezal), no Loteamento Clarice.

2 - esgotos domésticos que são lançados diariamente nos córregos, rios, valas a céu aberto e diretamente no mangue (Foto 04);



FOTO 04: Lançamento de esgoto doméstico direto em área de preservação permanente (Manguezal), no Loteamento Dona Júlia, Rio Grande.

3 - as construções irregulares e aterros que vem avançando a cada dia.

Somado a esses tensores, foram mencionados também a presença de vários vetores de doenças (ratos, baratas e, principalmente, mosquitos). Estes três itens são indicados no depoimento a seguir:

“Em relação ao lixo, falta opção para transporte (caminhão), então temos que levar esse lixo lá para a rua geral, muita gente não faz isso, então joga é ali mesmo atrás da casa (no mangue). Isso contribui para aumentar a poluição. Já o esgoto não temos acesso, por isso jogamos é no mangue mesmo, além do lixo. E esse esgoto contribui na poluição do manguezal. Ambos os problemas contribuem para a proliferação de doenças e na poluição da área”. (ENTREVISTADO 03, Loteamento Patural).

Este depoimento demonstra que muitos moradores detêm certo conhecimento acerca desses problemas. A solução, no entanto, não depende unicamente deles. Cabe ao poder público e a eles - enquanto membros da sociedade civil que podem se organizar - trabalhar em conjunto para encontrar a solução adequada. Os depoimentos a seguir resumem como está sendo tratada esta questão, tanto pelo poder público quanto pelos moradores, na opinião dos entrevistados:

“**O governo** deixa a desejar. É responsável pelo jeito que está. Eles só pensam na política. Se eles realmente tivessem um pessoal que visse realmente os problemas do dia-a-dia, que estivessem cuidando, colocando o pessoal para cuidar dessas demarcações de áreas para que não sejam invadidas, até mesmo para fiscalizar a questão do lixo. Por exemplo: olha só, no mês passado não tinha esse lixo, agora já tem roupeiro, sofá velho ali no mangue. Eu acho que o Governo também é culpado por tudo o que está acontecendo.

Sociedade é a menos culpada, apesar de também ter a sua parcela de culpa, quando muitos deles deixam de trazer seu saco de lixo (se referindo às pessoas que moram na serv. Lolita Filipi) no horário próprio. Então fica aquele monte, monte grande mesmo, mas para a quantidade de pessoas que moram lá atrás é muito pouco. Então para onde vai esse lixo? Com certeza é jogado atrás das casas deles (no mangue), e que depois retorna para eles mesmos... Junta rato. Eu que trabalho no Hospital te pergunto: quantas pessoas morrem por ano de leptospirose? É difícil uma semana que não morre pelo menos uma pessoa de leptospirose no Hospital Regional e o pior: muita gente é dessas áreas e das situações em que se encontram essas áreas. Mas coitados, muitos não sabem o mal que faz” (ENTREVISTADO 01, Loteamento Patural).

“A Prefeitura não tem culpa. Tem caminhão três vezes por semana recolhendo o lixo. A culpa é nossa, que muitas vezes jogamos o lixo é no mangue mesmo. Mas será que isso faz mal? Eu acho que faz. Mas tem muita gente aqui que não sabe disso. Quando a gente pergunta por que eles jogam o lixo lá no mangue, eles respondem: não tem problema, a água leva” (ENTREVISTADO 04, Loteamento Clarice).

Alguns consideram que não jogar lixo no manguezal é suficiente como ação individual em favor do ecossistema. A fiscalização para que outros não invadam além das poucas demarcações (mourões) existentes foi indicada por apenas um morador do Loteamento Patural que afirma ser essa “uma maneira para exercer a cidadania dele” (ENTREVISTADO 05).

Outros depoimentos apontam para ações mais amplas ou coletivas:

“Eu faço alguma coisa, mas sou repreendido. É só para arrumar encrenca. Eu tentei dar uma arrumada, colocar um fogo no lixo... saíram comigo nas costas. Se tu fores fazer o bem, uma limpeza, tu sai por ruim ainda”. (ENTREVISTADO 03, Loteamento Clarice).

“Nós só não jogamos lixo lá para trás. Juntamos tudo e levamos lá para frente onde passa o caminhão. Se tu fores ali atrás vais pensar que somos nós quem jogamos, pois é tudo cheio de lixo que os outros jogam e a maré trás de volta”. (ENTREVISTADO 03, bairro Rio Grande).

“Procuro preservar dentro do possível. Quando vem a maré, vem muito lixo. Eu já retirei porta de roupeiro, porta de geladeira velha e outras coisas. Quando chega a época do verão que dá essas marés secas, a gente procura retirar todo lixo trazido por ela, junta tudo e queima. Ou seja, a gente procura fazer um trabalho com a comunidade, com a galera, juventude, pois eles pegam firme mesmo. Enfim, é só convidar que a comunidade ajuda”. (ENTREVISTADO 05, Loteamento Patural).

Ainda em relação a esta questão, percebe-se que quanto mais tempo o indivíduo mora no mangue, mais ele vai adquirindo conhecimento sobre ele e passa a respeitá-lo. Esta diferença pode ser constatada nos relatos diferenciados entre os migrantes “recém-chegados” e os que “residem há mais tempo” no mangue. Uma moradora há mais de doze anos do mangue do bairro Rio Grande, se referiu a esta questão dizendo que “trata

com muito respeito. Não joga lixo, até coloquei placa de ‘é proibido colocar lixo neste local’ o meu esgoto é direto na fossa”. Por outro lado, outra moradora do mesmo local, com pouco mais de um ano residindo na área, argumentou: “eu não conheço o mangue, moro aqui, mas não me acostumei com ele, por isso não gosto muito daqui. Como é que eu vou fazer alguma coisa por aquilo que não gosto?”.

Salvo algumas exceções, os ocupantes do manguezal de Palhoça estão, no entanto, à espera do poder público para que os inúmeros problemas existentes sejam resolvidos. Nem mesmo os meios de comunicação de massa, com as propagandas e chamadas educativas, sensibilizam a maior parte deles.

Com exceção de três entrevistados, todos manifestaram desinteresse por assuntos relacionados ao mangue. Percebeu-se que as atitudes adotadas por eles são mais de reprovação do que de aprovação às medidas pertinentes à defesa dos mangues. Quando se propôs trabalhos de educação ambiental para reforçar o interesse pela solução de problemas do “mangue”, houve rejeição por parte da maioria dos participantes nos grupos do Loteamento Clarice e bairro Rio Grande. Isso pode ser exemplificado pela fala de um entrevistado do Loteamento Clarice: “isso não vai adiantar muito, pois a maioria das pessoas nem participaria dos grupos de estudo. Imagina pô-los (os mesmos apontados pelos grupos) em prática”.

O manguezal por ser um ambiente inóspito e inadequado à habitação humana, criou antipatia e resistência em alguns moradores. Quando os grupos foram perguntados acerca de seu interesse pelo manguezal, a principal resposta era a falta de conhecimento sobre as formas de lidar com as adversidades desse ambiente, combinada com uma ausência de alternativas.

Nessas áreas, atualmente, vem ocorrendo um crescimento populacional lento, principalmente nos Loteamentos existentes no bairro Rio Grande e Loteamento Clarice,

com constantes problemas de saúde e infra-estrutura. Constatou-se, contudo, que no mangue do Patural essa situação está mais estabilizada. O avanço no crescimento das áreas ocupadas se dá basicamente na porção leste, através da abertura de uma servidão de aproximadamente 500 metros de comprimento. Este processo vem acontecendo por conta de invasão de área de vegetação de mangue por pessoas que depois vendem ou alugam para os migrantes. No final dessa servidão, a ação de alguns moradores vem impedindo que mais ocupações sejam efetivadas. Isso se dá em consonância com um acordo não oficial com a Prefeitura Municipal que está sendo cumprido por alguns moradores, em não invadir e não deixar que outros ocupem novas áreas.

Já nas outras duas áreas (Rio Grande e Loteamentos Vila Nova e Clarice) o processo de ocupação e invasão ainda continua, embora com menos intensidade. É comum encontrar novas áreas sendo desmatadas e aterradas para novas construções, conforme a Foto 05.



FOTO 05: Construção irregular, em área de preservação (manguezal), a menos de cem metros de distância da baía, no Loteamento Clarice.

Por fim, o crescimento populacional dessas áreas se dá de forma ininterrupta, sem nenhum controle e planejamento por parte dos órgãos públicos responsáveis que, em tese conhecem a dinâmica do ecossistema e sua importância. Em consequência, se tem o mau uso desses territórios pelos migrantes.

A maioria dos problemas existentes no manguezal de Palhoça é de origem antrópica. No entanto, algumas dificuldades são originárias da própria dinâmica da natureza desse ecossistema. No geral, todos os participantes dos grupos da segunda etapa de pesquisa de campo se sentem incomodados por estes problemas que incluem os maruins (mosquito-do-mangue – da ordem dos Díptera, Família *Ceratopogonidae*), o odor exalado e os movimentos das marés. Para esses incômodos acredita-se que “não há nada o que fazer, são da natureza” (Entrevistada 02, Loteamento Patural). Já outro entrevistado, morador do bairro Rio Grande, distingue problemas de ordem natural daqueles que podem ser minimizados ou mesmo resolvidos. Para ele:

“alguns problemas são insolucionáveis, pois são oriundos da própria natureza, como é o caso dos maruins, as marés cheias. Mas, outros problemas como lixo despejados nos rios do mangue, esgoto a céu aberto, ruas cheias de lama, por exemplo, são resolvíveis, basta querer. Todo mundo tem que pegar junto: a Prefeitura e a Comunidade” (ENTREVISTADO 01, Rio Grande).

São vários os problemas ambientais em área de manguezal, quando habitado pelo homem. Porém, muitos desses problemas passam despercebidos por moradores do local, pois acham que o esgoto a céu aberto, lixo nas ruas, aterro de lotes, invasão, são normais nessas áreas. Pelo menos, foi o que achou o grupo de trabalho do Rio Grande. Muitos desses problemas são desconhecidos ou passam despercebidos pelos moradores. O depoimento de um entrevistado indica essa situação:

“Esses problemas não são normais? Isso não tem jeito, meu filho. Todo mundo joga o esgoto no mangue, coloca o lixo na rua ou joga no rio. Eu acho que é daí que vem o maruim e o mau cheiro. Para mim é normal” (ENTREVISTADO 03, Rio Grande).

Por outro lado, os grupos dos Loteamentos Patural e Clarice afirmaram que estão conscientes dos problemas ambientais que enfrentam, principalmente os relacionados ao lançamento de esgoto e de resíduos sólidos.

“Esses problemas (esgoto a céu aberto e resíduos sólidos) são de nosso conhecimento e nós podemos fazer com que as coisas mudem. Basta fazermos a coisa certa. O problema do esgoto é que as fossas não suportam grande quantidade de esgoto, por isso é que nós colocamos o ladrão para esvaziar. O lixo é só levar lá para o final da rua que o caminhão pega, três vezes por semana” (ENTREVISTADO 05, Loteamento Patural).

Segundo uma moradora do Loteamento Patural “muitos não se policiam e precisam de uma boa re-educação. Então ela (a sociedade) tem uma grande parcela de culpa nos problemas enfrentados por aqui” Entrevistada (01). O depoimento a seguir ajuda a sustentar a afirmação:

“Agora eu estou vendo e até entendo que nós também temos culpa desses problemas acontecerem na nossa rua. Se tivessem mais pessoas que fizessem esses trabalhos de orientar e não repreender, de nos ajudar a resolver os problemas, com certeza as coisas mudariam. Você falando assim, dá para ver os problemas e saber como eles podem ser resolvidos” (ENTREVISTADO 02, Loteamento Clarice).

Depoimentos como este sugere que se forem implementados trabalhos de reeducação ambiental e sanitária pode haver diminuição dos problemas dos moradores do manguezal de Palhoça. As soluções para os problemas de origem antrópica serão melhor aceitas pelos moradores se forem identificadas como orientação e não como repreensão. Acima de tudo, se elas forem discutidas nas comunidades.

Em casos extremos, porém, parece ser necessária a aplicação do que consta nas leis ambientais. Na fala de um entrevistado do Rio Grande, “tem gente aqui que só com

a Polícia, para dar jeito”. Ou seja, há segmentos que não estão abertos ao diálogo e estão constantemente fazendo mau uso dos manguezais. Deve-se considerar que as relações de vizinhanças nessas zonas marcadas pela precariedade social são permeadas por inúmeros conflitos. Por vezes jogar o lixo a céu aberto é uma forma de alimentar relações conflituosas. Nestes casos a intervenção do poder público torna-se imprescindível.

Os órgãos públicos são apontados pelos ocupantes do loteamento Clarice e do bairro Rio Grande como os menos responsáveis pelos danos ao manguezal. Segundo os grupos trabalhados, embora as instituições públicas não cumpram as suas obrigações agindo para conter o processo de invasão dos manguezais, eles não são responsáveis diretos da deteriorização ou mau uso do meio. No entanto, os moradores do Patural divergem dessa opinião afirmando que tanto a sociedade quanto os órgãos públicos, principalmente Prefeitura Municipal, Fundação do Meio Ambiente e o Fórum de Justiça, têm igualmente culpa no processo de degradação que está acontecendo nos manguezais, por se omitirem das suas obrigações.

Ao ser indagado a respeito de qual o segmento da sociedade que mais está envolvido na proteção do manguezal, o grupo de moradores do Loteamento Patural responde que “é a própria sociedade civil organizada”. Isso porque neste local as principais atividades relacionadas ao meio ambiente, como a limpeza da área de mangue, por exemplo, sempre tem a comunidade à frente. Já, para os moradores do Loteamento Clarice o setor mais atuante é o “Governo Federal”, através de propaganda, via meios de comunicação. Os moradores do bairro Rio Grande disseram que, das opções apontadas (Governo, Comércio, Sociedade em geral), nenhuma está envolvida a ponto de merecer destaque. Pelo contrário, segundo eles, todos esses segmentos não fazem o que deveriam para solucionar os constantes problemas que aparecem no

manguezal. Um entrevistado resume seu sentimento nessa direção afirmando que “nem a Prefeitura, nem nós da comunidade, nem os comerciantes... ninguém cumpre com a sua parte nesse processo de ocupação e de preservação do mangue” (ENTREVISTADO 01, Rio Grande).

As opiniões diferem em todos os grupos. Observou-se que a comunidade do manguezal do Patural é mais independente e procura resolver seus problemas, mesmo sem a atuação da Prefeitura ou de qualquer outro órgão público. As duas outras comunidades, que são as menos estruturadas em termos de organização social, dependem com mais frequência da ação pública para resolvê-los. Por isso, há maior credibilidade depositada por elas nos órgãos públicos de proteção ao meio ambiente.

Mesmo assim, todos concordam que os moradores são os que estão mais preocupados com os problemas ambientais referentes às suas comunidades, pelo convívio constante com a falta solução. Por isso, às vezes - principalmente no loteamento Bel Mar - são os próprios moradores que se organizam e fazem mutirão para limpeza do mangue, da rua e das áreas livres. Para os grupos, os políticos locais seriam os que menos se preocupam e se envolvem com os problemas ambientais, fato que revolta os moradores. Para eles “os políticos só aparecem nessas áreas quando é época de eleição” (ENTREVISTADO 02, Loteamento Clarice).

Um fator que se revelou preocupante para os moradores da comunidade do bairro Rio Grande e dos Loteamentos Vila Nova e Clarice é que as escolas locais não estão tratando devidamente dos temas relacionados aos problemas ambientais locais, como os enfrentados no mangue.

“Existe uma escola grande aqui no Rio Grande freqüentada por crianças, jovens e adultos, mas não há nenhum trabalho realizado por eles nesse sentido. Nós moramos no meio do mangue e ninguém faz nada no sentido de orientação” (ENTREVISTADO 01, Rio Grande).

O mesmo sentimento é compartilhado pelos moradores dos Loteamentos Vila Nova e Clarice, onde existem várias escolas públicas e particulares e não se constata projetos de educação que visem o trabalho de orientação e re-educação ambiental, principalmente para os filhos dos moradores do mangue. Ressalta-se que, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, é dever do Estado promover a Educação Ambiental nas escolas. Da mesma forma, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (1998) sugere que essa questão deve ser tratada de maneira interdisciplinar.

Em relação ao papel das escolas nesse processo de conscientização, nas áreas dos Loteamentos Vila Nova e Clarice e do bairro Rio Grande, esse assunto é pouco abordado, enquanto no Loteamento Bel Mar, onde não há instituições de ensino, segundo alguns depoimentos, as escolas situadas nos bairros vizinhos ao manguezal, encaram o problema com seriedade. Faltam, porém, condições adequadas de trabalho à comunidade escolar para que possa desempenhar seu papel. Mais uma vez os moradores culpam o governo por não cumprirem com suas obrigações.

“Os temas ambientais, principalmente do lixo e do esgoto, são constantemente trabalhados pelos professores da escola da minha filha. Várias vezes ela veio me pedir ajuda para fazer trabalho escolar sobre diversos temas na área ambiental. Os professores geralmente pedem para se fazer trabalho sobre os problemas perto das nossas casas. Então sempre optamos em trabalhar com os problemas do mangue. No entanto, as escolas não podem fazer um trabalho de campo, levar as crianças no Parque do Tabuleiro porque não tem como elas irem. Esse lado é complicado. Mas no geral os temas ambientais são bem discutidos nas escolas dos nossos filhos” (ENTREVISTADO 01, Loteamento Patural).

O depoimento acima reflete a discrepância existente entre as áreas pesquisadas. Em duas comunidades, os temas ambientais são muito pouco ou quase não trabalhados nas escolas, o que reforça o desinteresse dos entrevistados por estes temas. Ao contrário, a preocupação com o ambiente em que vivem os moradores do Patural é manifestada e se reflete dentro das escolas das comunidades vizinhas.

Há uma tendência estabelecida de um forte crescimento populacional nas áreas pesquisadas, mesmo que paulatinamente, agravando as condições para as melhorias das condições de vida. O desenvolvimento socioeconômico nessas áreas, sem geração de impactos ambientais nos manguezais, só é viável, na opinião dos entrevistados, com o maior controle por parte dos órgãos públicos, nas três esferas (Municipal, Estadual e Federal), principalmente no que se refere à geração de resíduos sólidos e lançamento de resíduos líquidos (esgoto) provenientes de atividades domésticas ou industriais.

O manguezal nem sempre é percebido, contudo, como algo que deva ser preservado.

“Aqui no loteamento Dona Júlia nenhum empresário vai querer montar uma fábrica, pois não tem infra-estrutura. Pelo que você explicou, ela nunca vai se desenvolver. E se ela se desenvolvesse o impacto ambiental seria o preço a ser pago pela sociedade. Eu, pessoalmente, prefiro ter uma fábrica aqui na comunidade do que ter um pedaço de mangue protegido” (ENTREVISTADO 03, Loteamento Dona Júlia, Rio Grande).

De fato, mesmo com a explanação de que a conservação dos manguezais ajuda na qualidade de vida dos moradores e mantém o equilíbrio ecológico do ecossistema, o grupo optaria pela instalação de uma fábrica, mesmo sabendo que ela poluiria o ambiente. Por esta ótica, percebe-se ainda, que o fator econômico vem antes das questões ambiental para a maioria dos moradores. O mau uso do manguezal, na hipótese da instalação de uma indústria no local, “passaria despercebido ou ignorado pelos moradores, pois o importante seria o emprego proporcionado por ela”, (ENTREVISTADO 04, Loteamento Clarice).

O manguezal, para a maioria dos ex-agricultores, serve apenas como local de transição, até que eles encontrem outro lugar mais adequado à sua situação ou mais próximo do emprego. Por ser um ambiente inóspito e inadequado a habitação humana e ao mesmo tempo com características e dinâmicas diferentes às conhecidas pelos

migrantes, em seus locais de origens, eles, ao chegarem ao manguezal para fixar residência, procuram fazer isto por um período mais breve possível. Existem também alguns moradores que procuram explorar essas terras, tratando-as como lotes comerciais.

Diante da afirmativa, foi perguntado “qual a explicação para o fato de tantos moradores do manguezal venderem ou trocarem seus imóveis e irem embora”. Algumas delas resumem os principais motivos:

“A questão é comercial. Antigamente as pessoas invadiam um lote ali atrás, construíam uma meia-água, ficavam ali dois, três meses, valorizavam e vendiam o imóvel. Às vezes invadiam do lado fazendo o mesmo processo, ou iam invadir em outro local. O negócio é econômico mesmo. Hoje, ainda existe muito disso... Nós aqui e as pessoas lá atrás é que estamos meio no controle da situação, de marcação cerrada. Na minha casa é difícil não passar uma pessoa por semana pedindo um pedaço de terra para aterrar. O que se tem que fazer hoje é conscientizar as pessoas a não deixar que outras invadam e quem deve fazer isto é justamente o pessoal do meio ambiente, pois se eu ou você for fazer isto nós vamos levar um pau”. (ENTREVISTADO 01, Loteamento Patural).

“Eu, particularmente, coloquei placa de venda na minha casa porque não gosto daqui, não gosto de ver essa maré invadindo minha casa... É que não me acostumei com o mangue. Gostaria de sair daqui e ir morar em São José, pois meus filhos moram todos lá... O meu problema é o mangue. Quero ir para um lugar onde não haja mangue. Sabe, a primeira vez que vim para cá, foi em agosto, dava uns ‘marezão’, então cheguei ao início da tarde. À noitinha estava cansada da mudança e fui dormir. Quando acordei, às 19 horas, a maré estava entrando na casa, sai gritando pedindo socorro, pois eu não conhecia como era esse negócio de maré. O meu vizinho é que me ajudou e disse que é assim mesmo, que tenho que me acostumar com as armadilhas do mangue. Mas ainda não me acostumei. Se o cara (vendedor) me dissesse que dava isso não teria comprado aqui, mas em outro lugar. Olha... Se eu conhecesse o que era o mangue... Eu não vinha de jeito nenhum. Preferia morar em uma pirambeira”. (ENTREVISTADO 02, Loteamento Patural).

“Só não fui embora ainda meu filho porque não encontrei ninguém que queira comprar meu lote, pois é muito perto do mangue. Mas na hora que encontrar vendo tudo e vou morar em outro lugar que seja seco e que dê pelo menos para plantar uma hortinha” (ENTREVISTADO 06, Loteamento Clarice).

“Quando eu comprei aqui, era para ficar somente uns meses, até que eu arrumasse um outro local para minha família. Já faz dois anos, e nada. Aqui

é bom, tem ônibus toda hora para ir trabalhar, mas definitivamente não é o meu lugar. Eu não gosto desse negócio de mangue. Para mim só atrapalha, pois não dá para fazer nada” (ENTREVISTADO 01, Rio Grande).

Pelos relatos pode-se concluir que predominam três tipos de problemas: o primeiro é a especulação irregular imobiliária, que ainda continua. Alguns usam de má fé com os recém-chegados fazendo aterramentos de áreas que não só degradam o mangue, mas ficam sujeitos a sérios problemas de inundação. Há moradores antigos que se julgam donos das terras de mangues e, nelas, “preparam os lotes” e os vendem. Tal prática é muito comum nesses locais. São esses os que mais contribuem para a diminuição das áreas de manguezal em Palhoça. Registre-se que existem também migrantes recentemente instalados que estão fazendo uso dessa prática, de invasão, aterramento e venda de “lotes” na área de mangue.

O segundo problema diz respeito ao não conhecimento do manguezal por parte de vários migrantes que adquirem seus lotes e só depois percebem que o local não era o que sua família almejava. O terceiro está ligado à transitoriedade dos ocupantes do manguezal. Trata-se da situação em que conhecedores da área adquirem um lote e nele residem por um período até que encontre outra mais adequada à sua realidade. Para alguns, contudo, embora o projeto de mudar de local tenha sido posto, o manguezal acaba sendo morada definitiva.

Outro fator importante é saber para onde esse ocupante vai depois de vender seu lote. A Promotoria de Justiça e Curadoria do Meio Ambiente de Palhoça, não fez, até o momento, nenhum estudo dirigido para saber qual o destino tomado pelos retirantes. A Prefeitura Municipal tem feito alguns estudos em localidades como a “Barreira”, no bairro Bela Vista, para onde alguns destes migrantes têm se mudado. Depoimentos colhidos no trabalho de campo indicam que muitos dos migrantes acabam ficando dentro do mesmo local, indo para outras ruas um pouco mais afastadas do mangue.

A maioria dos entrevistados das áreas pesquisadas manifestou a vontade e a intenção de sair do atual local de residência. Os motivos são financeiros, como “sair do aluguel”, ou de sentimento em relação ao local, isto é, o ambiente insalubre alimenta o desejo de mudar. Os locais para onde gostariam de ir são aqueles mais próximos a familiares, considerando que “quanto mais longe possível do manguezal será melhor”. Alguns desses atores sugerem os bairros Bela Vista, Barreira, e Alto Aririú onde já existe um número expressivo de migrantes, principalmente do Oeste catarinense. Tome-se, como exemplo, os seguintes depoimentos:

“Essa é uma pergunta que eu mesmo me faço quase todos os dias. Já pensei até em voltar para Lages, mas não daria certo. Então o melhor local para nós é lá na Bela Vista, pois já temos algumas pessoas que conhecemos que saíram daqui e que vão nos ajudar. O problema é dinheiro porque lá o lote é mais caro e o que a gente ganha só dá para pagar o aluguel. Mas se a gente conseguisse comprar em qualquer outro lugar, já estaria bom” (ENTREVISTADO 03, Loteamento Patural).

“Eu quero sair daqui só por causa do aluguel. Nós vamos comprar outro lote na Ponte do Maruim e vamos nos mudar. E também minha mulher não gosta desse lugar, não das pessoas, dos vizinhos, mas sim, dos mosquitos, da lama, do cheiro de esgoto. Acho que vai ser melhor até para as crianças” (Entrevistado 05, Loteamento Clarice).

“Eu só vim morar para cá porque não tinha outra alternativa. Só que isso aqui para mim é passageiro, já estou de mudança. Não sabia que era assim, por isso eu vim. Já vendi meu terreno para um amigo do meu irmão que vai chegar daqui a uma semana. Vou alugar uma casa lá no Alto Aririú, lá é melhor” (ENTREVISTADO 02, Rio Grande).

No que se refere às questões específicas ao meio ambiente, notou-se uma grande incongruência entre as respostas apresentadas pelos entrevistados e a sua prática. O fato de muitos dos ocupantes e moradores vizinhos ao manguezal depositarem resíduos sólidos e líquidos no manguezal não foi assumido por eles. Ou seja, a grande quantidade de lixo acumulado nas margens dos manguezais não seriam depositados por eles, mas sim, por pessoas não moradoras destas áreas. Em parte os moradores têm razão, mas

pode ser observado pelo tipo de lixo (doméstico) que a maioria dos resíduos são originários das residências do entorno do ecossistema. Todos afirmam que depositam estes resíduos em lixeira para a coleta pública municipal. Não se percebe, no entanto, o hábito de separar o material reciclável do não-reciclável. Apenas oito dos entrevistados afirmaram que separam o material que pode ser reaproveitado para doação.

Para o grupo do Rio Grande, cerca de 60% afirmaram que o manguezal é um ambiente que não serve para nada. O restante 40% disse que serve para obtenção de alimento e para a retirada de madeiras. O relato abaixo expressa o sentimento da maioria dos entrevistados em relação ao seu ecossistema.

“Olha... Esse negócio de mangue sou bem sincero: não serve para nada. Por mim isto tudo seria derrubado e transformado em casas populares para os pobres que não tem onde morar. Tem esses bichinhos (caranguejos), mas ninguém come isso. A madeira não serve para nada. A única coisa boa são os pássaros que cantam” (ENTREVISTADO 06, Rio Grande).

Já no grupo dos Loteamentos Vila Nova e Clarice, 80% responderam que o ecossistema formado pelo mangue é importante para eles. Destacam-se as citações relativas à produção de alimentos, ao fato de ser berçário de animais e uma “esponja” que protege as residências das cheias (marés) e a tranquilidade transmitida pelos pássaros.

Ao mesmo tempo, não foi difícil identificar que os principais problemas ambientais enfrentados nestes locais estão ligados à falta de infra-estrutura de saneamento básico. Praticamente todos os esgotos domésticos são lançados dentro dos córregos, rios, a céu aberto ou mesmo diretamente no manguezal. Além disso, grande quantidade de resíduo sólido é depositada nos locais impróprios, mal acondicionados e exposta a diversos vetores que podem transmitir vários tipos de doenças.

Com o final dos trabalhos em grupos, se pôde entender como se dão as relações dos migrantes com o ecossistema de manguezal. Quase todos os entrevistados (cerca de 70%) não gostam de morar nessas áreas porque o local é insalubre e impróprio para ser habitado pelo homem. Em definitivo o mangue não é local para o ser humano habitar e a melhor solução seria recolocar as famílias que ali residem. Acredita-se, no entanto, que enquanto este tipo de ação não se concretiza, a educação ambiental dos moradores é uma medida imprescindível, pois poucos conhecem o funcionamento e as funções ambientais destes ecossistemas. O mau uso dos seus recursos e do manguezal é resultado da falta de informações que os seus ocupantes têm de sua fauna e flora. Assim, não se pode dizer que eles possuem boa relação com o seu ambiente, pois nem mesmo o conhecem.

São poucos os moradores envolvidos em ações coletivas ou individuais que se dedicam ao enfrentamento desses problemas. Somente a comunidade do Loteamento Patural apresentou alguns indivíduos que se preocupam em se organizar para fazer mutirões de limpeza ou outras atividades pertinentes.

Finalmente, o crescimento populacional dessas áreas está sendo prejudicial ao manguezal, uma vez que quanto maior for o número de habitantes ao seu entorno, maior será a quantidade de resíduos sólidos e de esgoto depositados inadequadamente dentro dele. Além disso, uma quantidade considerável de mata nativa está sendo derrubada para ceder lugar às novas habitações construídas. Neste processo a fauna e a flora do mangue local, bem como as famílias que ali vivem, são as mais prejudicadas.

CONCLUSÕES

Pensar em estratégias específicas para resolução dos problemas das áreas de manguezais do município de Palhoça é uma tarefa difícil. Sejam políticas ou não, elas extrapolam os aspectos ambientais e têm um claro cunho socioeconômico. Por isso, há complexidade no posicionamento tanto de órgãos públicos quanto das populações que vivem no mangue. Enquanto pouco se define, avança o processo de destruição de um dos maiores áreas de manguezal da América do Sul.

Neste quadro, esta pesquisa se justificou pela necessidade de melhor se compreender as conseqüências que o processo de migração trouxe para o ecossistema manguezal e para os migrantes, assim como para conhecer a percepção destes sobre o ambiente ocupado.

A expansão urbana em Palhoça favorece a continuidade, mesmo que atenuada, da ocupação da área do Manguezal. Como foi visto, tal processo vem ocorrendo desde a criação do município, se intensificou com a construção da estrada que liga o centro de Palhoça ao município de São José e, ainda mais, com a construção da Rodovia BR 101. Esta última foi a que mais contribuiu para a ocupação das áreas de mangue, pois confinou a área central da cidade entre a rodovia e o ecossistema manguezal. O auge da ocupação ocorreu nas décadas de 70, 80 e 90 do século passado. Ela só diminuiu com a criação do Parque em 1996.

A expansão urbana, que se dá através de aterros e construções para habitações humanas, é o principal responsável pelo desaparecimento da maior parte dessas áreas de manguezal. Em 1938, a área de abrangência desse ecossistema chegava a 3,453 km² (ou

345,3 hectares). Em 2002, contava com apenas 3,220 km² (322 hectares), tendo perdido uma área de 0,233km² (23,3 hectares), equivalente a 6,75%.

Dentre os fatores que levaram à escolha e à ocupação, pelos migrantes, do manguezal na área urbana de Palhoça, pode-se incluir a sua localização. Ela propicia melhor acesso aos serviços urbanos, fazendo com que as pessoas prefiram instalar-se no ecossistema em questão a deslocar-se para as áreas longínquas e periféricas da sede do município. O manguezal, que quase sempre é tido pelos ocupantes como um empecilho para o desenvolvimento da região, sofre com o seu mau uso. Este trabalho de pesquisa possibilitou um maior entendimento de como se dão as relações dos migrantes com o ecossistema de manguezal. As entrevistas indicaram que é por falta de um melhor conhecimento por parte dos moradores sobre esse ecossistema que o mesmo ocorre, resultando em rápida degradação. Ressalte-se que os migrantes que ocupam o ecossistema do manguezal de Palhoça romperam a sua relação com a natureza. Eles não se importam com o seu desconhecimento sobre o meio natural em que estão habitando e com a degradação dele. Observou-se que quase todos os entrevistados não gostam de morar em áreas de manguezal, que é inapropriado à habitação de seres humanos. Desta forma, esta relação não estabelece harmoniosamente, pois eles não possuem um conhecimento total do ecossistema em que estão habitando.

Uma quantidade considerável de árvores continua sendo derrubada, cedendo lugar a novas habitações. Nesse processo de crescimento, tanto a fauna quanto a flora do mangue são as mais prejudicadas, sendo inexpressivas as atitudes de defesa do ecossistema por parte dos moradores. Poucos deles se envolvem em ações individuais ou coletivas, com a finalidade de solucionar os problemas sócio-ambientais que existem nessas áreas.

Quanto aos órgãos públicos, a pesquisa indica que a Prefeitura Municipal é a maior responsável pelos aterros sobre o manguezal de Palhoça, quando se omite da obrigação de zelar e

fiscalizar para que isto não ocorra enquanto a Constituição Federal menciona, em seu artigo 255, que o município é uma das instituições públicas que têm a obrigação e o dever da preservação e a da defesa do meio ambiente.

Os principais problemas de ordem ambientais percebidos no decorrer da pesquisa estão ligados à falta de infra-estrutura; ao descarte dos resíduos sólidos mal acondicionados e expostos a diversos vetores em locais inadequado; à falta de rede de saneamento básico; e à derrubada da vegetação e realização de aterros para construção de habitação.

A pesquisa indicou que os ex-agricultores foram motivados a migrar para o município de Palhoça por laços familiares (esposas ou filhos que acompanham os pais, familiares que vem em busca do parente que migrou anteriormente buscando emprego, estudo dos filhos). Já a escolha do local para morar – o manguezal – se deu pela proximidade dessa área com o centro da cidade, pesando a indicação do local por um parente ou amigo que havia migrado anteriormente. Como foi mostrado, em boa parte dos casos o manguezal serve apenas como área transitória, até que eles encontrem um local mais adequado para fixar residência.

Pode-se apontar para a necessidade de uma ação do poder público, em todas as suas esferas, que diminuam o fluxo rural-urbano e a atenuem o processo de litoralização do desenvolvimento. Ao município de Palhoça cabe, mais especificamente, a realização de políticas educacionais e ações fiscalizadoras, em parceria com as comunidades envolvidas nesse processo, a fim de informar a população da importância do ecossistema e das vantagens de sua preservação e do uso adequado dos seus recursos, visando à preservação do que ainda resta de mangue em seu território.

Toda essa ação pública deve ser apoiada por estudos que se somem ao esforço e as contribuições desta dissertação. Aponta-se sem nenhuma pretensão de ser exaustivo, as seguintes proposições:

- estudos detalhados (com tecnologias avançadas de cartografia) de mapeamento dos manguezais, acompanhado de um resgate histórico mais particularizado do processo de ocupação para a obtenção da quantidade de áreas remanescentes deste ambiente.
- avaliação dos impactos sócio-ambientais causados pelos principais tensores do Manguezal de Palhoça, levantados nesta pesquisa;
- aprofundar o estudo das relações de interconhecimento e ruralidade existentes entre os migrantes oriundos de regiões rurais.

REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. ADAS, Sérgio. **Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais**. 3ª ed. São Paulo, Editora Moderna, 2000.

AVELINE, Luiz Carlos. Fauna dos manguezais brasileiros. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.42, n.4, p.786-821, Out./dez 1980.

AZAMBUJA, Eloísa A. K. **Proposta de gestão de resíduos sólidos urbanos – análise do caso de Palhoça/SC**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção, UFSC, 2002. 132p.

BRASIL. Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui Novo Código Florestal.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Índice remissivo. Atlas, 1990.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde – FUNASA. **Manual de Saneamento**. 2ª ed. Coordenação de Saneamento, FUNASA. Departamento de Operações – DEOP. Brasília, DF, 1994. 256p.

_____. Lei 9.605, de fevereiro de 1998. Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL/CIMA (Comissão Interministerial p/ preparação da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente). O desafio do desenvolvimento sustentável. **Presidência da República**, Brasília, dez. 1991.

BRÜGGER, Paula. Visões estreitas na educação ambiental. **Ciência Hoje**. São Paulo. v. 24, n. 141, p. 62-65, 1998.

CARUSO, Mariléa Martins Leal. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. 2ª ed. rev., Florianópolis, Ed. UFSC, 1990. 159p.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA - CACCA. **Unidades de Conservação e Áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina: caracterização e legislação**. CECCA. Florianópolis: Insular, 1997.

CINTRÓN-MOLERO, G. **Roteiro para estudo dos recursos de marismas e manguezais e manguezais**. Relatório do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, (10): 1-13, 1981.

_____. & SCHAEFFER-NOVELLI, Y. Ecology and management of new world mangroves. In: ULRICH, S. (Org.). **COASTAL PLANT COMMUNITIES OF LATIN AMERICA**, USA. Academic Press, 1992. p.233 – 258.

DEL RIO, Vicente. Cidade da Mente, Cidade Real. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 3-22.

EGLER, Cláudio. **Os impactos da Política Industrial sobre a Zona Costeira**. GERCO/PNMA/MMA, Brasília, 1995.

FERNANDES, R. S., PELISSARI, V. B., et al. **Como os jovens percebem as questões ambientais**. Revista Aprender, Ed. 13, Ano 3, Julho/Agosto 2003.

FERRARA, Lucrécia D. As cidades ilegíveis. Percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 61-80.

FERREIRA, F.A.C. Prioridades urbanas para o litoral catarinense. In: 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA SBPC, 1996, Florianópolis. **Anais...**Santa Catarina: EDEME, 1996.

FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA - FATMA. **Relatório sobre a situação atual do mangue de Palhoça**. Florianópolis: FATMA, 1987.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159p.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HERRMANN, M. L. **Problemas geoambientais na faixa central do litoral catarinense**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1998.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Planos diretores de uso do solo – Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Unidades de conservação do Brasil cadastramento e vegetação/ 1991 – 1994**. Brasília: IBAMA, 1995.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Estudos Ambientais da Grande Florianópolis**. Florianópolis: IBGE: IPUF, 1997. 6V.

_____. **Projeto de Gerenciamento Costeiro; Diagnostico ambiental do litoral de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, 1998. 2V.

_____. **Censo demográfico de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000**. disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 23 de dez. 2004.

JOLY, Aylthon Brandão. **Conheça a vegetação brasileira**. São Paulo, Polígono & ed. USP, 1970. 165p.

KATER, Kátia Virgínia; KATER, Maria das Graças Lins. As pescadoras de crustáceos e o problema dos manguezais dos municípios de Igarassu e Itapissuma em Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 3, 1991, Londrina-PR. **Anais...** Londrina: UEL. NEMA, 1991. v.2 |Comunicações|, p.198-206.

LACERDA, L. D. Manguezais: Florestas a Beira-mar. **Ciência Hoje**, São Paulo, 3 (13), 63-70. 1984.

LAGO, P. F. **Gente da terra catarinense – Desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: ed. Da UFSC, 1988.

LAMBERTI, A. Contribuição ao conhecimento da ecologia das plantas do manguezal de Itanhaem. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, **Boletim N° 317, Botânica N° 23**, São Paulo, SP, 1969. 220p.

LOPES, Ester. W. B. **Ocupação humana em área de manguezal: o caso do manguezal de Palhoça**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 1999.

MACHADO, P. A. L. Manguezais e dunas – Proteção legal. In: ALTERNATIVAS DE USO E PROTEÇÃO DOS MANGUEZAIS DO NORDESTE, 1991, Recife. CPRH, **Série Publicações Técnicas n° 3**. 106p. p.46 – 48.

MACIEL, N. C. Alguns aspectos da ecologia do manguezal. In: ALTERNATIVAS DE USO E PROTEÇÃO DOS MANGUEZAIS DO NORDESTE, 1991, Recife. CPRH, **Série Publicações Técnicas N° 3**. 106. p.9 – 37.

MENEZES, Marilda A. Capitalismo, migrações e sobrevivência. In: **Revista Temas Rurais – Migrações e Relações de Trabalho**. v. 2, n. 5, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, Recife/PE. Set./dez., 1989.

MINAYO, M. C. (org.) **Pesquisa Social**. 16. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. 80p.

MOSER, Liliane. **Como o mangue virou cidade: um estudo sobre condições de vida e a organização institucional do espaço urbano nas áreas de mangue em Joinville**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 1993.

MOURA, Demócrito. **Saúde não se dá: conquista-se**. HUCITEC, São Paulo, 1989.

ODUM, E. P. et. al. **The Ecology of the mangroves of south Florida: a community profile**. U. S. Fish and Wildlife Service. Office of Biological Services, Washington, D. C., FWS/PSB. 1982. 144p.

PALHOÇA. Decreto nº 428/96, de 13 de maio de 1996. Cria o Parque Ecológico Municipal de Palhoça, e dá outras providências.

_____. Secretaria da Agricultura e Política Rural. **Plano Municipal de desenvolvimento Rural**. Palhoça, 2004. 40p. Trabalho não publicado.

_____. **Mapa de bairros de Palhoça**. Disponível em: <<http://intranet.palhca.sc.gov.br>>, acesso em 04 de abr.2005.

PANITZ, C. M. das N. **Levantamento pericial no manguezal da Palhoça – Patural**. Laudo Pericial, Ação Pública Nº 0001/88-2, Delegacia de Polícia da Comarca de Palhoça, 1989, 36 p.

_____. **Manguezais de Santa Catarina (Limites Austral): Estrutura, Função e Manejo**. Departamento de Biologia. UFSC, Trabalho apresentado como parte do concurso público na classe Professor Titular, 1993.

_____. Manguezais um paradoxo: do conhecimento e legislação à destruição. In: IV SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS BRASILEIROS, 1998, Águas de Lindóia. **Anais...**São Paulo: 1998, p. 1–5.

POLETTE, M. Legislação. In: SCHAEFFER-NOVELLI, Y. (org.). **Manguezal: Ecossistema entre a terra e o mar**. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995. p. 57–60.

POLTRONIÉRI, Lígia C. Percepção de custos e riscos provocados pelo uso de praguicidas na agricultura. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999. p. 237-265.

POSSAS, Cristina. **Epidemiologia e Sociedade: heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil**. HUCITEC, São Paulo, 1989.

RIBEIRO, L. C. de Queiroz & LAGO, Luciana C. Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferização em questão. In: LEAL, Maria do Carmo et. al (Org.). **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento: uma análise interdisciplinar**. v. I, HUCITEC-ABRASCO, São Paulo - Rio de Janeiro, 1992.

RIBEIRO, Maristela S. **Ocupação dos mangues no processo de expansão urbana de Palhoça**. Monografia (Geografia/Bacharelado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

RUFINO, G. A. **Proteção jurídica do litoral: o caso dos mangues brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.

SALES, E. F. **As percepções dos agricultores em relação às adversidades ambientais: o caso da sub-bacia do rio Braço do Norte – SC**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, UFSC, 2001.

SANTA CATARINA. Lei 5.793, de 15 de outubro de 1980, dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SCHAEFFER – NOVELLI, Y. Manguezais Brasileiros: Região sudeste – sul. In: **I SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE ECOSISTEMAS DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRA**, 1987. Cananéia... São Paulo: ACIESP, 1987. 1:p 78.

_____. **Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal.** São Paulo: IOSP1989. *Publicação especial do Instituto Oceanográfico – USP, SP, n. 7, p. 1-16.*

_____. Introdução. In: SCHAEFFER – NOVELLI. Y. (Org.). **Manguezal: Ecossistema entre a terra e o mar.** São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SCHAEFFER – NOVELLI. Y., CINTRON-MOLERO, G. Manguezais brasileiros: uma síntese sobre aspectos históricos (Século XVI a XIX), nonação, estrutura e impactos ambientais. In: SIMPÓSIO DE ECOSSISTEMAS DA COSTA BRASILEIRA, 1994, Serra Negra. **Anais...**São Paulo: ACIESP, 1994. p.333 – 341.

SCHEIDT. N. R. **Ocupação antrópica do mangue de Palhoça.** Monografia (Geografia/Bacharelado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. 32p.

SCHLINDWEIN, Sandro e D'AGOSTINI, L. R. Sobre o conceito de Agroecossistemas. In: III ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1998, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Sociedade Brasileira de Sistemas de produção, 1998. CD-ROM.

SEBRAE - Proder Concenso. Perfil Municipal de Palhoça. **Dados Econômicos e Sociais.** Palhoça, 2003. disponível em: <<http://www.sebrae.org.br/>>. Acesso em 05 de nov. 2004.

SERRANO, Daniel P. **Percepção e o processo de compra.** Disponível em <<http://www.jornaldomeioambiente.com.br>>. acesso em: 08 de agosto de 2004.

SILVA, Sílvio D. M. et al. Projeto Módulos Sanitário – Melhoria Sanitária: **Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – PESMS.** Palhoça, 15 p. trabalho não publicado.

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 2. ed. Florianópolis: LED/PPGEP/UFSC, 2002.

SILVEIRA, Claudir. **Município de Palhoça-SC.** Florianópolis: Art Imagem, Criação e Impressão, 1999. 136p.

SILVEIRA, Ronaldo G. **Análise da expansão urbana sobre a área de mangue do município de Joinville, SC.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Centro Tecnológico. UFSC, 1994.

SORIANO-SIERRA, E. J. **Caracterização ecológica dos biótopos e sua ocupação pelas comunidades vegetais no Manguezal do Itacorubi (Ilha de Santa Catarina SC, Brasil)**. Departamento de Biologia. UFSC, Trabalho apresentado como parte do concurso público na classe Professor Adjunto. 1993. p. 1-25.

TAUK, Sâmia Maria. **ANÁLISE AMBIENTAL: Uma visão multidisciplinar**. Editora Unesp, 2003. 206 p.

ULLER GOMES, C. **Relações rural-urbano: encaminhamentos de soluções à questão da erosão do solo**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, UFSC, 2001.

VALLADRES, Lícia do P.; FIGUEIREDO, Ademir. **Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente**. In: **BIB**, nº 11, pp. 38-78, Editora Vértice/ANPOCS, Rio de Janeiro-RJ. 1981.

VILLAVARDE, E. A. **A problemática ambiental no município de Palhoça (SC): Desenvolvimento urbano sustentável**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996, 118p.

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

Data ___/___/_____ Loteamento: _____

Bairro: _____

NOME: _____

NOME DO RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA: _____

ENDEREÇO: _____

TRABALHA:

() SIM () NÃO PROFISSÃO: _____

MUNICÍPIO DE ORIGEM: _____ ESTADO: _____

ONDE MORAVA () ZONA URBANA () ZONA RURAL

O QUE FAZIA NO LOCAL DE ORIGEM: _____

COMO MORAVA () CASA PRÓPRIA () CASA ALUGADA

() ARRENDATÁRIO () POSSEIRO

() SEM TERRA () OUTRO _____

OS PAIS, O QUE FAZIAM: PAI: _____

MÃE: _____

ONDE MORAVA () ZONA URBANA () ZONA RURAL

COMO MORA(VAM) () CASA PRÓPRIA () CASA ALUGADA

() ARRENDATÁRIO () POSSEIRO

() SEM TERRA () OUTRO _____

MOTIVO DA MIGRAÇÃO: _____

TEMPO DE RESIDÊNCIA EM PALHOÇA: _____

NA ÁREA ATUAL: _____

JÁ MORAVA ANTES NO MUNICÍPIO () SIM

() NÃO

QUAL O BAIRRO: _____

NÚMERO DE PESSOAS QUE COMPÕEM A FAMÍLIA: _____

HABITAÇÃO:

() PRÓPRIA () ALUGADA () CEDIDA () COHATITA

() MADEIRA () ALVENARIA () MISTA () OUTRO

NÚMERO DE CÔMODOS: _____

POSSUI BANHEIRO: () SIM () NÃO

ESGOTO: () FOSSA SÉPTICA () FOSSA NEGRA () A CÉU ABERTO

() FOSSA COM FILTRO E SUMIDOURO () DIRETO PARA O RIO/VALA () OUTRO

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA HABITAÇÃO:

() ÓTIMO () BOM () REGULAR () PÉSSIMA

AQUISIÇÃO DO LOTE:

() OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA

() COMPRA

() TROCA

() INDICAÇÃO DE OUTROS

() INDICAÇÃO DE ALGUÉM DA P.M.P.

DOCUMENTAÇÃO DO LOTE:

() POSSUI TERMO DE OCUPAÇÃO

() POSSUI CONTRATO DE COMPRA E VENDA

() POSSUI TERMO DE OCUPAÇÃO EM NOME DE ALGUÉM

() RECIBO DE COMPRA

() NÃO POSSUI NENHUM DOCUMENTO

POSSUI ALGUM DOCUMENTO QUE COMPROVE SEU TEMPO DE MORADIA NESTA ÁREA:

() CASAN () CELESC () TELESC () OUTRO: _____

TAMANHO DO LOTE: _____ NÚMERO DE CASAS NO LOTE: _____

CONDIÇÃO DO LOTE: () TOTALMENTE ATERRADO

() PARCIAMENTE ATERRADO

() SEM ATERRO

ATERRO () POR CONTA PRÓPRIA

() AJUDA DA PREFEITURA

() AJUDA DE ALGUM POLÍTICO

() COMPROU ATERRADO

PROCESSO DE OCUPAÇÃO:

COMO FOI: _____

ÁGUA: () LIGADA À REDE PÚBLICA () POÇO
 () CEDIDA POR VIZINHO () OUTRO: _____

ILUMINAÇÃO: () LIGADA À REDE PÚBLICA () NATURAL
 () CEDIDA POR VIZINHO () OUTRO: _____

O QUE ESPERA DO FUTURO NESTE BAIRRO?

- () SAIR E IR PARA OUTRO LOCAL.
- () FIXAR RESIDÊNCIA.
- () OUTRO _____

ESPERA UM DIA VOLTAR AO LOCAL DE ORIGEM?

- () SIM () NÃO

POR QUE? _____

ESTE LOCAL OFERECE UM FUTURO PROMISSOR?

- () SIM () NÃO

POR QUE? _____

EXISTE OPORTUNIDADE DE EMPREGO NO BAIRRO E/OU VIZINHANÇA?

- () SIM () NÃO

COMO VOCÊ ESPERA CONSEGUIR UM EMPREGO OU EMPREGO MELHOR NO FUTURO?

- () APREFEICOANDO-SE (ESTUDANDO).
- () ATRAVÉS DE POLITICOS.
- () INDICAÇÃO DE AMIGOS.
- () OUTROS: _____

NO GERAL, QUAIS AS PERSPECTIVAS DE MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DE SUA FAMÍLIA NESTE LOCAL?

DESTINO DO LIXO:

- QUEIMA A CÉU ABERTO É SEPARADO E REAPROVEITADO
- JOGA NO RIO/MANGUEZAL É RECOLHIDO PELA P.M.P.

VOCE SABE O QUE O MANGUEZAL E QUAIS AS SUAS IMPORTANCIAS?

- SIM NÃO

PARA VOCE, O MANGUEZAL SERVE PARA ALGUMA COISA?

- SIM NÃO

POR QUE: _____

QUAIS AS VANTAGENS QUE VOCE TIRA DO MANGUEZAL?

- ALIMENTOS.
- MADEIRA.
- RETIRA MATERIAL RECICLAVEL JOGADO NELE POR OUTRAS PESSOAS
- NENHUMA
- OUTROS: _____

O QUE VOCE FAZ PARA PRESERVAR O MEIO AMBIENTE?

- NÃO JOGA LIXO.
- CONVERSA COM OS VIZINGOS
- NÃO ATERRA.
- OUTROS: _____

QUAL A RELACAO QUE VOCE TEM COM O MEIO AMBIENTE?

- HARMONIOSA.
- DEGRADA DE VARIAS FORMAS.
- LUTA PARA MANTE-LO INTACTO.
- DESCONHECE TOTALMENTE AS RELACOES.
- DEGRADA PORQUE NÃO CONHECE SUA IMPORTANCIA.
- OUTROS: _____

QUE TIPO DE ORGANIZAÇÃO EXISTE EM SUA COMUNIDADE:

QUAL A SUA PARTICIPAÇÃO: _____

COMO É A RELAÇÃO COM OS VIZINHOS: _____

COMO É A RELAÇÃO COM OS ÓRGÃOS PÚBLICOS: _____

QUAIS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS/ESTADUAIS/FEDERAIS QUE TEM
ATUADO OU SE PREOCUPADO COM SUA COMUNIDADE: _____

QUE OUTROS CONTATOS VOCÊ TEVE OU TEM COM POLÍTICOS: _____

RENDA FAMILIAR: R\$ _____

ANEXO II

ROTEIRO DE PERGUNTAS A SEREM USADAS NA 2ª ETAPA DO TRABALHO DE CAMPO

1 - Município de origem? _____

2 - Como era sua vida em seu local de origem: _____

3 - Como era a relação com o meio ambiente onde você morava?

4- Há quanto tempo você mora nesta área: _____

5 - O que representa esta área para você? _____

6 - Como você descreveria esta área e qual a importância dela?

7 - Identificação, caracterização e importância dos principais problemas ambientais da área:

8 - Papel do poder público, do comércio, da sociedade, e das Instituições de Ensino:

9 - Ações individuais em favor do manguezal: _____

10 - Relação indivíduo/manguezal: _____

11 - Crescimento e seus efeitos sobre o manguezal e a saúde da população: _____

12 - Atuação dos órgãos públicos normativos de controle ambiental: _____

13 - Você tem interesse em assuntos relacionados ao manguezal?

14 - No seu dia-a-dia você acha que causa algum tipo de dano ao meio ambiente? Quais:

15 - Você se sente incomodado por algum aspecto relacionado ao manguezal (ruído, desmatamento, poluição, etc)? _____

16 - Em relação a tal incômodo você faz alguma coisa para mudar a situação?

O que: _____

17 - Você classifica a qualidade de vida nesta área como:

() ótima () Boa () Regular () Péssima

18 - Você considera que nas Escolas as questões ambientais são abordadas como deveriam?

() Sim () Não

Por que: _____

19 - Você acha que pode haver desenvolvimento econômico e social sem a geração de impactos ambientais nos manguezais?

20 - Você acredita que os níveis de poluição observados para esta área podem estar afetando a saúde da população?

() Sim () Não () Não possuo elementos para opinar.

21 – Qual a sua explicação para o fato de tantos moradores desta área venderem ou trocarem seu lote e irem embora? _____

21 – Você conhece os locais para onde esses moradores estão indo? _____

23 – Você gostaria de um dia também ir embora deste local? _____

Por que: _____

24 - Para você, o que é o Manguezal?

25 - Você acha que o manguezal serve para alguma coisa?

() Sim () Não

Por que: _____

26 - Quais as vantagens que você tira do manguezal?

() Alimentos () Madeira () Retira material reciclável jogado por terceiros

() Nenhuma () Outros: _____

Por que: _____

ANEXO III

**ROTEIRO DE PERGUNTAS A SEREM FEITAS AO Dr. JOSÉ EDUARDO, 4º
PROMOTOR DE JUSTIÇA E CURADOR DO MEIO AMBIENTE**

1 - Como o Ministério Público (MP) vem atuando diante das ocupações e invasões irregulares do Manguezal de Palhoça?

2 - Existem algumas parcerias com outros órgãos (Federal/Estadual/Municipal) visando solucionar os problemas das ocupações e invasões do manguezal de Palhoça?

3 – O que vem sendo adotado, como maneira de coibir as invasões daqueles que exploram o mangue com o intuito imobiliário?

4 – A quem cabe coibir e punir aqueles que exploram o manguezal como um bem próprio, com a finalidade de explorá-lo comercialmente?

5 – Há uma movimentação muito grande dos migrantes recém-chegados ao manguezal, que o usam como área transitória. O MP tem conhecimento de tal fato e para onde estão indo as pessoas?

6 – Para o MP os problemas de cunho sociais existentes no manguezal de Palhoça não é tão ou mais complicados do que os ambientais?

7 – Qual a relação dos ocupantes e invasores do manguezal com o MP?

8 – Existe algum estudo por parte do MP dos problemas causados pelas ocupações desordenadas do manguezal de Palhoça?

9 – Para o MP como a Prefeitura Municipal deve atuar diante da situação?

10 – Como o MP vê as famílias que ocupam o manguezal, culpadas ou não-culpadas?

11 – Para o MP qual seria a solução adequada para os vários problemas existentes no manguezal de Palhoça?

12 – Com relação aos migrantes, o que deve ser feito para evitar que eles ocupem ainda mais o manguezal?

13 – O que as pessoas que moram no manguezal devem fazer para proteger o que ainda resta desse ecossistema?

14 – O que é o manguezal para essa área?

ANEXO V

DECRETO N° 428/96

**CRIA O PARQUE ECOLÓGICO MUNICIPAL DE
PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

REINALDO WEINGARTNER, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 447/96, de 29 de abril de 1996.

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica criado nos termos do artigo 5º alínea “A” e Parágrafo único, da Lei Federal nº 4.771 de 15/09/65, o Parque Ecológico Municipal de Palhoça.

ARTIGO 2º - Para fins deste Decreto, entende-se por Parque Ecológico Municipal de Palhoça, a área de Mangue a ser demarcada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

PARÁGRAFO 1º - O Poder público ficará incumbido de demarcar fisicamente os limites do Parque, bem como promover a devida fiscalização para que este Decreto seja cumprido.

PARÁGRAFO 2º - A demarcação física do parque será feita através de mourões, os quais não poderão ser arrancados, derrubados, mudados de lugar, ou servir para outras finalidades.

ARTIGO 3º - OS OBJETIVOS DA CRIAÇÃO DO PARQUE SÃO:

I – Preservar o patrimônio natural representado pela Fauna, Flora e Paisagem, de modo que possa utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisas científicas.

II – Aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, de lazer e recreação.

III – Promover a recuperação da cobertura vegetal típica da região, em área que se fizer necessária.

ARTIGO 4º - Aplicam-se ao Parque Ecológico Municipal de Palhoça todas as disposições pertinentes aos parques, contidas nas legislações Federal, Estadual e Municipal, ficando o Executivo Municipal, autorizado a celebrar convênios com entidades Federais, Estaduais, buscando alcançar os objetivos fixados neste Decreto.

ARTIGO 5º - A área atual do Parque passa a ser Área de Preservação Permanente.

ARTIGO 6º - É proibido em toda e extensão do Parque, o parcelamento do solo, abertura ou prolongamento de vias, aterro e qualquer tipo de edificação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Executa-se no disposto do “caput” deste artigo, as construções necessárias para a implantação dos equipamentos públicos imprescindíveis à operacionalização do Parque e ao uso público, sendo as mesmas integradas à paisagem e compatíveis com a preservação do patrimônio natural e cultural; bem como as construções exclusivamente para pequenas embarcações de pescadores artesanais.

ARTIGO 7º - O sistema viário do Parque compor-se-á, preferencialmente, por caminhos e trilhas de pedestres, já existentes e por rios e canais do sistema hídrico do Parque.

PARÁGRAFO ÚNICO - O acesso, a circulação e a permanência temporária de visitantes na área do Parque serão admitidas em condições a serem fixadas por regulamento próprio, ressalvando o que dispõe este Decreto.

ARTIGO 8º - Fica expressamente proibida a supressão ou corte de qualquer espécie vegetal da área do Parque, salvo para fins educacionais e/ou científicos, mesmo assim quando devidamente autorizado pela Administração do parque.

ARTIGO 9º - É expressamente proibida a prática de qualquer ato de caça, perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna do Parque.

PARÁGRAFO 1º - Esta proibição não abrange a pesca de subsistência ou de recreação de superfície, respeitadas as normas e restrições específicas dos setores de fiscalização pesqueira.

PARÁGRAFO 2º - É proibido introduzir animais domésticos em toda área do parque.

ARTIGO 10º - Os usos e atividades permitidos na área do Parque são:

I – Estudos científicos, mantendo-se intactos todos os elementos naturais.

II – Atividades de lazer e recreação, em áreas a serem fixadas por regulamento do Parque.

III – Administração do Parque.

- Fiscalização e Sinalização

ARTIGO 11º - A Secretaria de Meio Ambiente, Migração e Habitação da Prefeitura Municipal de Palhoça, caberá a gestão técnica, administrativa e operacional do Parque, fiscalizando através do seu corpo de fiscais o cumprimento do disposto neste Decreto e na legislação em vigor, podendo aplicar autos de infração, multas, apreensão e outras penalidades inerentes, ao Poder de Polícia Administrativa.

ARTIGO 12º - Em toda extensão do Parque é proibido jogar lixo domiciliar ou comercial, detritos, entulhos e efluentes líquidos poluentes, sob pena de multa.

ARTIGO 13º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 13 de maio de 1996.